

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Enel Brasil S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com o relatório dos auditores independentes

Enel Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16
Balanços patrimoniais	17
Demonstrações do resultado.....	19
Demonstrações do resultado abrangente	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstrações dos fluxos de caixa	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	23

Relatório da Administração - 2024

Enel Brasil S.A.

Relações com Investidores

Francesco Tutoli

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fabio Romanin

Responsável por Relações com Investidores

<https://ri.enel.com/publicacoes/central-de-resultados#publicacoes> | brasil.investorrelations@enel.com

Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S.A. (ou “Companhia” ou “Enel Brasil”) submete à apreciação o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1 PERFIL

Uma das maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil”) é uma holding de companhias que atuam nos segmentos de geração, conversão e distribuição de energia, além de prestação de serviços. Com sede na cidade do São Paulo (SP), a empresa mantém operações em diversos estados brasileiros, tais como Rio de Janeiro, Ceará, São Paulo e Piauí. O Grupo Enel, por meio da Enel Américas S.A., sediada no Chile, detém 100% do Capital Social votante da Companhia (99,67% do capital total).

Distribuição

No segmento de Distribuição de energia, as concessionárias controladas pela Enel Brasil até o final de dezembro atendiam mais de 15 milhões de unidades consumidoras em 511 municípios nos estados do Ceará (Enel Ceará), Rio de Janeiro (Enel Rio) e São Paulo (Enel São Paulo), fornecendo energia a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público.

Em 20 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que apresenta as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição que se encerram entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de enquadramento para prorrogação do contrato, além de trazer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 15 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 027/2024, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com vistas à prorrogação das concessões.

A conclusão da referida Consulta e a consequente aprovação do novo Contrato de Concessão foram realizados pela ANEEL no dia 25 de fevereiro de 2025. A partir da publicação do novo Contrato de Concessão, as distribuidoras terão um prazo de 30 dias para apresentar à Agência o requerimento de prorrogação, o que é o intuito da Companhia.

Geração

Em Geração, a Enel Brasil incorporou a Enel Green Power Participações em novembro de 2021, passando a controlar integralmente as empresas Enel com atividade de geração de energia elétrica no Brasil por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar. Após a incorporação, as empresas controladas pelo Grupo passam a contar com uma capacidade instalada combinada de aproximadamente 6,6 GW, atendendo distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País.

Serviços

A Enel X Brasil S.A, foi constituída em 18 de agosto de 2009, tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, e a prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, tanto direta ou indiretamente relacionados com as atividades para o setor de energia elétrica quanto para outros setores da economia e do consumo em geral. A participação em outras sociedades não é o foco principal da companhia, embora conste em seu objeto social.

Comercialização

A Enel Trading Brasil S.A. (“Enel Trading”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prática de atos de comércio atacadista e varejista

de energia e de outros produtos não especificados anteriormente, atividades de importação e exportação, atividades de gestão, como produtos e serviços correlatos, bem como a participação em outras sociedades.

2 PRINCIPAIS INDICADORES¹

Indicadores Operacionais Distribuição

	2024	2023	Variação	Var. %
Energia Fornecida - Venda e Transporte (GWH) - Total	70.096	67.347	2.748	4,1%
Número de Consumidores Faturados	15.470.975	15.553.784	(82.809)	-0,5%

Indicadores Operacionais Geração

	2024	2023	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	6.622	5.818	804	13,8%
Energia assegurada (Garantia Física) (MWm)	3.120	2.853	267	9,4%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	20.740	17.625	3.115	17,7%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	31.958	26.715	5.243	19,6%

Indicadores Operacionais Serviços (Enel X)

	2024	2023	Variação	Var. %
Pontos de iluminação Pública (mil)	341	290	51	17,6%
Painéis Fotovoltaicos (MWp instalado)	54	26	28	106,8%
Contratos de manutenção e reparo (mil)	441.651	314.537	127.114	40,4%

Indicadores Operacionais Comercialização (Enel Trading)

	2024	2023	Variação	Var. %
Volume de energia vendida (GWh)	29.424	25.744	3.680	14,3%
Quantidade de clientes (consumidores finais)	5.254	3.957	1.297	32,8%
Quantidade de contratos firmados (consumidores finais)	668	749	(81)	-10,8%
Prazo médio dos contratos (anos)	3	4	(1)	-25,0%

Número de Colaboradores

	2024	2023	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	9.287	8.083	1.204	14,9%
Número de colaboradores parceiros	38.525	38.173	352	0,9%
Total	47.812	46.256	1.556	3,4%

Indicadores Patrimoniais

Consolidado	2024	2023	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	109.834.005	106.288.106	3.545.899	3,3%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	62.250.579	51.045.063	11.205.516	22,0%
Valor patrimonial por ação (R\$)	45,14	37,02	8,13	22,0%

Endividamento

Consolidado	2024	2023	Variação	Var. %
Dívida Bruta* (R\$ Mil)	14.190.176	21.163.745	(6.973.569)	-33,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	(5.017.128)	(5.886.060)	868.932	-14,8%
Dívida Líquida (R\$ Mil)	9.173.048	15.277.685	(6.104.637)	-40,0%

* Os valores de dívida bruta estão considerando as contas de debentures, empréstimos e financiamentos do passivo circulante e não circulante, assim como o valor dos SWAPs na nota explicativa de riscos financeiros - instrumento financeiro derivativos

Indicadores Financeiros

Valores em R\$ Mil - Consolidado

	2024	2023	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	63.986.092	59.864.710	4.121.382	6,9%
Deduções da Receita Bruta	(19.890.767)	(18.490.123)	(1.400.644)	7,6%
Receita Operacional Líquida	44.095.325	41.374.587	2.720.738	6,6%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(37.224.435)	(33.735.646)	(3.488.789)	10,3%
Perda com a venda de controladas	-	(129.153)	129.153	-100,0%
EBITDA (1)	10.409.428	10.515.951	(106.523)	-1,0%
Margem EBITDA	23,61%	25,42%	-1,81%	-1,00 p.p
EBIT (2)	6.870.890	7.509.788	(638.898)	-8,5%
Margem EBIT	15,58%	18,15%	-2,57%	-1,00 p.p
Resultado Financeiro	(3.196.295)	(3.634.015)	437.720	-12,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(614.593)	(1.247.399)	632.806	-50,7%
Lucro Líquido	3.060.002	2.628.374	431.628	16,4%
Atribuível aos acionistas controladores	2.938.617	2.545.870	392.747	15,4%
Atribuível aos acionistas não-controladores	121.385	82.504	38.881	47,1%
Margem Líquida	6,94%	6,35%	0,59%	-1,00 p.p
Lucro/Prejuízo Líquido por ação (R\$)	2,22	2,23	(0,01)	-0,5%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização. Em 2023, alguns valores da nota de custos e despesas operacionais sofreram reclassificações entre linhas, entre eles o valor correspondente a linha de Depreciação e Amortização, impactando o EBITDA em + R\$ 837,2 milhões (sem tal reclassificação o valor do EBITDA foi de R\$ 9.678,7 milhões).

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida.

A receita operacional líquida de 2024 totalizou R\$ 44,1 milhões, 6,6% superior ao valor registrado no ano de 2023 devido principalmente ao crescimento da receita líquida no segmento de distribuição, nas geradoras e Enel Trading. Nas atividades de Distribuição, as elevadas temperaturas e a vigência das bandeiras amarela e vermelha no segundo semestre de 2024 versus a bandeira verde ao longo de todo o ano de 2023, contribuíram para o aumento do faturamento. Nas geradoras, a venda de energia no mercado de curto prazo foi um dos principais fatores para o aumento da receita, apesar da redução de cerca de 3% na produção líquida em decorrência dos efeitos do *curtailment*. Por fim, a Enel Trading foi positivamente impactada pela abertura do mercado livre em janeiro de 2024, com a entrada da modalidade varejista na carteira, gerando assim maiores vendas no mercado livre - contratos comuns e autoprodução.

Os custos e despesas operacionais apresentaram crescimento de 10,3% ou R\$ 3,5 bilhões, devido ao aumento observado nesta rubrica no segmento de distribuição do grupo, onde atribui-se parte do impacto à parcela não gerenciável devido o aumento do custo de energia em 2024 versus 2023. Já no segmento de Geração, observa-se um impacto negativo do *curtailment*, afetando as despesas operacionais das empresas geradoras do grupo, em particular as eólicas e solares.

Consequentemente, o EBITDA consolidado da Enel Brasil alcançou R\$ 10,5 bilhões, permanecendo em linha com o valor apresentado em 2023.

O resultado financeiro fechou 2024 com uma despesa líquida de R\$ 3,2 bilhões, o que representa uma redução de 12% ou R\$ 437,7 milhões, em razão da redução das despesas nas Distribuidoras, relacionado principalmente, à redução no volume de dívida, em conjunto com a redução do CDI em 2024 versus 2023

As despesas com imposto de renda e contribuição social apresentaram uma redução de R\$ 632,8 milhões em relação ao ano anterior, devido a um impacto positivo na Enel Rio e Enel Ceará, relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre indêbitos tributários conforme detalhado na nota explicativa nº 27.3 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em decorrência dos efeitos acima, a Enel Brasil encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 3,2 bilhões, uma diferença de R\$ 522,1 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 2,6 bilhões).

4 INVESTIMENTOS

Investimentos

	2024	2023	Variação	Var. %
Investimentos Totais	7.502.372	9.774.010	(2.271.638)	-23,2%
Distribuição	5.063.803	4.391.094	672.709	15,3%
Geração	2.384.642	5.101.712	(2.717.070)	-53,3%
Outros*	53.927	281.204	(227.277)	-80,8%

*Inclui Trading, Enel X e Holding

Os investimentos em 2024 somaram R\$ 7,5 bilhões, representando uma redução de R\$ 2,3 bilhões em comparação com o volume investido em 2023, explicada principalmente pela queda dos investimentos em Geração, conforme divulgado no Plano Estratégico da Companhia.

Em novembro de 2024, a Companhia apresentou seu Plano Estratégico para o próximo triênio (2025 a 2027), que prevê investimentos totais no Brasil de aproximadamente R\$ 25,3 bilhões. Deste montante, R\$ 24,0 bilhões serão alocados somente entre as companhias de Distribuição do Grupo, o que representa um incremento de 62% comparado ao investimento previsto no plano anterior (R\$14,8 bilhões), que compreendia os anos de 2024 a 2026.

Tais investimentos fazem parte de um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começaram a ser implementadas ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

Dentre as iniciativas apresentadas, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

5 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A sustentabilidade é inerente ao nosso negócio. Somos uma companhia que gera 100% de sua energia a partir de fontes renováveis e temos uma ambiciosa meta de alcançar net zero até 2040. Este compromisso está no centro da nossa estratégia de sustentabilidade, bem como os compromissos com a segurança e confiabilidade da rede, a partir de ações concretas que abordam a adaptação às mudanças climáticas e os impactos sociais.

Nosso foco de negócio é gerar, distribuir e comercializar energia, desenvolvendo projetos e soluções inovadoras que sejam capazes de promover a eletrificação limpa do consumo e enfrentar os desafios globais da transição energética justa e acessível, alicerçada nas fontes renováveis de geração. Pautamos nossas ações pelo bem-estar da comunidade, a conservação do meio ambiente, a ética e a segurança das pessoas

Nesse sentido, estamos alinhados com as iniciativas do Pacto Global das Nações Unidas, do qual somos signatários e membro ativo. E buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). Entre os quais estamos especialmente comprometidos com 4 dos 17

ODS: Energia Acessível e Limpa (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

A fim de conciliar nossas ambições e traçar um caminho com objetivos, ações e metas concretas, contamos com o nosso Plano de Sustentabilidade, acompanhado trimestralmente pelo Conselho de Administração, nosso mais alto órgão de governança da Enel Brasil.

Nosso modelo organizacional e de governança corporativa garante que as questões de sustentabilidade sejam adequadamente consideradas em todos os processos relevantes de tomadas de decisões corporativas, tendo como elemento-chave a adoção de indicadores ESG (*Environmental, Social and Governance*) em toda a cadeia de valor, não só para reportar os resultados alcançados, mas sobretudo orientar nossas ações e antecipar decisões de negócio em linha com a estratégia de sustentabilidade e com compromissos assumidos.

Nossos projetos socioambientais também compõem os objetivos estabelecidos no Plano de Sustentabilidade, e visam contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a mitigação de riscos e impactos das nossas atividades, e com o nosso crescimento sustentável.

Projetos socioambientais

Nosso modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, visa atender às demandas reais do entorno, em linha com os propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Para viabilizar esse compromisso, nosso programa de sustentabilidade chamado “Enel Compartilha”, vem atuando em diversas frentes para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, conscientizando as pessoas sobre o combate ao desperdício por meio do uso eficiente e seguro da energia elétrica. Além disso, as iniciativas do Enel Compartilha também buscam impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia e apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades.

Em 2024, foram desenvolvidos 128 projetos pelas empresas do Grupo Enel Brasil, que beneficiaram mais de 1,2 milhão de pessoas de 259 municípios no país, com um investimento de R\$ 107,6 milhões. Além desses recursos investidos pela Enel, os projetos de geração de renda extra também beneficiaram as comunidades, com o valor de R\$ 22 milhões gerados, a partir dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. A Enel também substituiu gratuitamente cerca de 8 mil geladeiras e mais de 561 mil lâmpadas de clientes por meio de diversas iniciativas de eficiência energética, nas empresas de distribuição do Grupo, e com o apoio e engajamento de 806 líderes comunitários ativos. Entre os vários projetos realizados pelas empresas de Distribuição e Geração de energia, da Enel Brasil, destacamos o seguinte.

Enel Compartilha Eficiência Energética: Alinhado às diretrizes estabelecidas pela Aneel, o Programa de Eficiência Energética da Enel tem o objetivo de incentivar o uso racional e eficiente de energia elétrica nos diversos segmentos da sociedade, dentro da área de concessão das Distribuidoras do Grupo. Em 2024, a Enel destinou cerca de R\$ 94 milhões para projetos que estimulam práticas sustentáveis no consumo de energia. Entre as diversas frentes do programa, destaca-se a Chamada Pública de Projetos (CPP), que oferece aos clientes dos segmentos comercial, serviços, residencial, industrial, rural, poder público e iluminação pública a oportunidade de submeter propostas voltadas à eficiência energética. As iniciativas contempladas na CPP incluem: substituição de equipamentos por versões mais eficientes, modernização de sistemas motrizes, instalação de aquecedores solares e painéis fotovoltaicos, além de melhorias em sistemas de iluminação e refrigeração. No edital da última CPP, lançada em 2024, foram disponibilizados R\$ 59,5 milhões para iniciativas com foco no uso eficiente de energia. Ainda em 2024, mais de 8 mil geladeiras foram trocadas por equipamentos mais eficientes, com selo Procel A, e 561 mil lâmpadas comuns deram lugar a modelos LED, proporcionando economia e segurança energética às famílias atendidas, principalmente em comunidades vulneráveis.

Enel Compartilha Liderança em Rede: O programa tem como propósito estabelecer parcerias sólidas com lideranças comunitárias, promovendo uma relação de confiança e proximidade entre a Enel e as comunidades

atendidas, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela companhia. Por meio de diálogo contínuo e estruturado, incluindo reuniões mensais e campanhas de segurança com a energia elétrica, as atividades promovem o engajamento dos moradores e geram impactos sociais positivos para todos. Em 2024, a rede de lideranças comunitárias engajou 806 líderes ativos, distribuídos em 80 municípios nos estados do Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo, beneficiando mais de 210 mil pessoas. A atuação dos líderes se torna ainda mais relevante em momentos críticos, por exemplo durante os impactos na rede elétrica provocados por eventos climáticos extremos. Nessas ocasiões, as lideranças auxiliam na comunicação rápida e eficaz entre a Enel e os moradores, contribuindo para acelerar o atendimento e minimizar os impactos causados.

Olimpíada Nacional de Eficiência Energética: A Olimpíada Nacional de Energia Elétrica (ONEE) é uma iniciativa da ANEEL, com a coordenação do Instituto Abradee e a participação das concessionárias de energia em todo o Brasil. A ONEE é voltada para estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas, e incentiva a realização de desafios e provas sobre o tema da eficiência energética. Nos três estados onde a Enel atua com suas distribuidoras de energia, tivemos o total de 52.013 alunos participantes que conquistaram 617 medalhas. O Ceará alcançou o destaque com 1.240 medalhas, o maior número entre todos os estados e concessionárias participantes. Além das medalhas, os alunos premiados receberam diversos prêmios como notebooks e menções honrosas.

Ecoenel: O programa de reciclagem da Enel arrecadou cerca de 6,5 mil toneladas de resíduos recicláveis durante o ano, e concedeu mais de R\$ 2 milhões em bônus na conta de energia, beneficiando 11 mil clientes nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará. O Ecoenel é desenvolvido por meio de investimentos do Programa de Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e consiste na troca de material reciclado por bônus na conta de luz dos clientes, aliando a formação de uma rede de parcerias entre cliente, empresa e reciclador. Os resíduos coletados pelos clientes da Enel, quando reciclados, permitirão uma economia de energia estimada em 28,1 mil MWh, a emissão evitada de 20,2 mil toneladas de gás carbônico equivalente ao plantio de 52,8 mil árvores.

Projetos incentivados de impacto social por meio do esporte e cultura: Ao longo do ano, a Enel apoiou dezenas de projetos através da Lei de incentivo em sua área de concessão, para democratizar e proporcionar o acesso à cultura e ao lazer, beneficiando várias comunidades. A seguir destacamos alguns dos projetos apoiados.

No Rio, apoiamos a o projeto de esportes Craque do Amanhã, realizado em São Gonçalo, que beneficiou 226 jovens ao utilizar o futebol como ferramenta educativa para formação cidadã. Além das atividades esportivas, os participantes recebem acompanhamento psicossocial, monitoramento educacional, qualificação profissional e suporte alimentar para suas famílias. No Ceará, apoiamos o projeto cultural Jacques Klein de Circulação e Intercâmbio, realizado em Fortaleza, que beneficiou 535 crianças, adolescentes e jovens ao oferecer formação musical gratuita em níveis que vão da iniciação ao avançado. Além de cursos de violino, viola, violoncelo, contrabaixo, piano, musicalização e canto coral, o projeto promove concertos, intercâmbios e a participação dos alunos em festivais e residências artísticas, incentivando tanto o desenvolvimento cultural quanto a inclusão social. Por fim, os estados de Piauí, Bahia, Pernambuco e São Paulo também apoiaram iniciativas com o objetivo de fortalecer a cultura local e o acesso a espaços de lazer nas comunidades dentro da área de influência dos empreendimentos de geração, por meio do patrocínio de escolas de dança, Orquestras Musicais, Museus Regionais, sessões de cinema etc. Em 2024 foram 4 projetos apoiados, que beneficiaram 8.343.127 pessoas, com destaque para a criação do Museu da Sanfona, no Piauí, e as sessões de cinema realizadas em cidades do entorno dos empreendimentos.

Museu da Sanfona: o apoio a criação do Museu da Sanfona, localizado na cidade de Dom Inocencio – PI, tem como objetivo valorizar a cultura local, já que a cidade é conhecida como a terra dos sanfoneiros. O Museu apresenta a história da Sanfona e trata de grandes nomes responsáveis pela popularização do instrumento no Brasil.

Sessões de Cinema – Cine Solar: as sessões de cinema, que tem seus equipamentos movidos a energia solar, proporcionam um momento de lazer e cultura para as populações do entorno das plantas de geração, sempre de forma gratuita, trabalhando temas relevantes para a população local e divulgando filmes e documentários

nacionais, ampliando o acesso à cultura para os beneficiados pelo projeto. Essas duas iniciativas são exemplos de ações para democratizar e proporcionar o acesso à cultura e ao lazer.

Enel Compartilha Atitude Verde - Renováveis: O programa reúne projetos de educação ambiental por meio do engajamento de professores, estudantes e população local em temas de relevância das áreas de influência dos empreendimentos de geração, como preservação da fauna, flora e do meio socioambiental. Em 2024, tivemos mais de 8 mil pessoas beneficiadas em 25 projetos distribuídos por 9 estados, com destaque para:

Turismo ecológico: realizado em parceria entre a Usina (Mourão) e a administração do Parque Ecológico, visa melhorar a infraestrutura para o turismo de lazer por meio da reforma da sinalização e do acesso às trilhas, além de aperfeiçoar as instalações do espaço de visitação na recepção do parque, gerando 1.772 beneficiados.

Programa de Educação Ambiental: ações junto à comunidade escolar e às comunidades no entorno das plantas para criar condições de participação dos diferentes atores sociais, no processo de gestão ambiental e na compreensão de seus papéis como agentes e cidadãos, para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva. O programa visa a formação de multiplicadores, por meio de cursos, palestras e campanhas educacionais, capacitando alunos, professores, agentes públicos e a população local. Em 2024, foram beneficiadas 4.369 pessoas.

Enel Compartilha Empreendedorismo – Renováveis: O Programa promove capacitações voltadas para o fomento ao associativismo, atento a realidade de cada território para potencializar projetos existentes ou estimular a criação de grupos e associações, buscando o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde a Enel Green Power está presente. Em 2024, foram realizadas diversas ações do Projeto tendo como destaques: O Edital de Apoio a Projetos de Associações locais, apoiando 10 associações com recursos financeiros e assistência técnica, Capacitação de Associações Comunitárias, incluindo a doação de equipamentos para otimizar a produção de grupos de mulheres empreendedores, Assistência Técnica Rural, apoiando produtores rurais no desenvolvimento de novas técnicas de produção ou no aperfeiçoamento de técnicas já utilizadas, buscando minimizar impactos gerados pela circulação de veículos e aumentar as produções locais para aumento na renda, Impulsionamento de Comunidades Tradicionais (Quilombolas e Fundo de Pasto), apoiando no resgate da cultura local e no desenvolvimento projetos com recursos já existentes nas associações envolvidas. Ao todo, foram realizados 8 projetos nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Piauí, beneficiando 3.200 pessoas.

Diálogos - Renováveis: O Programa promove projetos e canais de comunicação que conectam a Enel com comunidades locais por meio de encontros, visitas e campanhas, compartilhando informações e promovendo a transparência no diálogo com a população. Dentro desse Programa, o canal de ouvidoria 0800 está disponível para todo território de atuação, de forma gratuita, sempre monitorando eventuais demandas que possam surgir a partir da percepção dos Stakeholders locais. Também são realizadas campanhas informativas e reuniões com lideranças locais (como líderes comunitários, representantes políticos e instituições governamentais) de forma periódica. Em áreas onde existam empreendimentos em construção, além do 0800 e das demais ações citadas, são realizadas visitas da Ouvidoria Móvel, de forma constante, buscando sempre estreitar a comunicação entre a população e a Enel. Essas ações permitiram reduzir a quantidade de eventos e conflitos com as comunidades no entorno das plantas, durante o ano 2024, o que corresponde a uma economia de R\$ 3,5 milhões.

Segurança da População: Em 2024, as três distribuidoras da Enel atuaram no tema da segurança da população com a energia elétrica, beneficiando mais de 385 mil pessoas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará, por meio de iniciativas educacionais em escolas e palestras em comunidades, incluindo capacitações ofertadas aos líderes de comunidades participantes do projeto Enel Compartilha Liderança em Rede, com a presença de técnicos de segurança da companhia, que orientaram as lideranças comunitárias sobre o uso seguro e consciente de energia e distribuíram materiais sobre o tema. Nas empresas de geração, foram realizadas campanhas de educação no trânsito, voltadas para população local e para comunidade escolar, buscando sensibilizar sobre as regras de sinalização, limites de velocidade, utilização de equipamentos de proteção, trânsito de pedestres e sobre a grande circulação de motocicletas e bicicletas nas vias públicas, prevenindo acidentes considerando o fluxo de pessoas e veículos gerados pelas obras realizadas nos Estados da Bahia e Minas Gerais.

Parceiro Responsável: Programa com iniciativas para desenvolver e engajar fornecedores quanto aos objetivos e compromissos de sustentabilidade da Enel, em especial quanto à Agenda 2030 da ONU. Em 2024, tivemos a participação de 394 pessoas de 249 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Direitos Humanos, Saúde e Segurança, Ética, Economia Circular, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente o programa ainda faz o reconhecimento dos fornecedores que apresentarem as melhores práticas de sustentabilidade, após uma análise criteriosa dos resultados e impactos positivos para a sociedade e para os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, incentivando assim, o engajamento da cadeia de fornecedores com os compromissos de sustentabilidade da Enel e o desenvolvimento sustentável das empresas.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDD): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos um processo de DDDH em suas atividades, seguindo as diretrizes dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Atualmente a Enel está realizando seu 3º ciclo consecutivo, iniciado em 2023. Essa avaliação identificou que o excelente nível 90% de adesão da Enel aos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. O mesmo processo permitiu ainda identificar os principais temas que requerem maior atenção no Brasil: Meio Ambiente; Integridade (tolerância zero a corrupção), Respeito à Diversidade, e às Comunidades, por serem temas com maior risco de possíveis violações de forma geral no país (seja por cidadãos, governos, entidades e empresas), segundo pesquisas e entrevistas realizadas com os principais stakeholders da Enel incluindo clientes, comunidades, empresas, instituições sociais, universidades, fornecedores e representantes da sociedade civil organizada. A partir dessas informações foi elaborado um Plano de Ação com 11 iniciativas para garantir a melhoria contínua das práticas da empresa e que será acompanhado pelo Conselho de Administração da Enel. Entre as ações definidas para o plano, podemos destacar a elaboração de aplicação de treinamentos gerais e específicos para os colaboradores e terceirizados sobre a Política

Rede do Bem: programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Em 2024, o programa contou com a atuação de 278 voluntários, que doaram 3.049 horas de trabalho voluntário em diversas atividades de ajuda humanitária durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras. Entre essas atividades, podemos destacar a campanha de arrecadação de fundos para apoio a família de colaborador da Enel que mora no Rio Grande do Sul, e teve a casa submersa pela enchente por 32 dias. A campanha de arrecadação, divulgada pelo programa, engajou doadores dentro e fora da Enel e arrecadou R\$ 16,5 mil, que foram destinados para compra de itens como novas roupas e novos móveis para a família beneficiada.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “SER”: Em 2024, o programa “SER - Sustentabilidade em Rede”, continuou a integrar cultura de sustentabilidade na Enel, por meio dos seus quatro pilares estratégicos: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano. A iniciativa reafirmou o compromisso coletivo da companhia com a transição energética e a construção de um futuro mais sustentável. Em 2024, o programa alcançou 1.342 participações em atividades que abordaram os temas prioritários da estratégia de sustentabilidade da companhia. Essas atividades foram ministradas por profissionais internos especializados, que protagonizaram realizações importantes, inspirando e incentivando seus colegas com iniciativas e resultados inovadores, estimulando o engajamento da força de trabalho, a troca de conhecimentos e a promoção de práticas sustentáveis, no cumprimento dos objetivos estratégicos da companhia. Dessa forma, o “SER” consolida-se como um marco na construção de uma cultura interna sólida e comprometida com a sustentabilidade, destacando a Enel Brasil como referência no alinhamento e engajamento de sua estratégia ESG com o público interno.

Apoio para recuperação da rede elétrica após tragédias das chuvas na região de Porto Alegre (RS):

Em maio de 2024, após as chuvas que afetaram severamente a região de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a Enel enviou apoio para a distribuidora de energia CEEE, que atua na região da capital gaúcha. Foram enviados profissionais especializados em redes subterrâneas, engenheiros e técnicos de segurança que atuam em São Paulo e no Rio de Janeiro, para auxiliar no diagnóstico e correção de defeitos em equipamentos afetados pelas enchentes, além de ajudar na estratégia de restabelecimento do sistema. A companhia também colocou à disposição da distribuidora local uma subestação móvel, capaz de ser deslocada para o Rio Grande do Sul em

caso de necessidade. Em Caxias do Sul, onde a Enel X atua na operação de iluminação pública, a companhia também doou kits de higiene para apoio aos desabrigados.

Enel Brasil

Prêmio “Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores”

Organizado pelas plataformas Melhor RH, Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (CECOM), a Enel Brasil foi reconhecida em três categorias.

A empresa conquistou o 1º lugar na categoria Inovação com a campanha “O que te inspira?”. A iniciativa ofereceu alternativas e soluções para que inovar se tornasse um propósito, incentivando os colaboradores a buscarem conhecimento e oportunidades de mudança e melhoria.

O Plano de Comunicação do Plano de Ação de Emergência nas Barragens (PAEBM) da Enel Green Power garantiu o 2º lugar na categoria Gestão de Crise – Pilar Canais e Meios. Desenvolvido para atender aos requisitos da nova Lei de Segurança de Barragens, o plano promoveu uma comunicação transparente, conscientizando e orientando a população, além de envolver o poder público e os colaboradores. A iniciativa reforça o compromisso da Enel com a segurança e o bem-estar das comunidades em que atua.

A websérie “Tá Ligado?”, um trocadilho com a área de atuação da empresa, conquistou o 2º lugar na categoria Revolution – Pilar Grandes Ideais. Composta por dez episódios, a iniciativa apresentou temas estratégicos de forma simples, acessível e didática para o público interno. A série foi divulgada em todos os canais de comunicação da Enel, alcançando números expressivos de visualizações e gerando alto engajamento da equipe.

Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (EGAESE)

Na 11ª edição do EGAESE, a Enel Brasil foi reconhecida em duas categorias. A empresa conquistou o 1º lugar na categoria Impactos Regulatórios com o projeto “Maximizando os resultados da base de remuneração: Banco de preços referencial e atipicidades”.

Já na categoria Gestão Estratégica, a Enel ficou em 4º lugar com o projeto de “Desenvolvimento e implementação de sistema automatizado de gestão e controle de processos da conformidade regulatória das informações cadastrais para a garantia do retorno dos investimentos em ativos”. O projeto foi fundamental para garantir o retorno dos investimentos em ativos.

Enel Distribuição RJ

Prêmio Firjan de Sustentabilidade

A Enel Distribuição Rio de Janeiro venceu a categoria Resíduos Sólidos com o projeto Canteiro Sustentável, que integra práticas circulares e sustentáveis na construção de usinas e subestações. A iniciativa reforça o compromisso da companhia com a transição energética justa e a criação de valor compartilhado, por meio do uso eficiente de recursos, ações ambientais e geração de valor para as comunidades locais.

Enel Distribuição SP

Prêmio Betinho de Democracia e Cidadania 2024

A Enel Distribuição São Paulo recebeu menção honrosa no Prêmio Betinho de Democracia e Cidadania 2024, concedido pela Câmara Municipal de São Paulo a iniciativas de combate à fome, exclusão social, miséria e violência. O reconhecimento foi destinado ao Centro Educacional Infantil Luz e Lápis, mantido pela Enel, pelo relevante trabalho social desenvolvido pela instituição.

Enel Green Power

GRI Infra Awards Brazil 2024

A Enel Green Power (EGP) conquistou o 1º lugar na categoria Prêmio Comunidade com o projeto Assessoria Técnica Rural, que promove o desenvolvimento sustentável em comunidades próximas a empreendimentos de energia renovável. A iniciativa capacitou 477 famílias no aprimoramento de técnicas agrícolas, fortalecimento do associativismo e autossustentabilidade, sendo reconhecida globalmente pelo prêmio Sustainability Wonders pela inovação e baixo custo de implementação.

A EGP também venceu o 1º lugar na categoria Prêmio Potência com o projeto de Mini-usinas Solares, instaladas em seis assentamentos rurais em Tacaratu (PE). As usinas fornecem energia limpa para mais de 900 pessoas, reduzem em até 80% o custo do bombeamento de água para a agricultura e evitam a emissão de cerca de 80 toneladas de CO₂ por ano, gerando impactos positivos na produção agrícola e no meio ambiente.

Prêmio de Desenvolvimento sustentável 2024 - ECOMONDO

A Enel Green Power Brasil (EGP) venceu o Prêmio de Desenvolvimento Sustentável 2024, concedido pela ECOMONDO – The Green Technology Expo, que reconhece empresas e instituições que fazem da qualidade ambiental uma força competitiva, com foco em economia circular.

O destaque foi o programa New Life, lançado para apoiar a transição energética na área de tecnologia de carvão e, posteriormente, expandido para todas as tecnologias e regiões onde a EGP atua. A iniciativa representa uma nova forma de trabalhar, baseada em práticas sustentáveis e colaborativas, reforçando o compromisso da empresa com metas desafiadoras de sustentabilidade.

Enel X

GRI Infra Awards Brazil 2024

A Enel X também foi reconhecida no GRI Infra Awards Brazil 2024 por suas soluções inovadoras em mobilidade elétrica e cidades inteligentes.

Foram dois os prêmios. O 2º lugar na categoria Prêmio Conexão com o projeto Smart City Angra dos Reis, que promoveu a modernização da iluminação pública por meio do retrofit de luminárias para LED e da instalação de sistemas de telegestão. A iniciativa melhora a eficiência energética e abre espaço para a integração de tecnologias inteligentes, como sistemas de monitoramento e sensoriamento, contribuindo para uma cidade mais segura, sustentável e conectada.

A empresa também ficou em 3º lugar na categoria Prêmio Integração com o projeto de eletrificação da frota de transporte público urbano de São Paulo, que entregou 48 novos ônibus elétricos à capital paulista em 2024. Essa frota, a maior do Brasil, evita a emissão de cerca de 118 toneladas de CO₂ por veículo ao ano e reduz a poluição sonora, representando um avanço significativo na descarbonização do transporte público e na melhoria da qualidade de vida urbana.

	2024		2023	
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Enel Américas S.A.	1.374.363.167	99,67%	1.173.913.659	99,61%
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,33%	4.618.298	0,39%
Outros	2	0,00%	2	0,00%
Total	1.378.981.467	100,00%	1.178.531.959	100,00%

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2024 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Antonio Scala	Diretor-Presidente
Francesco Tutoli	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Marja Ozolins dos Santos	Diretora Jurídica (interina)
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretora de Regulação
Antonio Scala	Diretor de Relações Externas e Sustentabilidade (interino)
Flávia da Silva Baraúna	Diretora de Serviços
Marco Fadda	Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes
Maria Esther Cures Vazquez	Diretor de Compras
Bruno Riga	Diretor de Geração
Giovanni Maria Pisani	Diretor Adjunto
Cristine de Magalhães Marcondes	Diretora Adjunta

Conselho de Administração	Membros
Presidente	Eduardo Martins
Vice-Presidente	Mario Fernando de Melo Santos
Conselheiro de Administração Titular	Guilherme Gomes Lencastre
Conselheiro de Administração Titular	Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2024 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.

A Administração.

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 /O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Enel Brasil S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enel Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ O92563/O-1

Enel Brasil S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	629.948	3.246.519	4.490.027	5.293.606
Títulos e valores mobiliários	4	1.516	50.444	527.101	592.454
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	5	-	-	9.527.172	8.990.377
Subvenção CDE - Desconto Tarifário		-	-	642.974	141.533
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	285.677	350.677	814.973	522.440
Outros tributos compensáveis	6	8.394	31.282	1.626.029	2.823.658
Ativo financeiro setorial	7	-	-	-	28.984
Serviços em curso		-	-	333.574	503.824
Dividendos a receber		1.583.569	841.040	-	-
Debêntures, empréstimos e financiamentos	11	6.016.958	4.815.746	7.164	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	64.806	826	359.255	24.094
Ativos financeiros - contas a receber vinculados à concessão	10	-	-	76.476	80.204
Ativos contratuais		-	-	12.892	-
Ativos mantidos para venda		-	13.739	-	20.368
Outros créditos	9	2.115.648	1.561.292	1.237.242	943.805
Total do ativo circulante		10.706.516	10.911.565	19.654.879	19.965.347
Não circulante					
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	5	-	-	435.777	1.080.801
Outros tributos compensáveis	6	-	-	4.951.710	4.993.698
Cauções e Depósitos		-	-	145.720	148.802
Depósitos vinculados a litígios	22.3	20.008	7.665	1.221.379	1.137.588
Tributos diferidos	27	626.930	683.165	3.756.774	4.109.703
Benefício fiscal na incorporação de controladas	8	-	-	1.731.493	1.806.776
Instrumentos financeiros derivativos	29	307.845	149.373	1.150.502	863.351
Debêntures, empréstimos e financiamentos	11	2.207.549	156.613	5.938	3.718
Outros créditos	9	1.740.265	2.142.365	192.823	158.695
Ativos financeiros - contas a receber vinculados à concessão	10	-	-	1.673.629	1.738.414
Ativo indenizável (concessão)	13	-	-	24.967.931	21.754.650
Ativos contratuais	15	-	-	4.729.369	3.601.097
Investimentos	12	49.555.956	41.164.466	7.071	3.671
Imobilizado	16	372.832	304.985	29.452.748	27.931.426
Intangível	14	723.595	926.424	15.756.262	16.990.369
Total do ativo não circulante		55.554.980	45.535.056	90.179.126	86.322.759
Total do ativo		66.261.496	56.446.621	109.834.005	106.288.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PASSIVO					
Passivo circulante					
Fornecedores	17	1.506.502	753.773	8.626.003	7.034.519
Debêntures, empréstimos e financiamentos	18	1.445.404	1.970.517	4.351.895	7.108.892
Obrigações por arrendamentos		8.121	1.766	144.295	91.634
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	21	-	-	1.443.640	1.727.900
Salários, provisões e encargos sociais		74.641	80.028	353.616	327.697
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	-	-	95.125	96.805
Outras obrigações fiscais	20	212.074	293.491	1.158.263	1.328.419
Taxas regulamentares		-	-	590.134	768.263
Dividendos a pagar		697.922	604.644	727.641	628.593
Provisões para processos judiciais e outros riscos	22	-	-	169.853	188.402
Obrigações com benefícios pós-emprego	30	-	-	5.892	7.617
Instrumentos financeiros derivativos	29	47.077	338.762	154.291	897.853
Passivo financeiro setorial	7	-	-	1.513.150	943.041
Outras obrigações	19	55.562	40.421	2.383.109	1.193.702
Total do passivo circulante		4.047.303	4.083.402	21.716.907	22.343.337
Passivo não circulante					
Debêntures, empréstimos e financiamentos	18	764.397	1.144.981	11.165.088	13.668.750
Obrigações por arrendamentos		43.331	8.668	713.435	520.603
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	21	-	-	4.487.928	5.678.190
Outras obrigações fiscais	20	-	-	96.240	63.539
Tributos diferidos	27	-	-	299.331	238.946
Obrigações com benefícios pós-emprego	30	-	-	4.718.166	7.044.228
Taxas regulamentares		-	-	278.592	221.827
Passivo financeiro setorial	7	-	-	541.737	620.802
Provisões para processos judiciais e outros riscos	22	8.167	7.051	2.822.505	2.988.520
Provisão para desmantelamento		-	-	28.055	58.938
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	53.739	-	364.272
Outras obrigações	19	556.555	1.229.052	715.442	1.431.091
Total do passivo não circulante		1.372.450	2.443.491	25.866.519	32.899.706
Patrimônio líquido					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social		52.037.116	43.393.413	52.037.116	43.393.413
Ações em tesouraria		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reservas de capital		2.471.243	2.471.243	2.471.243	2.471.243
Reservas de lucros		6.631.794	4.383.479	6.631.794	4.383.479
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		(187.385)	(217.382)	(187.385)	(217.382)
		60.841.743	49.919.728	60.841.743	49.919.728
Atribuível aos acionistas não controladores:					
Demais acionistas do Grupo Enel		-	-	751	750
Outras acionistas não controladores		-	-	1.408.085	1.124.585
		-	-	1.408.836	1.125.335
Total do patrimônio líquido		60.841.743	49.919.728	62.250.579	51.045.063
Total do passivo e do patrimônio líquido		66.261.496	56.446.621	109.834.005	106.288.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita líquida	24	-	-	44.095.325	41.374.587
Custo do serviço	25	-	-	(33.917.411)	(31.046.844)
Lucro bruto		-	-	10.177.914	10.327.743
(Despesas) receitas operacionais	25				
Despesas com vendas		-	-	(44.481)	(48.606)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	-	(1.001.042)	(1.146.521)
Despesas gerais e administrativas		(644.933)	(663.332)	(2.046.038)	(2.268.382)
Outras receitas e despesas operacionais		(29.550)	232.165	(215.463)	774.707
Total (despesas) receitas operacionais		(674.483)	(431.167)	(3.307.024)	(2.688.802)
Perda com a venda de controladas		-	(129.153)	-	(129.153)
Resultado de equivalência patrimonial	12	3.270.851	3.130.422	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		2.596.368	2.570.102	6.870.890	7.509.788
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		1.847.175	3.535.279	2.516.560	4.681.820
Despesas financeiras		(1.149.140)	(3.847.733)	(5.429.092)	(8.761.874)
Variações cambiais, líquidas		(246.478)	340.214	(283.763)	446.039
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.047.925	2.597.862	3.674.595	3.875.773
Imposto de renda e contribuição social	27				
Correntes		(37.068)	(16.077)	(494.516)	(940.615)
Diferidos		(72.240)	(35.915)	(167.080)	(328.073)
Incentivo fiscal		-	-	47.003	21.289
Lucro líquido antes das participações minoritárias		2.938.617	2.545.870	3.060.002	2.628.374
Lucro líquido por ação (em Reais - R\$)		2,32	2,40	2,41	2,47
Atribuível aos acionistas controladores				2.938.617	2.545.870
Atribuível aos acionistas não controladores					
Demais acionistas do Grupo Enel:				177	223
Outros acionistas não controladores:				121.208	82.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	2.938.617	2.545.870	3.060.002	2.628.374
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo	23.664	(133.161)	25.911	(101.388)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo de controlada	(8.046)	45.275	(8.810)	34.472
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	(3.020)	(9.340)	(3.020)	(7.009)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	12.598	(97.226)	14.081	(73.925)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	467.288	(172.088)	468.653	(819.826)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	(158.878)	58.510	(159.342)	278.741
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	308.410	(113.578)	309.311	(541.085)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	321.008	(210.804)	323.392	(615.010)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	3.259.625	2.335.066	3.383.394	2.013.364
Atribuído a:				
Acionistas controladores			3.259.625	2.335.066
Demais acionistas do Grupo Enel			177	223
Outros acionistas não controladores			123.592	(321.925)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros				Lucro Acumulado	Outros resultados abrangentes	Acionistas Controladores	Demais acionistas Grupo Enel	Acionistas não controladores	Total
			Remuneração ágio na emissão de ações	Reserva legal	Outras reservas	Reserva de reforço para capital de giro	Dividendos adicionais propostos						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.070.269	(111.025)	2.471.243	521.556	324.280	2.135.965	-	-	(330.267)	43.082.021	697	1.060.118	44.142.836
Aumento de capital	5.323.144	-	-	-	-	-	-	-	-	5.323.144	-	-	5.323.144
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.545.870	-	2.545.870	223	82.281	2.628.374	
Perda atuarial líquida em fundo de pensão de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(541.085)	(541.085)	-	(3.633)	(544.718)	
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	(541.085)	541.085	-	-	-	-	
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	66.916	66.916	1	2.005	68.922	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	8.064	8.064	-	-	8.064	
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(7.009)	(7.009)	-	-	(7.009)	
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	1.537	-	44.914	46.451	(171)	3.301	49.581	
Reserva legal	-	-	-	127.294	-	-	(127.294)	-	-	-	-	-	
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(604.644)	-	(604.644)	-	(19.487)	(624.131)	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	302.356	(302.356)	-	-	-	-	-	
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	970.491	(970.491)	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.393.413	(111.025)	2.471.243	648.850	324.280	3.107.993	302.356	-	(217.382)	49.919.728	750	1.124.585	51.045.063
Aumento de capital	8.643.703	-	-	-	-	-	-	-	8.643.703	-	-	-	8.643.703
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.938.617	-	2.938.617	177	121.208	3.060.002	
Ganho ou perda atuarial líquida em fundo de pensão de controladas	-	-	-	-	-	-	-	308.410	308.410	-	901	309.311	
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	308.410	(308.410)	-	-	-	-	
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	15.618	15.618	-	1.483	17.101	
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	17.399	17.399	-	-	17.399	
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	(3.020)	(3.020)	-	-	(3.020)	
Outras transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	1.566	-	-	1.566	(176)	187.929	189.319	
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(302.356)	-	(302.356)	-	-	(302.356)	
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(697.922)	-	(697.922)	-	(28.021)	(725.943)	
Reserva legal	-	-	-	146.931	-	-	(146.931)	-	-	-	-	-	
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	2.402.174	(2.402.174)	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	52.037.116	(111.025)	2.471.243	795.781	324.280	5.511.733	-	-	(187.385)	60.841.743	751	1.408.085	62.250.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Enel Brasil S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.938.617	2.545.870	3.060.002	2.628.374
Ajustes por:				
Perda participação ENEL GO	-	-	-	-
Perda participação ENEL CGTF	-	-	-	-
Depreciação e amortização	101.296	65.512	3.866.816	3.241.493
Juros sobre empréstimos concedidos	(898.819)	(377.349)	-	-
Encargos sobre obrigações de arrendamentos	8.137	2.046	58.131	86.109
Equivalência patrimonial	(3.270.851)	(3.130.422)	-	-
Juros diversos e variações monetárias provisionadas	173.540	(2.913)	819.780	454.908
Receita do ativo indenizável	-	-	(1.082.633)	-
Baixa do ativo indenizável, intangível e imobilizado	218.505	-	136.224	189.340
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa de recebíveis de clientes	-	-	484.881	660.018
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	225.503	-
Encargos financeiros e variação cambial	482.342	-	2.341.023	(360.123)
Custos de transação	-	-	32.905	19.552
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(391.012)	639.795	(954.769)	(824.151)
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais	548	3.865	330.424	191.730
Atualização monetária das provisões para contingências	1.363	-	261.680	232.373
Benefício fiscal de ágio incorporado	-	-	75.283	75.619
Atualização financeira do bônus de concessão	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.190	(35.915)	253.972	8.428
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	16.077	-	-
Ajuste a valor de mercado	1.303.791	-	468.699	316.120
Créditos de PIS/COFINS	-	-	-	-
Provisão para desmantelamento	-	-	(30.883)	-
Ganho na liquidação de ativos e passivos mantidos para venda	-	-	-	-
	715.647	(273.434)	10.347.038	6.919.790
(Aumento) Redução nas contas de ativos				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	(376.652)	(1.700.310)
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	(501.441)	(67.071)
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	-	-	(11.807)	(75.876)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis e outros tributos compensáveis	87.888	(22.415)	947.084	2.185.281
Cauções e depósitos vinculados a litígios	(12.343)	(2.020)	(80.709)	196.531
Dividendos recebidos	1.211.271	1.963.072	-	-
Ativo financeiro setorial	-	-	599.093	(28.984)
Disponível para venda	-	-	7.476	323.205
Serviços em curso	-	-	170.250	104.217
Outros créditos	(152.255)	354.506	(311.002)	(45.403)
Recebimentos de juros	68.822	-	-	-
Recebimento de mútuos concedidos	220.408	-	-	-
Mútuos concedidos	(3.962.670)	-	-	-
Aumento (redução) nas contas de passivos				
Fornecedores	752.729	(1.126.652)	1.591.484	(1.624.426)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(81.417)	(36.029)	(1.341.718)	(2.185.792)
Salários, provisões e encargos sociais	(5.387)	22.735	25.919	474
Encargos setoriais	-	-	(200.429)	64.862
Pagamento de provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributários, regulatórios e ambientais	(795)	(250)	(776.668)	(435.795)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(2.408.958)	277.889
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobrás	-	-	(66.282)	(348.239)
Pagamento de juros (encargos de dívida)	-	-	-	-
Pagamento de juros de debêntures	(128.163)	(176.481)	(1.100.481)	(1.581.203)
Recebimento de principal de empréstimos concedidos	-	7.351.642	-	-
Recebimento de juros de empréstimos concedidos	-	284.628	-	-
Recebimento (pagamento) de juros de instrumentos financeiros derivativos	(166.775)	(597.651)	(840.064)	-
Pagamento de juros de arrendamentos	-	(1.929)	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(21.490)	(271.939)	(271.939)
Outras obrigações	(642.117)	62.155	532.969	827.974
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(2.095.157)	7.780.387	5.933.363	2.535.185
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	48.928	(31.577)	65.353	(261.943)
Dívidas ENEL Goiás	-	-	-	7.051.309
Recebimento de mútuos concedidos	-	(3.274.883)	(7.186)	-
Aquisição de participação societária	(6.707.566)	(5.870.218)	-	-
Aquisição para o ativo de contrato, intangíveis e imobilizado	(150.156)	(1.885)	(7.662.910)	(9.379.323)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de investimento	(6.808.794)	(9.178.563)	(7.604.743)	(2.589.957)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos, financiamentos e debêntures	-	637.204	1.132.581	3.474.609
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.447.542)	(1.306.602)	(7.964.700)	(6.396.496)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	4.057	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	(906.999)	-	(929.250)	(1.008.115)
Aumento de capital	8.643.703	4.302.144	8.643.703	5.323.144
Pagamento de obrigações por arrendamento	(1.782)	(9.640)	(5.470)	(124.478)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	(23.940)	(83.026)	-
Recebimento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	19.955	73.963	-
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamento	6.287.380	3.623.178	867.801	1.268.664
Variação líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.616.571)	2.225.002	(803.579)	1.213.892
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.246.519	1.021.517	5.293.606	4.079.714
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	629.948	3.246.519	4.490.027	5.293.606
Variação líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.616.571)	2.225.002	(803.579)	1.213.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Enel Brasil S.A. (“Enel Brasil” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida das Nações Unidas, 14401, Torre B1 Aroeira, município de São Paulo, Estado de São Paulo, subsidiária integral da Enel Américas S.A., localizada em Santiago, no Chile, controlada indireta da Enel S.P.A., localizada em Roma, Itália.

A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia, formam o Grupo Enel Brasil (“Grupo Enel” ou “Grupo”), atuando em qualquer segmento e prestação de serviços no setor elétrico conforme suas divisões estratégicas: Infraestrutura e redes, geração, comercialização, serviços/soluções e outros:

a) Distribuição de energia (“DXs”)

No segmento de distribuição de energia, as concessionárias controladas pela Enel Brasil estão localizadas nos estados do São Paulo (“Enel São Paulo”), Rio de Janeiro (“Enel Rio de Janeiro”) e Ceará (“Enel Ceará”), fornecendo energia a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público. A concessão de serviço público de energia elétrica tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel São Paulo”)

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”) é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 – Brasil, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo. O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em junho de 2028.

Ampla Energia e Serviços S.A. (Enel Rio)

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Ampla”), é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 – Brasil, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 05/1996, assinado em 9 de dezembro de 1996, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em dezembro de 2026.

Companhia Energética do Ceará (Enel Ceará)

A Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Coelce”), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3, com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará. O contrato de concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 01/1998, assinado em 13 de maio de 1998, tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em maio de 2028.

b) Geração (“GXs”)

Em geração, a Enel Brasil controla integralmente empresas com atividade de geração de energia elétrica, com a marca “Enel Green Power – EGP”, por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar. As geradoras de energia controladas pela Enel Brasil têm capacidade instalada combinada de aproximadamente 6,0 GW, atendendo distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País.

Enel Green Power – EGP

A Enel Green Power – EGP possui operações nos estados de Goiás, Bahia, Piauí, Tocantins, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraná e Ceará, e em 31 de dezembro de 2024 a Enel Green Power - EGP estava composta por um portfólio de 215 empreendimentos, sendo: 11 usinas hidrelétricas; 110 geração de energia eólica; e 78 gerações de energia solar. O Grupo ainda possui 16 empresas que possuem natureza de apoio, como gerenciamento de estoque central, ou são projetos em desenvolvimento. Para detalhamento das empresas vide nota explicativa nº 2.1.6.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

A Enel Brasil controla integralmente também a usina hidrelétrica Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (“EGP Cachoeira Dourada”), que firmou em 11 de setembro de 1997 o contrato de concessão 11/1997, com prazo de duração de 30 anos, para exploração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada (usina hidrelétrica composta por 10 unidades geradoras, 658 MW de capacidade instalada e com garantia física de 374 MW). Em junho de 2022, a controlada EGP Cachoeira Dourada assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/1997, postergando o final da concessão para 02 de novembro de 2029. A controlada EGP Cachoeira Dourada foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a importar e exportar energia da Argentina e do Uruguai. A referida autorização é válida até 2026.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

A Enel Brasil controla integralmente ainda a usina hidrelétrica Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Volta Grande”), quando adquiriu o contrato de 30 anos de concessão em 10 de novembro de 2017, com início da prestação de serviço em 1º de dezembro de 2017, e com uma capacidade instalada de 380MW, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017. Em 20 de junho de 2022, foi firmado o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, para formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.928/2021 e da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, sendo a nova vigência até 11 de maio de 2048.

c) Comercialização (“CXs”)

Enel Trading Brasil S.A.

A Enel Trading Brasil S.A. (“Enel Trading”), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social a prática de atos de comércio atacadista e varejista de energia e de outros produtos não especificados anteriormente, atividades de importação e exportação, atividades de gestão, como produtos e serviços correlatos, bem como a participação em outras sociedades.

d) Serviços (“SXs”)

Enel X Brasil S.A.

A Enel X Brasil S.A. (“Enel X”), sociedade por ações de capital fechado, tem sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa linha de negócio é dedicada ao desenvolvimento de produtos inovadores e soluções digitais em setores onde a energia está mostrando o maior potencial de transformação: residências, empresas e cidades, como painéis solares, automação, armazenamento de energia e mobilidade elétrica, entre outras inovações. A Enel X também detém participações em outras sociedades, com operações diversas, como: soluções de iluminação pública no modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs) firmadas com diversos municípios do Brasil, soluções de infraestrutura elétrica, e soluções em mobilidade urbana.

e) Outros

Enel Cien S.A.

A Enel Cien S.A. (“Companhia” ou “CIEN”), com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, é controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Até 31 de março de 2023, a controlada CIEN operou por designação as linhas de transmissão de energia Garabi I e Garabi II, após essa data o novo operador, vencedor da licitação da nova concessão, assumiu a operação das referidas linhas de transmissão. Com relação a continuidade operacional da controlada CIEN, um novo modelo de negócio está sendo revisto. A controlada CIEN continuará ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Enel, estudando alternativas para novos negócios. Enquanto o Grupo Enel analisa tais alternativas, cabe mencionar que a controlada CIEN possui caixa suficiente para honrar compromissos futuros, decorrente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos recursos recebidos na operação de indenização das vendas de suas linhas de transmissão, além da geração de receita financeira oriunda de rendimento de aplicações financeiras, bem como operações de mútuo.

CTM e TESA

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as companhias CTM – Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. (CTM) e TESA – Transportadora de Energia S.A. (TESA), localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia considerou o investimento na CTM e TESA como disponível para venda. No entanto, após reavaliação da venda, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não tem mais a intenção de venda das referidas Companhias, bem como não considera que estas empresas representem uma linha separada de negócios de transmissão ou área geográfica de operações a ponto de ser configurada como um segmento de negócio distinto (unidade geradora de caixa distinta) a ponto de ser classificada como uma operação descontinuada.

1.1 Panorama das renovações de concessões no Brasil - Decreto 12.068/2024 e o novo contrato de concessão

Em 20 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que apresenta as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição que se encerram entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de enquadramento para prorrogação do contrato, além de trazer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 15 de outubro de 2024, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 027/2024, com o objetivo de obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com vistas à prorrogação das concessões. A conclusão da referida Consulta e a consequente aprovação do novo Contrato de Concessão foram realizados pela ANEEL no dia 25 de fevereiro de 2025. A partir da publicação do novo Contrato de Concessão, as distribuidoras terão um prazo de 30 dias para apresentar à Agência o requerimento de prorrogação, o que é o intuito da Companhia e de suas controladas.

1.2. Eventos climáticos

Em novembro de 2023, as áreas de concessão das distribuidoras Enel São Paulo e Enel Rio de Janeiro, foram afetadas por evento climático atípico com tempestade severa e fortes rajadas de vento. A referida tempestade provocou danos graves na rede de distribuição da referidas distribuidoras, demandando a atuação imediata e emergencial das concessionárias.

No dia 11 de outubro de 2024, o vendaval mais intenso registrado nos últimos 30 anos atingiu, sem prévio alerta meteorológico, a área de concessão da Enel São Paulo, provocando danos severos à rede de distribuição e ocasionando interrupções no fornecimento de energia. O vendaval afetou não apenas quilômetros de redes de baixa e média tensão, mas também linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

Penalidades e ações judiciais

Enel Distribuição São Paulo: Em fevereiro de 2024, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 02/2024 (“AI”) determinando a aplicação de multa de R\$ 165.808 em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. O referido AI foi avaliado como risco possível de perda – vide nota explicativa nº 22. Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Enel Distribuição São Paulo. As diversas ações, decorridas de tais eventos climáticos, foram classificadas como risco de perda possível - vide nota explicativa nº 22. Em 21 de outubro de 2024, a Enel Distribuição São Paulo recebeu o Termo de Intimação nº 0049/2024-SFT (“TI”), emitido pela Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica – SFT da ANEEL, relacionado ao evento climático do dia 11 de outubro de 2024, para que ela se manifestasse sobre Relatório de Falhas e Transgressões – RFT – anexo ao TI. Em novembro de 2024, a Enel São Distribuição Paulo apresentou sua manifestação ao TI e, apesar de entender que, segundo a regulação vigente, não há fundamentos para a emissão do TI, a Enel Distribuição São Paulo subsidiariamente também apresentou um Plano de Recuperação para o período apontado. A execução do Plano tem se mostrado exitosa.

Enel Distribuição Rio de Janeiro: Em 15 de abril de 2024, a ANEEL emitiu AI - Auto de Infração nº 06/2024 determinando a aplicação de multa de R\$ 54.054 (R\$56.402 atualizado até 31 de dezembro de 2024), em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. Em 25 de abril de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI – vide nota explicativa nº 22, com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a classificação de risco de perda como possível. Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de diversas ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37 como risco de perda provável e possível, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia - vide nota explicativa nº 22.

1.3. Plano de melhoria

Enel Distribuição São Paulo: Em abril de 2024, a controlada Enel Distribuição São Paulo apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato pela Enel Distribuição São Paulo, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores. Dentre as iniciativas apresentadas, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica. As principais ações apresentadas pela Enel Distribuição São Paulo, são: aumento de pessoal próprio; investimento em infraestrutura, novos protocolos de atuação em caso de contingência; podas de árvores. Frente a essa situação, a Enel Distribuição São Paulo vem fortalecendo de forma contínua sua infraestrutura e seus protocolos de resposta a emergências, buscando mitigar os impactos causados por eventos climáticos adversos. Reforçamos que, apesar da gravidade do evento, permanecemos plenamente capazes de manter a continuidade operacional. A Enel Distribuição São Paulo cumpre integralmente todas as suas obrigações contratuais e regulatórias. Todas as informações solicitadas pela ANEEL estão sendo prontamente fornecidas, com os devidos esclarecimentos prestados pela Enel Distribuição São Paulo.

Enel Distribuição Rio de Janeiro: Em setembro de 2024, a controlada Enel Distribuição Rio apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começam a ser implementadas de imediato pela Enel Distribuição Rio, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores. Dentre as iniciativas apresentadas pela Enel Distribuição Rio, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

1.4. Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020 e o Decreto nº 10.350/2020, reconheceu que os fatos causados pela pandemia se incluíram no âmbito das áreas administrativa e econômica, assim estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 885/2020, critérios e procedimentos complementares para a gestão da CONTA-COVID, incluindo diretrizes para a contratação da operação financeira pela CCEE, e dentre outras medidas a obrigação de recolhimento de quotas mensais, com efeitos a partir dos processos tarifários de 2021, definidos de forma proporcional ao repasse de recursos observado para cada distribuidora. Posteriormente, a ANEEL, observando a Medida Provisória nº 1.078/2021 e o Decreto nº 10.939/2022, que permite o financiamento às distribuidoras para mitigar o impacto derivado da escassez hídrica, bem como os diferimentos tarifários ocorridos até o desembolso do próprio empréstimo, estabeleceu, por meio da Resolução Normativa nº 1.008/2022, critérios e procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, sendo estabelecidos os limites de empréstimo para cada concessionária. O pagamento do empréstimo aos bancos será feito através de cobrança tarifária no prazo de 54 meses, a partir dos processos tarifários de 2023.

Já em 2024, a Medida Provisória nº 1.212 definiu em seu Art. 4º a possibilidade de a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE relacionados as obrigações futuras da Eletrobras quanto aos aportes definidos na Lei nº 14.182/2021. Diante deste fato, em 4 de julho de 2024, o Governo Federal, por meio da Portaria Interministerial MME/MF nº 1, estabeleceu as diretrizes da operação, caracterizando a operação financeira como securitização de direitos creditórios, além disso definiu diretrizes complementares e aspectos tarifários relacionados às Contas Covid e Escassez Hídrica. Em 8 de agosto de 2024, por meio da correspondência CT-CCEE 18834/2024, a CCEE informou à ANEEL sobre a assinatura dos Documentos da Operação de antecipação dos recebíveis da CDE Eletrobras para fins de quitação da Conta COVID e Conta Escassez Hídrica. Diante deste fato, as distribuidoras a partir de outubro de 2024 deixarão de pagar os empréstimos relativo a estas contas.

Em 24 de setembro de 2024, em reunião pública, foi aprovado pela ANEEL a Resolução Normativa nº.102, estabelecendo diretrizes para a fixação de quotas extraordinárias a serem arcadas pelas distribuidoras, em caso de eventual inadimplência pela Eletrobras dos recebíveis da CDE cedidos. Caso ocorra inadimplência, a ANEEL terá o prazo de 30 dias para fixar as quotas extraordinárias após o aviso, por parte da CCEE, do inadimplemento da Eletrobras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na correspondente nota explicativa. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia e suas controladas, sempre que aplicável, se utilizam das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A aprovação para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2025.

2.1.2. Moeda funcional, transações em moeda estrangeira e conversão de saldos

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Investimentos em títulos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes) são transferidas para o resultado.
- Passivo financeiro designado como hedge do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que hedge é efetivo;
- Um hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo.
- Controladas e/ou coligadas mantidas no exterior.

Os ativos e passivos no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais, relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o grupo baixar apenas parte de uma associada ou *join venture*, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

2.1.3. Controladas em economia inflacionária

Desde o exercício de 2018 as controladas diretas CTM e TESA adotaram a prática contábil de economia hiperinflacionária, pois a partir de julho de 2018, a economia da Argentina foi considerada hiperinflacionária, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (“CPC 42”). Essa determinação foi feita com base em uma série de critérios qualitativos e quantitativos, dentre os quais se destaca a presença de taxa de inflação acumulada superior a 100% em um período de três anos.

De acordo com as disposições do CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado dessas subsidiárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços e assim, as demonstrações financeiras foram retrospectivamente corrigidas a fim de refletir as mudanças no poder de compra do peso argentino, na data de encerramento destas demonstrações financeiras. Após a correção, as demonstrações financeiras foram convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio efetivas na data de encerramento do exercício. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real pela média da taxa mensal de câmbio. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Em razão da economia da Argentina ser considerada hiperinflacionária, para a conversão das informações financeiras da Enel Brasil, os ativos, os passivos, o patrimônio líquido, as receitas e as despesas são convertidos para moeda de apresentação utilizando a taxa de câmbio do fechamento da data do balanço patrimonial.

O resultado do exercício foi atualizado no final do período com base no índice de preços ao consumidor argentino do período de 2024, divulgado pelo INDEC – Instituto de Nacional de Estatísticas e Censo da República da Argentina, de forma a ajustar as variações monetárias do resultado no exercício. Atualmente, a taxa de inflação acumulada permanece superior a 100% se comparados o período dos últimos de três anos.

	IPC (*)
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2022	95,20%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2023	221,4%
Inflação acumulada de janeiro a dezembro 2024	117,8%

(*) Índice de Precios al Consumidor equivalente ao IPCA do Brasil na Argentina. Fonte: Índices y variaciones porcentuales mensuales e interanuales según divisiones de la canasta, bienes y servicios, clasificación de grupos. Diciembre de 2016-diciembre de 2024 (<https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-5-31>).

2.1.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.5. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Considerando que o negócio da Enel Brasil é atuar em toda a cadeia energética, com atividades nas áreas de geração, distribuição, comercialização e serviços de soluções em energia. A Enel Brasil os agrega em segmentos operacionais que possuem indicadores econômicos com características semelhantes e estes representam os segmentos reportáveis.

No segmento de distribuição (DXs), por meio de três distribuidoras, nos estados do Rio de Janeiro, Ceará, e São Paulo, levam energia a mais de 15 milhões de clientes residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público, que consome 36 GW de energia elétrica.

No segmento de geração (GXs), a Companhia agrupa todas as empresas que fazem a transformação de fontes primárias (energia potencial gravitacional, e cinética) em eletricidade, independente da tecnologia aplicada (eólica, solar, hidro) bem como do modelo de autorização para operar (contrato de concessão, outorga, PIE, outros). com uma capacidade instalada combinada de mais de 6,0 GW.

No segmento de comercialização (CXs), ocorre a compra e venda de energia convencional e incentivada no Mercado Livre, em diversos estados. A Companhia enquadra no segmento de comercialização a empresa que atua como mediadora entre o produtor de energia e o consumidor final de energia elétrica. Temos em nossa carteira mais de 3 mil clientes de diferentes portes e segmentos.

No segmento de serviços (SXs), o Grupo atua também como uma empresa integradora de soluções inteligentes com intuito de conectar nossos clientes residenciais e empresariais às ferramentas que estão transformando o setor elétrico tradicional, como a geração distribuída, a automação, o armazenamento de energia e a mobilidade elétrica, além de muitas outras soluções inovadoras.

Em outros segmentos, com Enel Brasil empresa controladora do grupo no Brasil que atua no gerenciamento das despesas e administração do grupo, Enel Cien e empresas controladas no exterior, CTM e Tesa, atuantes no setor de transmissão na Argentina e Enel Uruguay prestadora de serviços de mobilidade no Uruguai.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo:

	31.12.2024							
	Enel Redes ("DXs")	Enel Geração Renovável ("GXs")	Enel Comercialização ("CXs")	Enel X Varejo ("SXs")	Subtotal	Outros	Eliminações	Total
Demonstração do resultado do exercício por segmento operacional								
Receita líquida	37.733.701	5.872.361	4.759.872	345.058	13.143	-	(4.628.810)	44.095.325
Custo do serviço	(30.346.735)	(3.279.129)	(4.604.525)	(298.958)	(4.190)	-	4.616.126	(33.917.411)
Lucro bruto	7.386.966	2.593.232	155.347	46.100	8.953	-	(12.684)	10.177.914
Despesas operacionais								
Despesas com vendas	(44.422)	(59)	-	-	-	-	-	(44.481)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(940.637)	(41.616)	1.866	(20.655)	-	-	-	(1.001.042)
Despesas gerais e administrativas	(1.133.811)	(318.660)	(38.829)	(96.643)	(22.163)	(644.933)	209.001	(2.046.038)
Outras receitas e despesas operacionais	213.786	85.783	500	(222.688)	18.877	(29.550)	(282.171)	(215.463)
Total (despesas) receitas operacionais	(1.905.084)	(274.552)	(36.463)	(339.986)	(3.286)	(674.483)	(73.170)	(3.307.024)
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.249	-	-	(3.658)	3.270.851	(3.269.442)	-
Total do resultado operacional	5.481.882	2.320.929	118.884	(293.886)	2.009	2.596.368	(3.355.296)	6.870.890
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	1.303.554	182.723	34.312	50.177	109.674	1.847.175	(1.011.055)	2.516.560
Despesas Financeiras	(4.541.654)	(694.480)	(1.197)	(27.977)	(25.524)	(1.149.140)	1.010.880	(5.429.092)
Variações cambiais, líquidas	(10.024)	(21.255)	(896)	(10.434)	5.718	(246.478)	(394)	(283.763)
Total do resultado financeiro	(3.248.124)	(533.012)	32.219	11.766	89.868	451.557	(569)	(3.196.295)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.233.758	1.787.917	151.103	(282.120)	91.877	3.047.925	(3.355.865)	3.674.595
Imposto de renda e contribuição social correntes	62.187	(439.510)	(46.857)	(2.736)	(30.532)	(37.068)	-	(494.516)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(118.219)	(2.153)	(4.009)	37.045	(7.504)	(72.240)	-	(167.080)
Incentivo Fiscal	32.572	14.431	-	-	-	-	-	47.003
	(23.460)	(427.232)	(50.866)	34.309	(38.036)	(109.308)	-	(614.593)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	2.210.298	1.360.685	100.237	(247.811)	53.841	2.938.617	(3.355.865)	3.060.002

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023							
	Enel Redes ("DXs")	Enel Geração Renovável ("GXs")	Enel Comercialização ("CXs")	Enel X Varejo ("SXs")	Subtotal	Outros	Eliminações	Total
Demonstração do resultado do exercício por segmento operacional								
Receita líquida	35.670.707	4.483.478	3.910.880	392.001	44.457.066	94.451	(3.176.930)	41.374.587
Custo do serviço	(27.916.064)	(2.436.230)	(3.583.762)	(271.955)	(34.208.011)	(16.719)	3.177.886	(31.046.844)
Lucro bruto	7.754.643	2.047.248	327.118	120.046	10.249.055	77.732	956	10.327.743
Despesas operacionais								
Despesas com vendas	(48.550)	(56)	1	-	(48.605)	(1)	-	(48.606)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(1.148.768)	6.706	1.325	(3.400)	(1.144.137)	(2.384)	-	(1.146.521)
Despesas gerais e administrativas	(1.320.487)	(255.575)	(30.608)	(111.195)	(1.717.865)	(669.820)	119.303	(2.268.382)
Outras receitas e despesas operacionais	161.191	43.414	3.320	3	207.928	765.740	(198.961)	774.707
Total (despesas) receitas operacionais	(2.356.614)	(205.511)	(25.962)	(114.592)	(2.702.679)	93.535	(79.658)	(2.688.802)
Perda com a venda de controladas	-	-	-	-	-	(129.153)	-	(129.153)
Resultado de equivalência patrimonial	-	138	-	-	138	3.191.681	(3.191.819)	-
Total do resultado operacional	5.398.029	1.841.875	301.156	5.454	7.546.514	3.233.795	(3.270.521)	7.509.788
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	1.152.290	260.970	28.269	17.563	1.459.092	3.648.130	(425.402)	4.681.820
Despesas Financeiras	(4.581.886)	(710.967)	(13.128)	(17.247)	(5.323.228)	(3.864.048)	425.402	(8.761.874)
Variações cambiais, líquidas	3.855	81.956	73	2.967	88.851	357.188	-	446.039
Total do resultado financeiro	(3.425.741)	(368.041)	15.214	3.283	(3.775.285)	141.270	-	(3.634.015)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.972.288	1.473.834	316.370	8.737	3.771.229	3.375.065	(3.270.521)	3.875.773
Imposto de renda e contribuição social correntes	(289.817)	(304.291)	(107.353)	(12.127)	(713.588)	(227.027)	-	(940.615)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(272.166)	(3.848)	2.556	7.820	(265.638)	(62.435)	-	(328.073)
Incentivo Fiscal	15.212	6.077	-	-	21.289	-	-	21.289
	(546.771)	(302.062)	(104.797)	(4.307)	(957.937)	(289.462)	-	(1.247.399)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.425.517	1.171.772	211.573	4.430	2.813.292	3.085.603	(3.270.521)	2.628.374

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação das informações sobre segmentos reportáveis com os valores reportados nas demonstrações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
i. Receitas		
Receita total de segmentos reportáveis	48.710.994	44.544.702
Receita de outros segmentos	13.141	6.815
Eliminação de receitas inter segmentos	(4.628.810)	(3.176.930)
Receita consolidada	44.095.325	41.374.587
ii. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos dos segmentos reportáveis	3.890.658	3.771.233
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos de outros segmentos	3.139.802	3.317.640
Eliminação de receitas inter segmentos	(3.355.865)	(3.213.100)
Lucro consolidado antes do imposto de renda e contribuição social de operações continuadas	3.674.595	3.875.773
iii. Ativos		
Ativo total dos segmentos reportáveis	101.169.997	94.468.983
Ativo de outros segmentos	67.340.658	57.469.537
Eliminação de ativos inter segmentos	(58.676.650)	-45.650.414
Total do ativo consolidado	109.834.005	106.288.106
iv. Passivos		
Passivo total dos segmentos reportáveis	101.169.997	58.522.140
Passivo de outros segmentos	67.340.659	6.795.898
Eliminação de passivos inter segmentos	(58.676.651)	-10.074.995
Total do passivo consolidado	109.834.005	55.243.043

2.1.6. Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

#	Controlada	Segmento	Em operação	2024			2023		
				Total %	Participação direta %	Participação indireta %	Total %	Participação direta %	Participação indireta %
1	Alvorada Energia S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
2	Apiacás Energia S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
3	Enel Green Power Nova Olinda 13 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
4	Usina Fotovoltaica Arinos 24 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
5	Usina Fotovoltaica Arinos 15 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
6	Usina Fotovoltaica Arinos 21 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
7	Usina Fotovoltaica Arinos 22 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
8	Usina Fotovoltaica Arinos 17 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
9	Usina Fotovoltaica Arinos 13 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
10	Usina Fotovoltaica Arinos 16 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
11	Usina Fotovoltaica Arinos 11 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
12	Usina Fotovoltaica Arinos 23 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
13	Usina Fotovoltaica Arinos 12 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
14	Usina Fotovoltaica Arinos 14 Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
15	Alba Energia Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
16	Bondia Energia Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
17	Enel Green Power Morro Norte 04 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
18	Enel Green Power São Cirilo 03 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
19	Enel Green Power Morro Norte 03 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
20	Enel Green Power Lagoa do Sol 11 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
21	Enel Green Power São Cirilo 02 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
22	Enel Green Power Morro Norte 02 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
23	Enel Green Power Lagoa do Sol 10 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
24	Usina Eólica Pedra Pintada C Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
25	Usina Eólica Pedra Pintada D Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
26	Usina Eólica Pedra Pintada B Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
27	Usina Eólica Pedra Pintada A Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
28	Ventos de São Cirilo Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
29	Ventos de São Mário Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
30	Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
31	Enel Green Power São Gonçalo 02 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
32	Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
33	Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
34	Enel Green Power São Gonçalo 01 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
35	Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
36	Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
37	Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#	Controlada	Segmento	Em operação	2024			2023		
				Total %	Participação direta %	Participação indireta %	Total %	Participação direta %	Participação indireta %
38	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 4 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
39	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 19 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
40	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 13	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
41	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 5 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
42	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 8 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
43	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 3 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
44	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 11 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
45	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 7 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
46	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 6 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
47	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
48	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 14 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
49	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 9 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
50	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 17 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
51	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 21 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
52	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 1 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
53	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 2 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
54	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 10 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
55	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 20 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
56	Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
57	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 15 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
58	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 17 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
59	Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
60	Parque Eólico Palmas dos Ventos Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
61	Enel Green Power Boa Vista 01 Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
62	Enel Green Power Zeus Sul 1 Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
63	Enel Power do Brasil Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
64	Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
65	Usina Eólica Pedra Pintada F Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
66	Usina Eólica Pedra Pintada G Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
67	Usina Eólica Pedra Pintada E Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
68	Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
69	Enel Green Power Cumaru 01 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
70	Enel Green Power Cumaru 02 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
71	Enel Green Power Cumaru 03 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
72	Enel Green Power Cumaru 04 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
73	Enel Green Power Cumaru 05 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
74	Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
75	Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
76	Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
77	Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
78	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 08 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
79	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 16 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
80	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 21 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
81	Enel Green Power Nova Olinda 12 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
82	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 22 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
83	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 25 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
84	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 26 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
85	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela Acl 12	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
86	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela Acl 13 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
87	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela Acl 16 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
88	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela Acl 18 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
89	Isamu Ikeda Energia S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
90	Enel Green Power Cumaru Participações S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#	Controlada	Segmento	Em operação	2024			2023		
				Total %	Participação direta %	Participação indireta %	Total %	Participação direta %	Participação indireta %
91	Enel Green Power Lagoa Participações S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
92	Enel Green Power Nova Olinda 11 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
93	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança Participações S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
94	Primavera Energia S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
95	Quatiara Energia S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
96	Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
97	Enel Green Power Ventos de São Roque 02 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
98	Enel Green Power Ventos de São Roque 04 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
99	Enel Green Power Ventos de São Roque 08 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
100	Enel Green Power Ventos de São Roque 11 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
101	Enel Green Power Ventos de São Roque 16 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
102	Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
103	Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
104	Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
105	Enel Green Power São Gonçalo 15 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
106	Enel Green Power São Gonçalo 19 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
107	Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
108	Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
109	Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
110	Socibe Energia S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
111	Enel Green Power Fontes Dos Ventos 3 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
112	Enel Green Power Ventos de São Roque 22 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
113	Enel Green Power Ventos de São Roque 26 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
114	Enel Green Power Ventos de São Roque 29 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
115	Enel Green Power Ventos de São Roque 13 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
116	Enel Green Power Ventos de São Roque 19 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
117	Enel Green Power São Micael 04 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
118	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 1 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
119	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
120	Enel Green Power São Micael 02 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
121	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 7 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
122	Enel Green Power São Micael 03 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
123	Enel Green Power São Micael 01 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
124	Enel Green Power Cumaru Solar 01 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
125	Enel Green Power Cumaru Solar 02 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
126	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 3 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
127	Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
128	Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
129	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
130	Enel Green Power São Judas Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
131	Fótons de Santo Anchieta Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
132	Enel Green Power Primavera Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
133	Enel Green Power Ventos de Santo Orestes 1 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
134	Enel Green Power Ventos de Santo Orestes 2 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
135	Enel Green Power Nova Olinda 10 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
136	Enel Green Power Lagoa do Sol 01 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
137	Enel Green Power Ventos de São Roque 03 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
138	Enel Green Power Lagoa do Sol 03 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
139	Enel Green Power Ventos de São Roque 05 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
140	Enel Green Power Lagoa do Sol 04 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
141	Enel Green Power Emiliana Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
142	Enel Green Power Ventos de São Roque 07 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
143	Enel Green Power Joana Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
144	Enel Green Power São Micael 05 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
145	Enel Green Power Pau Ferro Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
146	Enel Green Power Pedra do Gerônimo Eólica S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#	Controlada	Segmento	Em operação	2024			2023		
				Total %	Participação direta %	Participação indireta %	Total %	Participação direta %	Participação indireta %
147	Enel Green Power Tacaicó Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
148	Jade Energia Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
149	Enel Green Power Lagoa do Sol 02 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
150	Enel Green Power Cerrado Solar S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
151	Enel Green Power Lagoa do Sol 13 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
152	Enel Green Power Lagoa do Sol 12 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
153	Enel Green Power Fontes Solar S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
154	Enel Green Power Ventos de São Roque 06 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
155	Enel Green Power Lagoa II Participações S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
156	Enel Green Power Morro do Chapéu Solar 01 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
157	Enel Green Power Lagoa III Participações S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
158	Enel Green Power Lagoa do Sol 05 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
159	Enel Green Power Lagoa do Sol 06 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
160	Enel Green Power Lagoa do Sol 07 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
161	Ventos de Santo Orestes Energias Renováveis S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
162	Enel Green Power Modelo I Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
163	Enel Green Power Modelo II Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
164	Enel Green Power Aroeira 04 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
165	Enel Green Power Aroeira 03 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
166	Enel Green Power Aroeira 08 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
167	Enel Green Power Fontes II Participações S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
168	Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
169	Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
170	Enel Green Power Fazenda S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
171	Enel Green Power Salto Apicacás S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
172	Enel Green Power Aroeira 07 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
173	Enel Green Power Aroeira 06 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
174	Enel Green Power Aroeira 05 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
175	Enel Green Power Aroeira 01 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
176	Enel Green Power Aroeira 02 S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
177	Enel Green Power Damascena Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
178	Enel Green Power Esperança Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
179	Enel Green Power Maniçoba Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
180	Enel Soluções Energéticas Ltda.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
181	Enel Green Power Novo Lapa 03 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
182	Enel Green Power Novo Lapa 06 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
183	Enel Green Power Novo Lapa 07 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
184	Enel Green Power Novo Lapa 08 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
185	Enel Green Power Novo Lapa 01 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
186	Enel Green Power Novo Lapa 02 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
187	Enel Green Power Novo Lapa 04 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
188	Enel Green Power Novo Lapa 05 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
189	Enel Green Power Lagoa d Sol 08 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
190	Enel Green Power Lagoa do Sol 09 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
191	Fazenda Aroeira Empreendimento de Energia Ltda.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
192	Enel Green Power Delfina A Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
193	Enel Green Power Delfina B Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
194	Enel Green Power Delfina C Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
195	Enel Green Power Delfina D Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
196	Enel Green Power Delfina E Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
197	Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
198	Enel Green Power Ituverava Sul Solar S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
199	Enel Green Power Ituverava Solar S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#	Controlada	Segmento	Em operação	2024			2023		
				Total %	Participação direta %	Participação indireta %	Total %	Participação direta %	Participação indireta %
200	Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
201	Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
202	Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
203	Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
204	Enel Green Power Nova Olinda 01 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
205	Enel Green Power Nova Olinda 07 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
206	Enel Green Power Nova Olinda 05 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
207	Enel Green Power Nova Olinda 09 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
208	Enel Green Power Nova Olinda 04 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
209	Enel Green Power Nova Olinda 02 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
210	Enel Green Power Nova Olinda 03 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
211	Enel Green Power Nova Olinda 06 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
212	Enel Green Power Nova Olinda 08 S.A.	Geração de energia	Não	100	100	-	100	100	-
213	Enel Green Power Mourão S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
214	Enel Green Power Parapanema S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
215	Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
216	Luz de Macapá Energia S.A.	Serviços	Sim	51	-	51	51	-	51
217	Luz de Caruaru Energia S.A.	Serviços	Sim	51	-	51	51	-	51
218	Luz de Jaboatão Energia S.A.	Serviços	Sim	51	-	51	51	-	51
219	Luz de Cataguases S.A.	Serviços	Sim	60	-	60	60	-	60
220	Enel X Mobilidade Urbana S.A.	Serviços	Sim	100	-	100	100	-	100
221	Luz de Itanhaém S.A.	Serviços	Sim	60	-	60	60	-	60
222	Enel X Demand Response S.A.	Serviços	Não	100	-	100	100	-	100
223	Luz de Caxias do Sul S.A.	Serviços	Sim	80	-	80	80	-	80
224	Luz de Ponta Grossa S.A.	Serviços	Sim	80	-	80	80	-	80
225	Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.	Serviços	Sim	100	-	100	100	-	100
226	Enel X Brasil S.A.	Serviços	Sim	-	100	100	-	100	100
227	Luz de Angra Energia S.A.	Serviços	Sim	51	-	51	51	-	51
228	Luz de Alagoinhas S.A.	Serviços	Sim	80	-	80	-	-	-
229	Luz de Maringá S.A.	Serviços	Sim	80	-	80	-	-	-
230	Ampla Energia e Serviços S.A.	Distribuição	Sim	100	100	-	100	100	-
231	Enel Cien S.A.	Outros	Sim	100	100	-	100	100	-
232	Companhia Energética do Ceará - Coelce	Distribuição	Sim	74	74	-	74	74	-
233	Enel Green Power Volta Grande S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
234	Compañía de Trasmisión Del Mercosur S.A. - CTM	Outros	Sim	74	74	-	74	74	-
235	Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Geração de energia	Sim	100	100	-	100	100	-
236	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Distribuição	Sim	100	100	-	100	100	-
237	Enel Uruguay S.A.	Serviços	Sim	100	100	-	100	100	-
238	Transportadora de Energía S.A. - TESA	Outros	Sim	60	60	-	60	60	-
239	Enel Trading Brasil S.A.	Comercialização de energia	Sim	100	100	-	100	100	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações eliminadas na consolidação

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.7. Investimento em coligadas

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

As seguintes empresas são registradas pelo custo, uma vez que a Companhia não possui influência significativa na sua gestão:

Controlada	Participação direta	Participação indireta
Gridspertise Latam S.A.	0,00005%	-
Enel X Way Brasil S.A	20%	-

Investimentos em entidades sem poder de influência significativa são contabilizados pelo custo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06/IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03/IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente reconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11</i>	<p>Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.</p>	1º de janeiro de 2026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<p>Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.</p>	
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgação	<p>As subsidiárias que atualmente aplicam o IFRS para PMEs Accounting Standard ou o GAAP local em suas demonstrações financeiras estatutárias não precisarão mais preparar dois conjuntos de contas para fins de relatórios de grupo se o IFRS 19 for aplicado. O IFRS 19 oferece às subsidiárias elegíveis uma maneira prática de abordar os problemas de divulgação excessiva, ao mesmo tempo em que reduz seus custos de relatórios – eliminando a necessidade de fornecer divulgações além das necessidades dos usuários ou de manter dois conjuntos separados de registros contábeis. Uma subsidiária que não tem responsabilidade pública e tem uma controladora que produz contas consolidadas de acordo com as Normas Contábeis IFRS, está autorizada a aplicar a IFRS 19.</p>	1º de janeiro de 2027
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e na IAS 28 - Investimentos em coligadas e em empreendimentos em conjunto	<p>Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e a sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.</p>	Data efetiva diferida por tempo indeterminado. Disponível para adoção opcional (somente IFRS)

2.4. Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

O grupo adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

Nota explicativa nº 05 - Receita não faturada;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota explicativa nº 05 - Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
Nota explicativa nº 10 - Ativos financeiros - contas a receber vinculados à concessão;
Nota explicativa nº 13 - Ativo indenizável (concessão);
Nota explicativa nº 16 - Imobilizado;
Nota explicativa nº 14 - Intangível;
Nota explicativa nº 22 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais;
Nota explicativa nº 30 - Obrigações com benefícios pós-emprego;
Nota explicativa nº 27 – Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
Nota explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros.

2.5. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

2.5.1 Reajuste tarifário – Distribuidoras de energia

Enel São Paulo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 2 de julho de 2024, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2024 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2024, conforme Resolução Homologatória nº 3.339/2024.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia com efeito negativo de -9,05% composto por reajuste econômico de -2,57% e componente financeiro de -6,48%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, +6,61%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de -2,43%, sendo -3,52% e -2,11% para alta e baixa tensão.

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 1.554.691, dentre os quais destacam-se: R\$ 245.938 negativos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”); negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 844.670; e negativo de PIS/COFINS de R\$ 734.969; sendo estes valores parcialmente compensados por meio da componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 642.190.

Enel Rio de Janeiro

No dia 12 de março de 2024 a diretoria da ANEEL prorrogou as tarifas da Companhia do dia 15 de março de 2024 até uma nova decisão, já que nem todos os diretores da ANEEL estavam presentes na deliberação. Em 19 de março de 2024, a ANEEL, em reunião pública de sua diretoria, deliberou sobre o reajuste tarifário periódico de 2024 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 20 de março de 2024 (Resolução Homologatória nº 3.312/2024) um reajuste de +1,19% composto por (i) reajuste econômico de +6,54%, sendo +4,87% de Parcela A, +1,67% de Parcela B e (ii) componente financeiro de -5,35%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário de +2,26%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +3,45%, sendo +4,97% e +3,00% para alta e baixa tensão, respectivamente.

Enel Ceará

No dia 16 de abril de 2024 a diretoria da ANEEL, em reunião pública aprovou o reajuste tarifário periódico de 2024 da Companhia, aplicado nas tarifas a partir de 22 de abril de 2024 (Resolução Homologatória nº 3.319/2024) um reajuste de -5,76% composto por (i) reajuste econômico de -7,83%, sendo -5,42% de Parcela A, -2,41% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +2,07%. Considerando o componente financeiro considerado no último processo tarifário de +2,95%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -2,81%. O reajuste tarifário médio de -2,81% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, sendo -2,10% e -3,03% para alta e baixa tensão, respectivamente.

2.5.2 Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, estas estarão vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Durante o ano de 2024, a ANEEL autorizou o acionamento das bandeiras tarifárias em alguns momentos, o que gerou variações nas tarifas de energia elétrica da controladas Dx. De janeiro a junho, a bandeira tarifária foi verde, indicando condições favoráveis de geração de energia elétrica. Em julho, com o agravamento dos níveis dos reservatórios à bandeira amarela foi acionada, elevando às tarifas de energia em R\$ 1,885 para cada 100 kWh consumidos. Porém, em agosto, as previsões hídricas melhoraram voltando a bandeira ser verde. Já o mês de setembro foi marcado por previsões hídricas críticas ocasionado o acionamento da bandeira vermelha patamar 1, com um custo adicional de R\$ 4,463 para cada 100 kWh consumidos. Às previsões hídricas e de clima pioraram em outubro o que se configurou no acionamento da bandeira vermelha patamar 2, elevando às tarifas de energia em R\$ 7,877 para cada 100 kWh consumidos. Em novembro as condições dos reservatórios apresentaram uma melhora significativa, mas ainda sendo preciso ser acionada a bandeira amarela. Já em dezembro os reservatórios voltaram aos patamares considerados suficientes para geração hídrica e assim a bandeira tarifária acionada foi a verde.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado. A composição do caixa e equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	26.925	35.482	382.422	615.032
Caixa e contas correntes bancárias	26.925	35.482	382.422	615.032
CDB (Aplicações diretas)	553.988	2.548.264	1.730.633	3.804.646
Operações compromissadas	46.139	662.773	1.638.983	671.564
Fundo Curto Prazo (não exclusivo)	-	-	-	-
Numerários em trânsito	-	-	348.160	191.264
Aplicações financeiras	600.127	3.211.037	3.717.776	4.667.474
Fundos de investimentos abertos	-	-	604	-
Operações compromissadas	2.639	-	354.745	-
CDB	257	-	34.480	11.100
Fundos exclusivos	2.896	-	389.829	11.100
Total de caixa e equivalente de caixa	629.948	3.246.519	4.490.027	5.293.606

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, elas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. Em 31 de dezembro de 2024, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 97% e 91,04% do CDI, respectivamente (101,63% e 91,07% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições financeiras de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco. No período findo em 31 de dezembro de 2024 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos não exclusivos	-	-	109.094	326.253
Fundos de investimentos não exclusivos	-	-	109.094	326.253
Operações compromissadas	-	16.017	127	16.356
CDB-DI	-	-	6.394	-
Títulos públicos	1.323	-	410.997	2.276
LF - Letra Financeira	193	33.131	489	246.273
Outros	-	1.296	-	1.296
Fundos de investimentos exclusivos	1.516	50.444	418.007	266.201
Total de títulos e valores mobiliários	1.516	50.444	527.101	592.454

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

As Companhias do Grupo aplicam uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 104,22% do CDI (93,14% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

As Companhias do Grupo são cotistas do fundo exclusivo do Grupo Enel, 70% do saldo de fundos de investimentos, do quadro acima, refere-se a cotas da empresa Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará e Enel Distribuição São Paulo, respectivamente tendo em 31 de dezembro de 2024 participação, respectivamente, de 0,01%, 0,06% e 0,05% (0,08%, 0,23% e 0,45% em 31 de dezembro de 2023)

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores, concessionários e permissionários, líquido

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

As Companhias do Grupo classificam os saldos de contas a receber de clientes e outros recebíveis como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Parcelamento de débitos: A Companhia mantém a adoção de medidas que visam atenuar a ocorrência de inadimplência, estas medidas incluem, dentre outras, a facilitação do parcelamento das faturas de energia, que podem ser parceladas através de entrada de 10% mais 7 parcelas.

Uso de estimativas e julgamentos

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1 Composição do contas a receber de clientes e outros recebíveis

A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Recebíveis por segmento	Consolidado						Total	PECLD	31.12.2024
	A vencer	Vencidos							
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Enel Distribuição (DXs)									
Classes de consumidores:									
Residencial	813.667	920.784	158.826	360.913	620.499	3.501.959	6.376.648	(3.438.611)	2.938.037
Industrial	67.964	32.381	2.300	6.318	12.251	110.459	231.673	(165.468)	66.205
Comercial	352.761	132.001	15.982	33.838	72.830	417.641	1.025.053	(313.715)	711.338
Rural	74.776	35.003	4.231	7.722	20.771	118.369	260.872	(74.992)	185.880
Poderes Públicos	117.094	70.517	15.563	27.693	43.190	134.931	408.988	(65.395)	343.593
Iluminação pública	64.541	28.596	5.605	24.481	10.153	214.747	348.123	(92.107)	256.016
Serviço público	53.219	9.979	1.431	4.668	5.732	28.780	103.809	(26.511)	77.298
Fornecimento faturado	1.544.022	1.229.261	203.938	465.633	785.426	4.526.886	8.755.166	(4.176.799)	4.578.367
Receita não faturada	2.596.134	-	-	-	-	-	2.596.134	(2.117)	2.594.017
Parcelamento de débitos	619.182	72.077	35.379	87.689	402.256	792.466	2.009.049	(795.287)	1.213.762
Compartilhamento - uso mútuo	25.259	2.268	1.576	11.075	29.094	117.894	187.166	(92.062)	95.104
Agente de cobrança da iluminação pública	2.771	907	862	2.436	4.895	39.171	51.042	(10.440)	40.602
Encargos de uso da rede	1.644	-	-	-	-	113	1.757	-	1.757
Particip. Financeira - Consumidor	4.087	10.081	-	156	61	1.248	15.633	-	15.633
Ressarcimento - leilões de energia	27.826	-	-	-	-	-	27.826	-	27.826
Serviço cobráveis	1.591	876	224	413	10	12	3.126	(408)	2.718
Outros	596	-	-	-	-	-	596	-	596
Subtotal - Segmento de distribuição	4.823.112	1.315.470	241.979	567.402	1.221.742	5.477.790	13.647.495	(5.077.113)	8.570.382
Enel Geração (GXs)									
Concessionárias e permissionárias:	140.173	8.573	1.508	9.918	24.062	32.623	216.857	(41.535)	175.322
Energia no curto prazo - CCEE	310.215	8.092	-	-	-	-	318.307	(2.626)	315.681
Contas a receber de partes relacionadas	142.643	-	-	-	-	-	142.643	-	142.643
Outros	6.453	13.701	1.432	8	2	-	21.596	(8.795)	12.801
Subtotal - Segmento de geração	599.484	30.366	2.940	9.926	24.064	32.623	699.403	(52.956)	646.447
Enel Comercialização (CXs)									
Concessionárias e permissionárias:	429.918	13.876	70	915	97	293	445.169	(8.683)	436.486
Subtotal - Segmento de comercialização	429.918	13.876	70	915	97	293	445.169	(8.683)	436.486
Enel Serviços (SXs)									
Clientes	97.187	1.435	28	139	9	23.123	121.921	(25.477)	96.444
Recebíveis de arrendamento financeiro	348.674	-	-	-	-	-	348.674	(157.010)	191.664
Contas a receber de partes relacionadas	352	12.433	83	87	155	8.416	21.526	-	21.526
Subtotal - Segmento de serviços	446.213	13.868	111	226	164	31.539	492.121	(182.487)	309.634
Total do contas a receber	6.298.727	1.373.580	245.100	578.469	1.246.067	5.542.245	15.284.188	(5.321.239)	9.962.949
								Circulante	9.527.172
								Não circulante	435.777

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa - Enel serviços (Sxs)

Em 2024, a controlada Enel X Mobilidade Urbana S.A reconheceu uma provisão de perda esperada de 100% sobre os recebíveis relacionados ao aluguel de ônibus no valor de R\$ 172.530 (R\$ 151.808 nos ativos de arrendamento e R\$ 20.722 no contas a receber de clientes relacionados com o faturamento de arrendamento) na linha de negócio de E-Bus no Brasil, conforme CPC 47 / IFRS9 – Instrumentos Financeiros.

A reavaliação do projeto, devido a atrasos na infraestrutura elétrica, dificuldades financeiras das operadoras e alta nas taxas de juros, levou à baixa integral de ônibus elétricos, infraestrutura de recarga e valores a receber.

A composição do saldo de contas a receber de clientes e outros recebíveis em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recebíveis por segmento	Consolidado						Total	PECLD	31.12.2023
	A vencer	Vencidos							
		até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
Enel Distribuição (DXs)									
Classes de consumidores:									
Residencial	1.009.804	827.753	134.276	317.800	557.012	2.974.055	5.820.700	(3.244.742)	2.575.958
Industrial	157.521	138.067	14.210	37.698	42.357	173.262	563.115	(142.829)	420.286
Comercial	411.725	117.023	13.928	37.366	68.533	314.983	963.558	(318.766)	644.792
Rural	137.602	70.834	8.497	14.695	23.807	192.974	448.409	(85.138)	363.271
Poderes Públicos	156.654	65.075	10.498	20.916	25.631	120.974	399.748	(58.805)	340.943
Iluminação pública	62.884	32.334	8.531	18.361	26.676	159.954	308.740	(93.040)	215.700
Serviço público	75.653	20.530	2.898	6.448	13.867	88.350	207.746	(22.121)	185.625
Fornecimento faturado	2.011.843	1.271.616	192.838	453.284	757.883	4.024.552	8.712.016	(3.965.441)	4.746.575
Receita não faturada	2.606.180	-	-	-	-	-	2.606.180	(49.500)	2.556.680
Parcelamento de débitos	331.721	18.929	63.810	669.190	125.624	722.937	1.932.211	(641.299)	1.290.912
Energia no curto prazo - CCEE	-	-	-	-	-	19.425	19.425	(19.425)	-
Compartilhamento - uso mútuo	68.495	15.837	2.639	17.321	35.672	91.997	231.961	(98.525)	133.436
Agente de cobrança da iluminação pública	96.909	769	725	2.214	10.588	26.988	138.193	(15.974)	122.219
Encargos de uso da rede	226	-	-	-	-	113	339	-	339
Particip. Financeira - Consumidor	39	259	-	36	263	204	801	-	801
Ressarcimento - leilões de energia	28.136	-	-	-	-	-	28.136	-	28.136
Serviço cobráveis	1.533	501	162	277	8	6	2.487	(280)	2.207
Subtotal - Segmento de distribuição	5.145.082	1.307.911	260.174	1.142.322	930.038	4.886.222	13.671.749	(4.790.444)	8.881.305
Enel Geração (GXs)									
Concessionárias e permissionárias:	75.120	11.905	-	2.232	917	8.209	98.383	(4.930)	93.453
Energia no curto prazo - CCEE	127.328	-	-	17.304	-	2.721	147.353	(20.725)	126.628
Outros	120.396	-	15.404	23.225	-	-	159.025	-	159.025
Subtotal - Segmento de geração	322.844	11.905	15.404	42.761	917	10.930	404.761	(25.655)	379.106
Enel Comercialização (CXs)									
Concessionárias e permissionárias:	364.329	8.716	90	48	61	610	373.854	(10.548)	363.306
Subtotal - Segmento de comercialização	364.329	8.716	90	48	61	610	373.854	(10.548)	363.306
Enel Serviços (SXs)									
Clientes	105.699	-	8.750	9.530	-	-	123.979	(6.671)	117.308
Contas a receber de partes relacionadas	5.050	-	14.163	5.435	-	-	24.648	-	24.648
Recebíveis de arrendamento financeiro	290.310	-	1.414	13.793	-	-	305.517	-	305.517
Subtotal - Segmento de serviços	401.059	-	24.327	28.758	-	-	454.144	(6.671)	447.473
Outros									
Concessionárias e permissionárias:	-	-	-	3.055	-	-	3.055	(3.040)	15
Outros	-	-	-	(27)	-	-	(27)	-	(27)
Subtotal - Segmento de outros	-	-	-	3.028	-	-	3.028	(3.040)	(12)
Total do contas a receber	6.233.314	1.328.532	299.995	1.216.917	931.016	4.897.762	14.907.536	(4.836.358)	10.071.178

Circulante 8.990.377
 Não circulante 1.080.801

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

Uso de estimativas:

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral (aplicada no cálculo da PECLD coletiva) e simplificada (aplicada no cálculo da PECLD individual) estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- Individualmente, o Grupo Enel determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada.
- Coletivamente, o Grupo Enel utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente.

Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“Expected Credit Losses – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default – PD”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“Loss given default – LGD”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Consolidado				
Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2023	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2024
Consumidores e outras contas a receber	(4.836.358)	(1.136.965)	652.084	(5.321.239)
Outros ativos	(62.537)	(14.242)	915	(75.864)
Total	(4.898.895)	(1.151.207)	652.999	(5.397.103)

Consolidado				
Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2022	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2023
Consumidores e outras contas a receber	(4.173.721)	(1.112.366)	449.729	(4.836.358)
Outros ativos	(65.156)	(35.658)	38.277	(62.537)
Total	(4.238.877)	(1.148.024)	488.006	(4.898.895)

O Grupo Enel tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia, e esta é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo Enel tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito, PIX e parcerias com meios de pagamentos digitais, inclusive com opções de parcelamentos e "cash back" para as contas de energia vencidas ou não.

Mudança de estimativa contábil: Em 2024 as controladas Enel RJ, Enel CE e Enel SP, implementaram duas mudanças no modelo de cálculo na PECLD, em virtude das melhorias observadas nos indicadores de performance de recuperação de crédito:

- i) Alteração da probabilidade de perda (*Probability of Default* -PD) para a categoria de Receita Não Faturada a fim de refletir o risco de inadimplência associado a esta categoria, o qual difere do risco atribuído às faturas emitidas que vinha sendo aplicado no modelo anterior; e
- ii) Extensão dos dados históricos para observação da taxa de recuperação (*recovery rate*) e da probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD), na visão de que a extensão dos dados históricos de 36 meses para 48 meses torna o cálculo da perda advinda da inadimplência ("LGD") mais estável, uma vez que o peso relativo de cada novo intervalo de tempo passa a refletir com maior clareza na recuperação de créditos através da adição de mais um período no cálculo. A ampliação do histórico para 48 meses e possibilidade de observar a performance após 3 anos, permitiu a captura pelo modelo das recuperações de faturas do período da pandemia, afetada pela queda da renda da população e pela redução das atividades de cobrança das distribuidoras (principalmente ações de corte), registradas em 2023 e 2024 após a normalização das condições operacionais e econômicas.

Esta atualização na metodologia reflete o comportamento observado nos últimos anos e expectativa da Companhia de forma prospectiva. Não constitui uma correção de erro, mas sim um aprimoramento das estimativas baseado em maior experiência, dados mais robustos e técnicas estatísticas avançadas, mantendo a integridade e a substância das informações financeiras anteriormente apresentadas.

Esta melhoria está alinhada ao estabelecido no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e o efeito de mudança na estimativa contábil foi reconhecido de forma prospectiva a partir de outubro de 2024. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o impacto das alterações dos itens i e ii, foi uma redução da PECLD de aproximadamente R\$ 317.334.

6. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

A composição do saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar é demonstrada a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.1	285.677	350.677	814.973	522.440
Circulante		285.677	350.677	814.973	522.440

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do saldo de outros tributos compensáveis é demonstrada a seguir:

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Outros tributos compensáveis					
Programa de Integração Social (PIS) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) - ICMS	6.2	-	-	5.540.235	6.889.358
Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)		-	-	831.833	719.472
Programa de Integração Social (PIS) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)		2.024	7.116	182.825	133.790
Tributos s/ importação de serviços		5.251	5.251	5.251	5.251
Outros Tributos		1.119	18.915	17.595	69.485
Total outros tributos compensáveis		8.394	31.282	6.577.739	7.817.356
Circulante		8.394	31.282	1.626.029	2.823.658
Não circulante		-	-	4.951.710	4.993.698

6.1 Imposto de renda e contribuição social

Sobre o saldo consolidado de R\$ 814.973, está contemplado os montantes de R\$78.783 e R\$ 108.010 relacionados as controladas Enel Distribuição Rio e Enel Distribuição Ceará respectivamente, referente ao imposto a compensar no montante de saldo negativo proveniente da reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, conforme detalhado na nota explicativa nº 27.3.1

6.2 PIS e COFINS (ICMS)

A Companhia possui, através de suas controladas, seis processos judiciais relacionados ao ICMS compor ou não a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS, Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia através de suas controladas adotou os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais vide maiores detalhes na nota explicativa nº 21.

7. Ativos e passivos financeiros setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das controladas Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Rio e Enel Distribuição São Paulo, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Os saldos de ativo e passivo financeiro setorial são classificados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

O Grupo Enel avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023. A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros setorial	Consolidado												
	31.12.2023	Adição	Amortização	Escassez Hidrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2024	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	(353.495)	377.008	375.153	-	(332.330)	(47.858)	1	18.479	(90.319)	108.798	-	(78.973)	97.452
Aquisição de Energia - (CVA/energ) (a)	(883.638)	(128.585)	255.982	-	(17.893)	(46.191)	-	(178.985)	(59.253)	(119.732)	-	(147.176)	(31.809)
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	(26.857)	(22.696)	42.092	-	-	(3.386)	641.340	(10.849)	(10.580)	(269)	-	(10.716)	(133)
Transporte Rede Básica (b)	366.952	122.179	(338.091)	-	-	35.611	-	186.651	89.578	97.073	-	166.904	19.747
Transporte de Energia - Itaipu	97.677	24.892	(82.787)	-	-	15.828	-	55.610	60.394	(4.784)	-	55.476	134
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(44.169)	313.255	(25.009)	-	(206.561)	32.554	167.248	237.318	131.456	105.862	-	198.262	39.056
Conta de desenvolvimento energético - CDE	123.078	(219.423)	(79.874)	-	-	10.676	(109.615)	(275.158)	54.754	(329.912)	-	(151.140)	(124.018)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	13.462	57.694	-	-	-	1.004	(57.631)	14.529	-	14.529	-	7.264	7.265
Custos de Aquisição de Energia	-	229.694	602.840	-	(107.876)	(93.954)	(641.341)	(10.637)	(356.668)	346.031	-	(197.847)	187.210
Demais passivos financeiros setoriais	(1.181.364)	(1.860.883)	1.406.291	(203.403)	(55.259)	(178.747)	(1)	(2.073.366)	(945.476)	(1.127.890)	-	(1.434.177)	(639.189)
Neutralidade da Parcela A (c)	24.820	(249.722)	143.045	-	-	(16.223)	-	(98.080)	(117.519)	19.439	-	(114.084)	16.004
Sobrecontratação de Energia (d)	277.725	(148.767)	(41.724)	-	(30.937)	(12.042)	-	44.255	(49.838)	94.093	-	(12.674)	56.929
Risco hidrológico	(587.571)	(1.077.176)	1.162.268	-	-	(54.385)	(550.432)	(1.107.296)	(507.887)	(599.409)	-	(884.182)	(223.114)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(2.686)	(91.998)	65.399	-	-	(2.084)	(197.829)	(229.208)	(42.270)	(186.938)	-	(72.292)	(156.916)
Bandeiras tarifárias não homologadas	-	(72.636)	-	-	(24.067)	-	-	(102.407)	-	(102.407)	-	(102.407)	-
Financeiro bandeira escassez hídrica (e)	(1.138.003)	-	(107.914)	-	-	-	1.245.917	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	107.913	(93.760)	86.426	-	-	(13.424)	(495.027)	(407.872)	(216.065)	(191.807)	-	(86.425)	(321.447)
Revisão Tarifária Extraordinária (f)	136.438	-	(151.020)	-	-	4.167	40.619	30.204	30.204	-	-	30.204	-
Outros (g)	-	(126.824)	249.821	(203.403)	(255)	(84.756)	(37.545)	(202.962)	(42.101)	(160.861)	-	(192.317)	(10.645)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(1.534.859)	(1.483.875)	1.781.444	(203.403)	(387.589)	(226.605)	-	(2.054.887)	(1.035.795)	(1.019.092)	-	(1.513.150)	(541.737)

Ativos e passivos financeiros setorial	Consolidado												
	31.12.2022	Adição	Amortização	Escassez Hidrica/CDE Eletrobrás	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	441.195	(200.016)	(533.440)	-	(36.881)	(85.843)	61.490	(353.495)	(256.537)	(96.958)	131.519	(458.880)	(26.134)
Aquisição de energia - (CVA/energ.) (a)	(587.183)	(652.035)	42.301	-	21.188	(130.396)	422.487	(883.638)	(422.427)	(461.211)	24.073	(691.243)	(216.468)
Progr. Inc. a Fontes Alter. Energia Elétrica - PROINFA	63.798	(58.160)	(29.425)	-	-	(3.070)	-	(26.857)	(4.061)	(22.796)	(1.547)	(24.934)	(376)
Transporte rede básica	294.365	302.290	(271.078)	-	-	41.375	-	366.952	94.586	272.366	69.983	218.340	78.629
Transporte de energia elétrica - Itaipu	42.388	86.892	(37.505)	-	-	5.902	-	97.677	63.640	34.037	-	62.665	35.012
Energia Itaipu - custo/variação cambial	417.439	(123.243)	-	-	-	22.964	(361.329)	(44.169)	(44.169)	-	-	(22.085)	(22.084)
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(133.865)	317.259	35.813	-	(58.069)	(38.392)	332	123.078	58.336	64.742	21.416	(2.383)	104.045
Conta de desenvolvimento energético - CDE	344.253	(73.019)	(273.546)	-	-	15.774	-	13.462	(2.442)	15.904	17.594	760	(4.892)
Demais passivos financeiros setoriais	(1.293.312)	(242.078)	589.781	(61.504)	(53.574)	(59.187)	(61.490)	(1.181.364)	(396.974)	(784.390)	(102.535)	(484.161)	(594.668)
Neutralidade da parcela A	80.536	(44.806)	(17.437)	-	-	901	5.626	24.820	(17.419)	42.239	(3.548)	28.332	36
Sobrecontratação de energia	506.398	22.053	(227.947)	-	(53.033)	30.641	(387)	277.725	233.285	44.440	34.384	156.962	86.379
Diferimento/ devoluções tarifárias	(528.844)	(180.956)	141.749	-	-	(19.520)	-	(587.571)	(120.182)	(467.389)	(34.175)	(115.208)	(438.188)
Bandeiras tarifárias não homologadas	(4.583)	1.897	-	-	-	-	-	(2.686)	-	(2.686)	-	(2.686)	-
Antecipação da parcela B	152.168	-	(152.168)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco hidrológico	(1.082.658)	(1.086.758)	1.091.457	-	-	(60.044)	-	(1.138.003)	(467.051)	(670.952)	(133.538)	(721.608)	(282.857)
Bandeira Escassez Hídrica	801.253	405.822	(454.853)	-	-	69.482	(713.791)	107.913	65.557	42.356	-	65.558	42.355
Outros	(1.217.582)	640.670	208.980	(61.504)	(541)	(80.647)	647.062	136.438	(91.164)	227.602	34.342	104.489	(2.393)
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	(852.117)	(442.094)	56.341	(61.504)	(90.455)	(145.030)	-	(1.534.859)	(653.511)	(881.348)	28.984	(943.041)	(620.802)

(a) Aquisição de energia - (CVA Energia): o aumento do diferimento passivo, está relacionado a variação do custo médio de aquisição de energia em relação a cobertura tarifária das distribuidoras. O custo médio dos contratos foi inferior a cobertura tarifária, gerando uma diferença a devolver aos consumidores.

(b) Transporte de energia pela rede básica: A variação está relacionada ao aumento da cobertura tarifária, em decorrência do reajuste tarifário conforme Resolução Homologatória nº 3.339/2024.

(c) Neutralidade de Parcela A: a variação relacionada a aplicação das novas tarifas de cobertura e impacto da revisão tarifária nas distribuidoras do grupo.

(d) Sobrecontratação de Energia: Variação causada pela alteração na tarifa de cobertura e aumento no PLD médio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Bandeira Escassez Hídrica: Conforme definido na Resolução nº 3/2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidro energética (CREG), no processo tarifário ocorrido em março de 2023, foi considerado um financeiro negativo para retirar o efeito dos custos ainda não cobertos pelas Bandeiras. O referido financeiro negativo, dividido em componentes de energia e ESS, foi contemplado no processo tarifário subsequente, devidamente atualizado pela taxa Selic e amortizado 100% do seu valor ao longo do período de abril de 2023 a março de 2024, sendo que no primeiro trimestre de 2024 foram amortizadas as 3 últimas parcelas do processo no montante de R\$ 107.914.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Revisão tarifária extraordinária: Para o ano de 2023, em controlada Enel RIO, conforme resolução homologatória Nº 3.279, de 17 de outubro de 2023 houve a constituição da revisão tarifária extraordinária no montante de R\$ 133.852 de principal e R\$ 43.205 de correção, na qual durante o ciclo tarifário 2024 foram amortizados um total de R\$ 151.020 e R\$ 4.167 de correção, restando um saldo residual a ser amortizado no próximo trimestre de R\$ 30.204.

(g) Outros Itens Financeiros: Conforme Despacho Nº 1.239/2024, de 23 de abril de 2024, a controlada Enel SP recebeu R\$ 127.889 referente repasse CDE Eletrobrás

8. Benefícios fiscal na incorporação de controladas

Os benefícios fiscais registrados no balanço patrimonial têm como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão das controladas Enel Distribuição Ceará e Enel Distribuição São Paulo e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público.

Controlada Enel Distribuição Ceará

O benefício fiscal oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999 até 31 de dezembro de 2027), em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 (alterada pela Instrução nº 349/01), o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

O benefício fiscal incorporado é oriundo das seguintes incorporações, registradas de acordo com os conceitos das Instruções CVM n.º 319/99 e 349/01.

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos.

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da amortização da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

O total do benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão incorporado pela controlada Enel Distribuição São Paulo como resultado do processo de Reorganização, concluído em 06 de novembro de 2019, foi de R\$ 1.881.558 registrado em contrapartida à conta "Reserva de capital", no patrimônio líquido.

A amortização do benefício fiscal da mais valia do intangível da concessão será realizada ao longo do período de concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo, da seguinte forma:

- (i) R\$ 413.943 – até julho de 2028, representando a mais valia proporcional ao intangível da concessão.
- (ii) R\$ 1.467.615 – de agosto de 2028 a julho de 2058, representando a mais valia proporcional ao valor da renovação da concessão. Nesse caso, considerando uma expectativa provável de renovação da concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo junto ao órgão regulador de mais 30 anos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vale ressaltar que a amortização do benefício fiscal não impacta o resultado da controlada Enel Distribuição São Paulo, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A composição do saldo do benefício fiscal gerado por incorporações é como segue:

	31.12.2024			31.12.2023
	Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Distriluz				
Saldos oriundos da incorporação	775.960	(429.365)	346.595	346.595
Amortização acumulada	(748.858)	411.393	(337.465)	(333.840)
Subtotal	27.102	(17.972)	9.130	12.755
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(358.657)	236.711	(121.946)	(106.702)
Subtotal	156.913	(103.564)	53.349	68.593
Brasília Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(214.302)	141.440	(72.862)	(63.755)
Subtotal	93.756	(61.879)	31.877	40.984
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(709.370)	464.948	(244.422)	(197.115)
Subtotal	5.440.947	(3.803.810)	1.637.137	1.684.444
Total do benefício fiscal de incorporações	5.718.718	(3.987.225)	1.731.493	1.806.776

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2024	Percentual
Em 2025	74.975	4%
Em 2026	74.695	4%
Em 2027	74.437	4%
Em 2028	60.155	3%
Em 2029	48.291	3%
Em 2030 - 2032	146.761	8%
Em 2033 - 2058	1.252.179	72%
	1.731.493	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros créditos

A composição do saldo de outros créditos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

	Ref	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Redução de capital	(a)	1.738.452	2.142.202	-	-
Partes relacionadas	(b)	1.882.866	1.494.790	-	-
Adiantamento a fornecedores		158.242	10.944	560.856	318.043
Estoque		-	25	193.017	136.567
Indenização de seguros		38.198	277	163.678	74.602
Aluguel de poste		-	-	49.130	46.102
COSIP	(c)	-	-	130.970	123.256
Cauções e depósitos vinculados		-	-	33.818	93.019
Serviços prestados		-	-	66.258	70.775
Alienação de bens e direitos		-	-	170.432	157.264
Adiantamento a funcionários		2.600	4.135	18.684	28.677
Provisão Créditos de Liquidação (PCLD)	(d)	-	-	(75.864)	(62.537)
Outros		35.555	51.284	119.086	120.403
Total		3.855.913	3.703.657	1.430.065	1.106.171
Circulante		2.115.648	1.561.292	1.237.242	943.805
Não Circulante		1.740.265	2.142.365	192.823	162.366

(a) Recebíveis advindos reduções de capital que a controladora realizou durante o exercício de 2022 nas empresas do grupo EGP. O prazo de recebimento é até 31 de dezembro de 2026.

(b) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na nota explicativa nº 28.

(c) A COSIP, Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, é uma taxa que se destina a custear o serviço de iluminação pública do Município, melhorando a iluminação de todas as vias públicas, praças, viadutos, estradas e túneis.

(d) A movimentação da provisão para perdas na realização de outros créditos:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	65.156
Adições	35.658
(Baixas) reversões	(38.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62.537
Adições	14.242
(Baixas) reversões	(915)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	75.864

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos financeiros – Contas a receber vinculados a concessão

O Poder Concedente realizou o leilão para outorga da concessão mediante a contratação de serviço de geração de energia elétrica, pelo menor valor do somatório do custo de Gestão dos Ativos de Geração - GAG e do Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, os quais compõe a remuneração das controladas do grupo, denominada de Receita Anual de Geração - RAG.

As controladas EGP Paranapanema, EGP Mourão e EGP Volta Grande firmaram, em 5 de janeiro de 2016 e 10 de novembro de 2017, contratos de concessão em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência com pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, no montante de R\$ 132.738, R\$ 28.609, R\$ 1.419.784, respectivamente.

Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, as Controladas, tendo suas contabilizações embasadas pelo ICPC 01, classificam o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional das controladas de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente. Esse ativo não possui um mercado ativo, apresenta fluxo de caixa fixo determinável, e, portanto, foi classificado como “empréstimos e recebíveis”, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo posteriormente mensurado pelo custo amortizado, calculado pelo método da taxa de juros efetiva. A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo no início do exercício	1.818.618	1.812.014
Transferência do ativo contratual	(80.120)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	86.688	78.557
Amortização do bônus de concessão	(75.081)	(71.953)
Saldo no final do exercício	1.750.105	1.818.618
Circulante	76.476	80.204
Não circulante	1.673.629	1.738.414

11. Debêntures, empréstimos e financiamentos ativos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo Circulante</u>				
Empréstimos com partes relacionadas	6.016.958	4.815.746	7.164	-
Subtotal	6.016.958	4.815.746	7.164	-
<u>Ativo Não Circulante</u>				
Empréstimos com terceiros	-	-	5.938	3.718
Empréstimos com partes relacionadas	2.207.549	156.613	-	-
Subtotal	2.207.549	156.613	5.938	3.718
Total	8.224.507	4.972.359	13.102	3.718



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir segue a abertura das operações:

Empresa	Empréstimos partes relacionadas	Moeda	Taxa de juros nominal (a.a.)	Ano de vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
						31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Moeda estrangeira									
Nuxer Trading	Mútuo VIII – Nuxer Trading	USD	FIXO + 6,1%	2024	Sem garantias	-	757	-	-
Nuxer Trading	Mútuo IX – Nuxer Trading	USD	FIXO + 6,95%	2024	Sem garantias	-	739	-	-
Nuxer Trading	Mútuo X – Nuxer Trading	USD	FIXO + 11,87%	2024	Sem garantias	-	-	-	-
Nuxer Trading	Mútuo XI – Nuxer Trading	USD	FIXO + 11,87%	2024	Sem garantias	-	-	-	-
Subtotal						-	1.496	-	-
Moeda nacional									
Enel RJ	Mútuo Enel Brasil 54	R\$	CDI + 2,3%	2024	Sem garantia	-	124.870	-	-
Enel RJ	Mútuo Enel Brasil 55	R\$	CDI + 2,27%	2025	Sem garantia	855.383	1.085.316	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 59	R\$	CDI + 1,1%	2026	Sem garantia	91.891	81.840	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 60	R\$	CDI + 1,35%	2026	Sem garantia	36.290	32.301	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 61	R\$	CDI + 1,35%	2025	Sem garantia	16.934	15.073	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 62	R\$	CDI + 1,25%	2027	Sem garantia	36.169	32.242	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 63	R\$	CDI + 1,25%	2025	Sem garantia	84.459	75.260	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 64	R\$	CDI + 1,1%	2025	Sem garantia	54.257	48.365	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 65	R\$	CDI + 1%	2026	Sem garantia	418.248	373.200	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 66	R\$	CDI + 1,3%	2026	Sem garantia	303.950	270.407	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 67	R\$	CDI + 1,1%	2027	Sem garantia	35.809	31.873	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 68	R\$	CDI + 1,1%	2027	Sem garantia	59.647	53.091	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 69	R\$	CDI + 1,35%	2027	Sem garantia	27.422	24.393	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 70	R\$	CDI + 1,67%	2025	Sem garantia	56.853	50.964	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 71	R\$	CDI + 1,57%	2025	Sem garantia	57.025	50.681	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 72	R\$	CDI + 1,42%	2025	Sem garantia	1.367.448	1.214.883	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 73	R\$	CDI + 1,25%	2027	Sem garantia	56.932	50.593	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 74	R\$	CDI + 1,1%	2025	Sem garantia	113.419	-	-	-
Enel RJ	Mútuo Ampla - Enel BR 76	R\$	CDI + 1,15%	2025	Sem garantia	100.178	-	-	-
Enel X	Mútuo Enel BR VIII	R\$	CDI + 1,1%	2026	Sem garantia	28.432	25.225	-	-
Enel X	Mútuo Enel BR IX	R\$	CDI + 1,25%	2024	Sem garantia	36.131	32.199	-	-
Enel X	Mútuo Enel BR X	R\$	CDI + 1,12%	2025	Sem garantia	31.121	27.790	-	-
Enel X	Mútuo Enel BR XI	R\$	CDI + 1,65%	2025	Sem garantia	44.535	39.768	-	-
Enel X	Mútuo Enel BR XII	R\$	CDI + 1,2%	2025	Sem garantia	43.294	38.660	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XIV	R\$	CDI + 1%	2025	Sem garantia	110.835	98.912	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XV	R\$	CDI + 1%	2025	Sem garantia	-	11.644	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XVI	R\$	CDI + 1%	2025	Sem garantia	191.632	171.009	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XVII	R\$	CDI + 0,94%	2027	Sem garantia	30.868	27.546	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XIX	R\$	CDI + 1,1%	2024	Sem garantia	45.440	40.771	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XX	R\$	CDI + 0,96%	2027	Sem garantia	68.085	61.089	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXI	R\$	CDI + 0,96%	2027	Sem garantia	45.010	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXII	R\$	CDI + 0,88%	2027	Sem garantia	29.149	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	R\$	CDI + 0,88%	2027	Sem garantia	105.289	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	R\$	CDI + 0,81%	2028	Sem garantia	25.725	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXV	R\$	CDI + 0,5%	2028	Sem garantia	164.790	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	R\$	CDI + 0,5%	2028	Sem garantia	21.962	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	R\$	CDI + 0,5%	2028	Sem garantia	153.529	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXVIII	R\$	CDI + 0,5%	2025	Sem garantia	27.392	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXX	R\$	CDI + 0,5%	2025	Sem garantia	21.876	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXX	R\$	CDI + 0,5%	2025	Sem garantia	399.943	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXXI	R\$	CDI + 0,5%	2025	Sem garantia	118.704	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXXI	R\$	CDI + 0,5%	2025	Sem garantia	123.773	-	-	-

(Continua...)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Empréstimos partes relacionadas	Moeda	Taxa de juros nominal (a.a.)	Ano de vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
						31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXXIII	R\$	CDI + 0,85%	2025	Sem garantia	30.929	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXXIV	R\$	CDI + 0,85%	2025	Sem garantia	102.967	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXXV	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	287.924	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXXVI	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	20.405	-	-	-
Enel CE	Mútuo Coelce - Enel BR XXXVII	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	30.301	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR V	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	226.560	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR VI	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	33.789	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR VII	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	27.860	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR VIII	R\$	CDI + 1,4%	2025	Sem garantia	239.163	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR IX	R\$	CDI + 1,4%	2025	Sem garantia	115.840	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR X	R\$	CDI + 0,85%	2025	Sem garantia	322.898	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR XI	R\$	CDI + 0,85%	2025	Sem garantia	213.137	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR XII	R\$	CDI + 0,75%	2028	Sem garantia	1.032	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR XIII	R\$	CDI + 0,75%	2028	Sem garantia	206.376	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR XIV	R\$	CDI + 0,99%	2025	Sem garantia	40.991	-	-	-
Enel SP	Mútuo ELP - Enel BR XV	R\$	CDI + 0,99%	2025	Sem garantia	20.288	-	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Joana	R\$	CDI + 1,45%	2025	Sem garantia	-	2.304	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Modelo I	R\$	CDI + 1,45%	2025	Sem garantia	2.993	2.649	-	-
EGP	Mútuo III EGP - Modelo I	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	3.881	3.435	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - Modelo I	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	2.611	2.311	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Modelo II	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	2.790	2.469	-	-
EGP	Mútuo III EGP - Modelo II	R\$	CDI + 0,71%	2025	Sem garantia	-	368	-	-
EGP	Mútuo II EGP - ISAMU	R\$	CDI + 1,8%	2025	Sem garantia	-	1.988	-	-
EGP	Mútuo III EGP - ISAMU	R\$	CDI + 5%	2025	Sem garantia	-	1.727	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - ISAMU	R\$	CDI + 5%	2025	Sem garantia	-	1.754	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - Alvorada	R\$	CDI + 5%	2025	Sem garantia	2.145	1.898	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - Alvorada	R\$	CDI + 5%	2025	Sem garantia	1.356	1.200	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - Alvorada	R\$	CDI + 2,65%	2025	Sem garantia	2.249	1.991	-	-
EGP	Mútuo IX EGP - Alvorada	R\$	CDI + 5%	2025	Sem garantia	1.971	1.744	-	-
EGP	Mútuo X EGP - Alvorada	R\$	CDI + 5%	2025	Sem garantia	2.951	2.612	-	-
EGP	Mútuo XI EGP - Alvorada	R\$	CDI + 2,65%	2025	Sem garantia	1.866	1.651	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Pau Ferro	R\$	CDI + 5%	2024	Sem garantia	2.003	1.773	-	-
EGP	Mútuo III EGP - Emiliana	R\$	CDI + 2,65%	2025	Sem garantia	2.618	2.317	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - Emiliana	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	15.092	13.357	-	-
EGP	Mútuo V EGP - Emiliana	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.358	2.087	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Tacaico	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.120	1.876	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Paranapanema	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	11.232	-	-
EGP	Mútuos São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	814	729	-	-
EGP	Mútuo VII São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	1.299	1.150	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	753	666	-	-
EGP	Mútuo IX EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.995	2.651	-	-
EGP	Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	1.453	1.286	-	-
EGP	Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	5.074	4.490	-	-
EGP	Mútuo XV EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.145	1.898	-	-
EGP	Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	6.079	5.380	-	-
EGP	Mútuo XIX EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	15.037	13.308	-	-
EGP	Mútuo XX EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	8.990	7.957	-	-
EGP	Mútuo XXI EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.360	2.974	-	-
EGP	Mútuo XXII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.567	2.272	-	-
EGP	Mútuo XXIII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	14.989	13.266	-	-

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Empresa	Empréstimos partes relacionadas	Moeda	Taxa de juros nominal (a.a.)	Ano de vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
						31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
EGP	Mútuo XXIV EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	4.631	4.088	-	-
EGP	Mútuo XXV EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 0,75%	2025	Sem garantia	9.449	8.363	-	-
EGP	Mútuo XXVI EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	8.777	7.768	-	-
EGP	Mútuo XXVII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	6.401	5.665	-	-
EGP	Mútuo XXVIII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.903	3.454	-	-
EGP	Mútuo XXIX EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	3.508	3.105	-	-
EGP	Mútuo XXX EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	10.223	9.048	-	-
EGP	Mútuo XXXI EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	6.163	5.454	-	-
EGP	Mútuo XXXII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.761	2.443	-	-
EGP	Mútuo XXXIII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	5.112	4.524	-	-
EGP	Mútuo XXXIV EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	16.390	14.506	-	-
EGP	Mútuo XXXV EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.957	3.502	-	-
EGP	Mútuo XXXVI EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + FIXO%	2023	Sem garantia	2.463	2.180	-	-
EGP	Mútuo XXXVII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + FIXO%	2023	Sem garantia	7.973	7.056	-	-
EGP	Mútuo XXXVIII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.574	2.278	-	-
EGP	Mútuo XXXIX EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	11.728	10.379	-	-
EGP	Mútuo XL EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	4.137	3.661	-	-
EGP	Mútuo XLI EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	7.539	6.672	-	-
EGP	Mútuo XLII EGP - São Gonçalo 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.030	2.681	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 2	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	4.132	3.657	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - São Gonçalo 2	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.906	2.572	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - São Gonçalo 2	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.293	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 2	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.105	2.748	-	-
EGP	Mútuo IX EGP - São Gonçalo 2	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	1.080	1.976	-	-
EGP	Mútuo X EGP - São Gonçalo 2	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.865	2.536	-	-
EGP	Mútuo XI EGP - São Gonçalo 2	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.655	-	-
EGP	Mútuo XII EGP - São Gonçalo 2	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.715	-	-
EGP	Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 2	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	6.471	5.728	-	-
EGP	Mútuo I EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	1.277	1.130	-	-
EGP	Mútuo II EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	709	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	200	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	1.505	1.332	-	-
EGP	Mútuo V EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	7.487	6.626	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	4.467	3.953	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	737	652	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	-	778	-	-
EGP	Mútuo IX EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.291	-	-
EGP	Mútuo X EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	2.906	2.572	-	-
EGP	Mútuo XI EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	2.171	1.921	-	-
EGP	Mútuo XII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	631	-	-
EGP	Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	3.393	3.003	-	-
EGP	Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	4.360	3.859	-	-
EGP	Mútuo XV EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	3.069	2.716	-	-
EGP	Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.525	3.119	-	-
EGP	Mútuo XVII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	4.474	3.960	-	-
EGP	Mútuo XVIII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	7.392	6.543	-	-
EGP	Mútuo XIX EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.041	1.806	-	-
EGP	Mútuo XX EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.401	2.125	-	-
EGP	Mútuo XXI EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	1.050	929	-	-
EGP	Mútuo XXII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	2.473	2.189	-	-

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Empresa	Empréstimos partes relacionadas	Moeda	Taxa de juros nominal (a.a.)	Ano de vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
						31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
EGP	Mútuo XXIII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	4.570	4.045	-	-
EGP	Mútuo XXIV EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.932	2.595	-	-
EGP	Mútuo XXV EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.041	2.692	-	-
EGP	Mútuo XXVI EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.394	2.119	-	-
EGP	Mútuo XXVII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	3.491	3.090	-	-
EGP	Mútuo XXVIII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	2.111	1.868	-	-
EGP	Mútuo XXIX EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.802	3.365	-	-
EGP	Mútuo XXX EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.169	2.805	-	-
EGP	Mútuo XXXI EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	2.424	2.145	-	-
EGP	Mútuo XXXII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.607	2.307	-	-
EGP	Mútuo XXXIII EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	2.603	2.304	-	-
EGP	Mútuo XXXIV EGP - São Gonçalo 3	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	3.977	3.520	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - São Gonçalo 4	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.460	2.748	-	-
EGP	Mútuo V EGP - São Gonçalo 4	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.906	3.457	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - São Gonçalo 4	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	2.735	-	-
EGP	Mútuo I EGP - São Gonçalo 10	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	2.840	-	-
EGP	Mútuo II EGP - São Gonçalo 10	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	1.067	2.119	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 10	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.846	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 21	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	2.565	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - São Gonçalo 21	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.715	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 22	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	2.572	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - São Gonçalo 22	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.293	-	-
EGP	Mútuo V EGP - São Gonçalo 22	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.347	2.077	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - São Gonçalo 22	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	2.037	-	-
EGP	Mútuo II EGP - São Gonçalo 5	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	687	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - São Gonçalo 5	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	1.550	1.888	-	-
EGP	Mútuo I EGP - São Gonçalo 6	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	4.914	-	-
EGP	Mútuo II Enel Brasil - São Gonçalo 6	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	-	2.963	-	-
EGP	Mútuo III Enel Brasil - São Gonçalo 6	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	2.395	-	-
EGP	Mútuo II EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	14.910	13.196	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	19.318	17.097	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	6.398	5.662	-	-
EGP	Mútuo V EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	4.256	3.766	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	3.958	3.503	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	5.485	4.855	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.232	1.976	-	-
EGP	Mútuo IX EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	4.203	3.720	-	-
EGP	Mútuo X EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	2.935	2.597	-	-
EGP	Mútuo XI EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + FIXO%	2024	Sem garantia	2.260	2.000	-	-
EGP	Mútuo XII EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	6.589	5.831	-	-
EGP	Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	2.339	2.070	-	-
EGP	Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	9.204	8.146	-	-
EGP	Mútuo XV EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2023	Sem garantia	13.078	11.574	-	-
EGP	Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.543	2.251	-	-
EGP	Mútuo XVII EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	4.757	4.210	-	-
EGP	Mútuo XVIII EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	2.980	2.637	-	-
EGP	Mútuo XIX EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	3.640	3.221	-	-
EGP	Mútuo XX EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	1.935	1.712	-	-
EGP	Mútuo XXI EGP - São Gonçalo 14	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	5.988	5.299	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.882	2.551	-	-

(Continua...)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Empréstimos partes relacionadas	Moeda	Taxa de juros nominal (a.a.)	Ano de vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
						31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
EGP	Mútuo IV EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.553	2.260	-	-
EGP	Mútuo V EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	4.241	3.754	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	4.464	3.951	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.203	2.835	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	929	-	-
EGP	Mútuo IX EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.096	1.855	-	-
EGP	Mútuo X EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	1.950	1.726	-	-
EGP	Mútuo XI EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.297	2.033	-	-
EGP	Mútuo XII EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.353	2.967	-	-
EGP	Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.593	3.180	-	-
EGP	Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 17	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.346	2.076	-	-
EGP	Mútuo II EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	5.761	5.098	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	6.220	5.505	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	4.419	5.343	-	-
EGP	Mútuo V EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	5.999	5.309	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	8.865	7.845	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	-	120	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.030	1.797	-	-
EGP	Mútuo IX EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.803	2.481	-	-
EGP	Mútuo X EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	1.837	1.626	-	-
EGP	Mútuo XI EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	2.227	1.971	-	-
EGP	Mútuo XII EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.864	2.535	-	-
EGP	Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	2.768	2.450	-	-
EGP	Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.561	3.151	-	-
EGP	Mútuo XV EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.012	1.781	-	-
EGP	Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.331	2.063	-	-
EGP	Mútuo XVII EGP - São Gonçalo 18	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.545	2.252	-	-
EGP	Mútuo II EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	779	689	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	2.882	2.551	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	4.397	3.892	-	-
EGP	Mútuo V EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	6.079	5.380	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	4.914	4.349	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	5.790	5.124	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.361	2.090	-	-
EGP	Mútuo IX EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	2.798	2.476	-	-
EGP	Mútuo X EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	697	-	-
EGP	Mútuo XI EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.085	1.845	-	-
EGP	Mútuo XII EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.449	2.167	-	-
EGP	Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.179	2.814	-	-
EGP	Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	1.963	1.737	-	-
EGP	Mútuo XV EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.722	-	-
EGP	Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 19	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.725	2.412	-	-
EGP	Mútuo I EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.490	2.203	-	-
EGP	Mútuo II EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.095	2.739	-	-
EGP	Mútuo III EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	-	-	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	-	744	-	-
EGP	Mútuo V EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	1.158	1.025	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.574	2.278	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	4.397	3.892	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	6.645	5.881	-	-

(Continua...)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Empréstimos partes relacionadas	Moeda	Taxa de juros nominal (a.a.)	Ano de vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
						31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
EGP	Mútuo IX EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	5.301	4.692	-	-
EGP	Mútuo X EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	1.907	1.688	-	-
EGP	Mútuo XI EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.027	1.794	-	-
EGP	Mútuo XII EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.136	1.890	-	-
EGP	Mútuo XIII EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	2.117	1.874	-	-
EGP	Mútuo XIV EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.096	1.855	-	-
EGP	Mútuo XV EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.081	1.842	-	-
EGP	Mútuo XVI EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.510	2.222	-	-
EGP	Mútuo XVII EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.228	2.857	-	-
EGP	Mútuo XVIII EGP - São Gonçalo 15	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	2.180	1.929	-	-
EGP	Mútuo V Enel Brasil - Quatiara	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	732	648	-	-
EGP	Mútuo VI Enel Brasil - Quatiara	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.171	1.921	-	-
EGP	Mútuo VII Enel Brasil - Quatiara	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	2.012	1.781	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.971	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	784	-	-
EGP	Mútuo III EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	-	65	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.289	-	-
EGP	Mútuo V EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	2.551	-	-
EGP	Mútuo VI EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	603	-	-
EGP	Mútuo VII EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	12.000	-	-
EGP	Mútuo VIII EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	4.607	-	-
EGP	Mútuo IX EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	568	-	-
EGP	Mútuo X EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.698	-	-
EGP	Mútuo XI EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.795	-	-
EGP	Mútuo XII EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2029	Sem garantia	-	4.886	-	-
EGP	Mútuo XIII EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	-	3.846	-	-
EGP	Mútuo XIV EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	-	4.370	-	-
EGP	Mútuo XV EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	-	1.946	-	-
EGP	Mútuo XVI EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2022	Sem garantia	-	6.027	-	-
EGP	Mútuo XVII EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	4.288	-	-
EGP	Mútuo XVIII EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.814	-	-
EGP	Mútuo XIX EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	9.566	-	-
EGP	Mútuo XX EGP - Desenvolvimento	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	2.174	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Santa Angela 12	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	3.704	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Santa Angela 12	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	2.445	-	-
EGP	Mútuo III EGP - Santa Angela 12	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	6.320	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Santa Angela 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	2.223	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Santa Angela 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	2.519	-	-
EGP	Mútuo III EGP - Santa Angela 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	40	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - Santa Angela 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	91	-	-
EGP	Mútuo V EGP - Santa Angela 3	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.037	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Santa Angela 4	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	2.963	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Santa Angela 4	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	2.487	-	-
EGP	Mútuo III EGP - Santa Angela 4	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	5.794	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Enel Power	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	122	-	-
EGP	Mútuo II EGP - Enel Power	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	603	-	-
EGP	Mútuo III EGP - Enel Power	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	216	-	-
EGP	Mútuo IV EGP - Enel Power	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	534	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Jade Energia	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	180	-	-
EGP	Mútuo I EGP - EGP Bom Nome	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.890	-	-

(Continua...)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Empréstimos partes relacionadas	Moeda	Taxa de juros nominal (a.a.)	Ano de vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
						31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
EGP	Mútuo I EGP - Santa Angela 18	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.874	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Esperança	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.626	-	-
EGP	Mútuo I EGP - EGP Cumaru	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.702	-	-
EGP	Mútuo I EGP - EGP Santa Angela 13	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.816	-	-
EGP	Mútuo II EGP - EGP Santa Angela 13	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.795	-	-
EGP	Mútuo III EGP - EGP Santa Angela 13	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.067	-	-
EGP	Mútuo I EGP - EGP Santa Angela 11	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.797	-	-
EGP	Mútuo II EGP - EGP Santa Angela 11	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	2.770	-	-
EGP	Mútuo I EGP - EGP Santa Angela 6	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.773	-	-
EGP	Mútuo II EGP - EGP Santa Angela 6	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.669	-	-
EGP	Mútuo I EGP - EGP Santa Angela 10	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.773	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Santa Angela 1	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	3.086	4.227	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Santa Angela 15	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.996	-	-
EGP	Mútuo I EGP - ZEUS II - DELFINA 8	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.681	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Socibe Energia	R\$	CDI + 1,9%	2025	Sem garantia	-	1.669	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Santa Angela 17	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	2.397	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Santa Angela 20	R\$	CDI + 1,9%	2024	Sem garantia	-	1.042	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Usina Eólica Pedra Pintada G	R\$	CDI + 1,95%	2025	Sem garantia	11	-	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Parque Eólico Palmas dos Ventos	R\$	CDI + 1,95%	2025	Sem garantia	104	-	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Ventos de São Cirilo	R\$	CDI + 1,95%	2025	Sem garantia	103	-	-	-
EGP	Mútuo I EGP - São Cirilo 03	R\$	CDI + 1,95%	2025	Sem garantia	103	-	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Ventos de Santa Esperança 7	R\$	CDI + 1,95%	2025	Sem garantia	103	-	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Ventos de Santa Esperança 3	R\$	CDI + 1,95%	2025	Sem garantia	103	-	-	-
EGP	Mútuo I EGP - Ventos de São Mário Energia Renovaveis	R\$	CDI + 1,95%	2025	Sem garantia	103	-	-	-
Luz de Macapá	Mútuo Mobit	R\$	CDI + 1,70%	2024	Sem garantia	-	-	3.582	-
Luz de Macapá	Mútuo Selt	R\$	CDI + 1,70%	2024	Sem garantia	-	-	3.582	-
Jade Energia	Contrato Empréstimo SANTANA	R\$	IPCA + 4%	2027	Sem garantia	-	-	5.938	3.718
Subtotal						8.224.507	4.972.359	13.102	3.718
Total						8.224.507	4.972.359	13.102	3.718
Ativo Circulante						6.016.958	4.815.746	7.164	-
Ativo Não Circulante						2.207.549	156.613	5.938	3.718

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Abaixo segue a movimentação dos saldos de debêntures, empréstimos e financiamentos:

	Controladora					
	Empréstimos e financiamentos		Empréstimos com partes relacionadas		Total	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	-	-	4.972.359	8.956.526	4.972.359	8.956.526
Empréstimos e financiamentos concedidos	-	-	3.962.670	3.274.846	3.962.670	3.274.846
Variação cambial	-	-	453	(92)	453	(92)
Encargos financeiros provisionados	-	-	898.819	377.349	898.819	377.349
Ajuste a valor de mercado	-	-	(1.320.564)	-	(1.320.564)	-
Encargos financeiros recebidos	-	-	(68.822)	(284.628)	(68.822)	(284.628)
Amortização de principal	-	-	(220.408)	(7.351.642)	(220.408)	(7.351.642)
Saldo final	-	-	8.224.507	4.972.359	8.224.507	4.972.359

	Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos		Empréstimos com partes relacionadas		Total	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	3.718	3.718	-	-	3.718	3.718
Empréstimos e financiamentos concedidos	1.117	-	6.069	-	7.186	-
Encargos financeiros provisionados	1.103	-	1.095	-	2.198	-
Saldo final	5.938	3.718	7.164	-	13.102	3.718

12. Investimentos

Com exceção dos investimentos nas empresas Gridspertise Latam S.A. e Enel X Way Brasil S.A., os investimentos do Grupo são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial e suas participações em controladas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

A seguir, são apresentados os detalhes das investidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Controladas	Controladora						
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
Enel Distribuição Ceará	74,05%	1.388.347	5.139.622	14.406.941	8.442.129	342.681	150.347
Enel Distribuição Rio	99,83%	6.950.458	8.442.090	19.631.323	8.741.530	670.153	236.533
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	4.532.525	5.629.270	28.963.964	20.550.042	1.075.231	100.639
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	505.313	783.563	622.981	117.972	9.941
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	927.728	1.713.131	385.309	171.213	7.513
Enel CIEN	100,00%	285.045	628.709	1.043.468	-	67.591	405.377
Enel X	100,00%	903.326	648.811	1.321.067	345.058	(247.811)	2.488
Enel Uruguay	100,00%	1.021	220	359	125	(2.524)	-
Enel Trading	100,00%	54.271	194.609	1.568.929	4.759.872	100.237	25.059
CTM	74,15%	9.638	17.699	18.967	6.511	(4.606)	-
TESA	60,15%	4.859	14.555	16.368	6.507	(6.620)	-
Enel X Way Brasil S.A.	20,00%	37.045	22.406	65.518	1.693	(12.035)	-
EGPs	100,00%	22.888.131	23.511.140	32.781.080	4.864.071	1.071.500	645.673
Total		37.684.762	45.682.172	102.314.678	48.725.828	3.342.982	1.583.569

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

Controladas	Controladora						
	31.12.2023						
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
Enel Distribuição Ceará	74,05%	1.282.347	4.191.147	13.097.413	8.623.294	315.476	93.296
Enel Distribuição Rio	99,82%	4.438.230	5.340.880	17.656.687	7.796.488	(191.679)	77.666
Enel Distribuição São Paulo	100,00%	3.079.525	2.822.916	28.630.905	19.250.925	1.301.722	160.138
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	499.474	758.998	726.355	148.780	40.175
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	855.458	1.715.846	357.483	160.714	16.382
Enel CIEN	100,00%	285.045	733.532	999.960	87.636	469.683	201.300
Enel X	100,00%	766.726	798.811	1.454.509	392.001	4.429	6.201
Enel Uruguay	100,00%	3	11	1.778	1.355	(1.154)	-
Enel Trading	100,00%	54.280	269.788	814.966	3.910.880	211.576	14.919
CTM	74,15%	4.591	10.625	10.975	2.730	6.351	-
TESA	60,15%	2.315	9.743	10.203	2.730	7.428	-
Enel X Way Brasil S.A.	19,99%	20.045	17.439	70.524	34.474	(916)	-
EGPs	100,00%	23.566.098	21.168.370	30.346.270	3.399.640	697.096	230.963
Total		34.129.301	36.718.194	95.569.034	44.585.991	3.129.506	841.040

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

Controladora										
31.12.2024										
Controladas	31.12.2023	Adição/ Redução	Equivalência patrimonial	Dividendos	Disponível a Venda	Ajuste acumulado de conversão	Hiperinflação em controladas	Outros	Resultado abrangente em controladas	31.12.2024
Enel Distribuição Ceará	3.103.546	429.926	344.274	(78.412)	-	-	-	192	6.418	3.805.944
Enel Distribuição Rio	5.331.266	2.508.040	669.036	(158.898)	-	-	-	716	77.854	8.428.014
Enel Distribuição São Paulo (a)	8.449.476	1.453.000	989.376	-	-	-	-	(3)	278.123	11.169.972
EGP Cachoeira Dourada	497.524	-	117.507	(113.420)	-	-	-	126	1.583	503.320
EGP Volta Grande	855.459	-	171.213	(98.943)	-	-	-	-	-	927.729
Enel CIEN	733.532	-	67.591	(179.818)	-	7.404	-	-	-	628.709
Enel X	772.087	136.600	(249.101)	-	-	-	-	(12.065)	-	647.521
Enel Uruguay	11	3.222	(2.524)	-	-	(489)	-	(1)	-	219
Enel Trading	270.956	-	100.237	(175.416)	-	-	-	(1.168)	-	194.609
CTM	-	-	(3.415)	-	7.878	(6.510)	15.170	-	-	13.123
TESA	-	-	(3.982)	-	5.860	(5.299)	12.175	-	-	8.754
Enel X Way Brasil S.A. (b)	3.671	3.400	-	-	-	-	-	-	-	7.071
EGPs	21.146.938	2.173.378	1.070.639	(1.171.522)	-	-	-	-	1.538	23.220.971
Total	41.164.466	6.707.566	3.270.851	(1.976.429)	13.738	(4.894)	27.345	(12.203)	365.516	49.555.956

- (a) O saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2024 na controlada Enel Distribuição São Paulo é composto por: R\$ 5.629.270 participação no patrimônio líquido, R\$ 3.402.091 de mais valia (Intangível de R\$ 4.037.554, Impostos diferidos a recuperar de R\$ 327.454 e Contingências e outros créditos de R\$ 962.917) e R\$ 2.138.612 de ágio, vide nota explicativa 14.
- (b) Enel X Way Brasil é avaliada pelo método de custo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora										
31.12.2023										
Controladas	31.12.2022	Adição/ Redução	Equivalência patrimonial	Dividendos	Disponível a Venda	Ajuste acumulado de conversão	Hiperinflação em controladas	Outros	Resultado abrangente em controladas	31.12.2023
Enel Distribuição Ceará	2.930.129	-	233.612	(55.610)	-	-	-	50	(4.635)	3.103.546
Enel Distribuição Rio	5.225.236	299.460	(191.326)	-	-	-	-	269	(2.373)	5.331.266
Enel Distribuição São Paulo (a)	8.099.051	-	1.223.020	(400.639)	-	-	-	-	(471.956)	8.449.476
Cachoeira Dourada	462.137	-	148.414	(113.486)	-	-	-	78	381	497.524
Volta Grande	744.783	-	160.715	(50.038)	-	-	-	(1)	-	855.459
Enel CIEN	479.120	-	469.683	(213.018)	-	(2.255)	-	2	-	733.532
Enel X	475.284	295.000	4.429	(1.866)	-	-	-	(760)	-	772.087
Enel Uruguay	1.218	-	(1.154)	-	-	(53)	-	-	-	11
Enel Trading	109.630	-	211.576	(51.419)	-	-	-	1.169	-	270.956
CTM	6.883	-	4.709	-	(7.878)	(3.561)	4.997	(5.150)	-	-
TESA	3.996	-	4.468	-	(5.860)	(1.140)	3.067	(4.531)	-	-
Enel X Way Brasil S.A. (b)	271	3.400	-	-	-	-	-	-	-	3.671
EGPs	15.586.132	5.845.741	862.276	(1.151.625)	-	-	-	-	4.414	21.146.938
Total	34.123.870	6.443.601	3.130.422	(2.037.701)	(13.738)	(7.009)	8.064	(8.874)	(474.169)	41.164.466

- (a) O saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2023 na controlada Enel Distribuição São Paulo é composto por: R\$ 2.822.916 participação no patrimônio líquido, R\$ 3.487.948 de mais valia (Intangível de R\$ 4.133.442, Impostos diferidos a recuperar de R\$ 332.528 e Contingências e outros créditos de R\$ 978.022) e R\$ 2.138.612 de ágio, vide nota explicativa 14.
- (b) Enel X Way Brasil avaliada pelo método de custo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição e geração de energia, corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. As controladas do segmento de distribuição e algumas empresas do segmento de geração que possuem o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público, bem como classificam os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros.

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária das distribuidoras de energia, ocorre a cada 4 anos (vide nota explicativa nº 2.5 acerca das revisões tarifárias das 3 distribuidoras, as últimas ocorridas em 2023) e, somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

Para as controladas do segmento de geração os investimentos cuja vida útil supera o prazo da concessão tem seus ativos bifurcados. Os montantes depreciados dentro do prazo da concessão são classificados como ativos intangíveis e a parcela superior ao prazo da concessão são classificados como ativos indenizáveis.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Distribuidoras ("DXs")	Geradoras ("GXs")	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.779.308	63.209	18.842.517
Transferências do ativo contratual	2.079.449	1.001	2.080.450
Baixas	(54.733)	-	(54.733)
Atualização do ativo financeiro da concessão	915.951	429	916.380
Atualização do ativo financeiro da concessão - Revisão tarifária	142.462	-	142.462
Reclassificações para ativo intangível - Revisão tarifária	(172.426)	-	(172.426)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.690.011	64.639	21.754.650
Transferências do ativo contratual	2.149.633	1.422	2.151.055
Baixas	(18.985)	-	(18.985)
Atualização do ativo financeiro da concessão	1.081.211	-	1.081.211
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.901.870	66.061	24.967.931

14. Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão no caso das distribuidoras. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Os ativos intangíveis da controladora Enel Brasil referem-se a aquisições de softwares utilizados para gestão das atividades operacionais, aquisição e desenvolvimento de novos projetos de energia renovável e ágio na compra de empresas.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

Uso de estimativas

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com exceção dos projetos renováveis em desenvolvimento, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo das concessões com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo segue a composição do ativo intangível do grupo por segmento:

Ref.	Taxas médias de amortização	31.12.2024				31.12.2023
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Enel Distribuição (DXs)						
<i>Em serviço</i>						
		10.566.600	(6.790.185)	(359.212)	3.417.203	3.849.404
		7.191.329	(5.437.117)	(66.425)	1.687.787	1.933.996
		6.111.335	(4.151.854)	(169.604)	1.789.877	1.983.250
		2.080.467	(1.315.912)	-	764.555	584.216
		42.434	(23.768)	-	18.666	1.244
		25.992.165	(17.718.836)	(595.241)	7.678.088	8.352.110
Enel Geração (GXs)						
<i>Em curso</i>						
		3.886	-	-	3.886	23.544
		53.335	-	-	53.335	88.443
<i>Em serviço</i>						
		1.013.433	(229.049)	-	784.384	1.051.749
		4.357	(1.589)	-	2.768	6.144
		399.078	(378.373)	-	20.705	47.275
		23.568	(14.371)	-	9.197	3.404
	14.1	12.941	(1.963)	-	10.978	11.469
		239.319	(54.885)	-	184.434	180.788
		1.749.917	(680.230)	-	1.069.687	1.412.816
Enel Comercialização (CXs)						
<i>Em curso</i>						
		3.063	-	-	3.063	2.162
<i>Em serviço</i>						
		22.477	(4.782)	-	17.695	12.075
		25.540	(4.782)	-	20.758	14.237
Enel Serviços (SXs)						
<i>Em curso</i>						
		24.277	-	-	24.277	35.306
<i>Em serviço</i>						
		12.934	(874)	-	12.060	-
		28.565	(9.137)	-	19.428	20.454
		103.425	(71.222)	-	32.203	52.840
		169.201	(81.233)	-	87.968	108.600
Outros						
<i>Em curso</i>						
		304.512	-	-	304.512	387.778
		47.126	-	-	47.126	241.908
<i>Em serviço</i>						
		428.793	(104.639)	-	324.154	178.525
	14.1	5.648.222	(1.563.885)	-	4.084.337	4.154.252
	14.2	2.138.612	-	-	2.138.612	2.138.612
		4.076	(3.056)	-	1.020	1.531
		8.571.341	(1.671.580)	-	6.899.761	7.102.606
		36.508.164	(20.156.661)	(595.241)	15.756.262	16.990.369

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Controladora						31.12.2024
	31.12.2023	Adição	Amortização	Transferências	Baixas	Impairment	
Intangível em serviço							
Software	228.091	-	-	200.702	-	-	428.793
Mais valia	1.115.245	-	-	-	-	-	1.115.245
Outros	4.076	-	-	-	-	-	4.076
Subtotal	1.347.412	-	-	200.702	-	-	1.548.114
Amortização acumulada							
Software	(50.275)	-	(54.364)	-	-	-	(104.639)
Mais valia	(1.051.372)	-	(17.089)	-	-	-	(1.068.461)
Outros	(2.545)	-	(511)	-	-	-	(3.056)
Subtotal	(1.104.192)	-	(71.964)	-	-	-	(1.176.156)
Intangível em curso							
Software	172.760	61.801	-	(187.436)	-	-	47.125
Novos projetos	510.444	12.443	-	-	-	(218.375)	304.512
Subtotal	683.204	74.244	-	(187.436)	-	(218.375)	351.637
Total intangível	926.424	74.244	(71.964)	13.266	-	(218.375)	723.595

Ref.	Consolidado						31.12.2024
	31.12.2023	Adição	Amortização	Transferências	Baixas	Impairment	
Intangível em serviço							
Direito de uso da concessão	23.611.864	9.807	-	1.261.278	(304.854)	-	24.578.095
Software	2.011.850	(294)	(410)	546.695	-	-	2.557.841
Bifurcação indenizável	400.052	-	-	178	(1.152)	-	399.078
Extensão da concessão - GSF	324.332	-	-	-	-	-	324.332
Outros	263.299	116.504	-	51.303	(18.264)	-	412.842
Subtotal	26.611.397	126.017	(410)	1.859.454	(324.270)	-	28.272.188
Amortização acumulada							
Direito de uso da concessão	(14.376.941)	(874)	(2.350.268)	-	261.860	-	(16.466.223)
Software	(1.156.111)	338	(287.276)	-	-	-	(1.443.049)
Bifurcação indenizável	(352.777)	-	(26.651)	-	1.055	-	(378.373)
Extensão da concessão - GSF	(108.083)	-	(35.770)	-	-	-	(143.853)
Outros	(94.497)	-	(65.283)	466	-	-	(159.314)
Subtotal	(16.088.409)	(536)	(2.765.248)	466	262.915	-	(18.590.812)
Obrigações especiais							
Obrigações especiais	(2.558.992)	-	45.180	(31.786)	-	-	(2.545.598)
Amortização acumulada	1.840.788	-	109.569	-	-	-	1.950.357
Subtotal	(718.204)	-	154.749	(31.786)	-	-	(595.241)
Intangível em curso							
Novos Projetos	533.988	12.755	-	(12.842)	-	(225.503)	308.398
Software	304.201	73.907	(5.336)	(244.971)	-	-	127.801
Subtotal	838.189	86.662	(5.336)	(257.813)	-	(225.503)	436.199
Intangível em serviço - Outros							
Mais valia	5.661.163	-	-	-	-	-	5.661.163
Mais valia - Amortização acumulada	(1.452.379)	-	(113.468)	-	-	-	(1.565.847)
Ágio	2.138.612	-	-	-	-	-	2.138.612
Subtotal	6.347.396	-	(113.468)	-	-	-	6.233.928
Total intangível	16.990.369	212.143	(2.729.713)	1.570.321	(61.355)	(225.503)	15.756.262

14.1 Mais Valia

O saldo consolidado de mais-valia é de R\$ 5.661.163, deste montante, R\$ 4.532.997 estão relacionados à controlada Enel Distribuição São Paulo, que, em 31 de dezembro de 2019, realizou a incorporação reversa de sua então controladora. Na ocasião, foi reconhecido um saldo de intangível reflexo de R\$ 4.268.769, posteriormente acrescido de R\$ 264.218 em função da compra de participação dos acionistas minoritários. No exercício de 31.12.2024 o saldo total líquido após a amortização acumulada desta operação é de R\$ 4.037.554 (R\$ 4.133.442 em 31.12.2023).

14.2 Ágio controlada Enel Distribuição São Paulo

O Goodwill reconhecido originalmente pela Enel Sudeste (incorporada pela Enel Brasil em 2019) como parte da combinação de negócios relacionada à aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo também foi submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com as circunstâncias estabelecidas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nenhum outro evento ou circunstância foram identificados que exigissem reconhecimento de perda de substância econômica do referido Goodwill.

14.3 Perda por redução ao valor recuperável – Impairment

Como parte do plano estratégico do Grupo para 2025-2027 atualizado em 2024, a Companhia reavaliou todo o portfólio de projetos em desenvolvimento que estão localizados na região Nordeste do Brasil e reconheceu um ajuste para perdas por desvalorização (“impairment”) no valor de R\$ 218.375 na controladora e R\$ 7.128 no segmento de geração (total R\$ 225.503 no consolidado), que está sendo apresentado em outras receitas e despesas operacionais na demonstração de resultado. A provisão de perda por desvalorização foi realizada em projetos de tecnologia eólica, solar e híbrida e foi mensurada pelo valor em uso dos ativos, conforme descreve a norma contábil CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sendo a premissa relevante na determinação do valor recuperável o montante total dos respectivos projetos.

Os fatores analisados na reavaliação dos projetos consideraram a existência de limitações estruturais (ausência de infraestrutura de linhas de transmissão e necessidade de investimentos na rede), cenários de mercado como o curtailment (redução forçada da geração), fatores que geram riscos elevados e baixa atratividade (riscos fundiários e ausência do desconto da TUSD) e baixa disponibilidade de recursos (projetos localizados em áreas de baixo e médio recurso eólico e solar).

O Grupo ainda mantém projetos em desenvolvimento no valor de R\$ 308.398, os quais possuem compromisso firme de desenvolvimento, e não apresentam as características citadas acima.

15. Ativos de contrato

Os ativos da infraestrutura relacionados aos contratos de concessão estão segregados entre ativo de contrato (infraestrutura em construção), ativo financeiro (indenizável) e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

15.1 Ativos de contrato - Distribuição

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

As controladas do segmento de distribuição agregam, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados.

15.2 Ativos de contrato - Serviços

As controladas do segmento de serviço possuem investimentos em Parcerias Público-Privadas (PPPs) de Iluminação Pública que se referem aos recursos financeiros destinados à implementação e manutenção de sistemas de iluminação em espaços públicos, assumindo, como prestador de serviços, o compromisso de investir na infraestrutura necessária, realizar a modernização, operação e a manutenção do sistema de iluminação.

O ativo contratual de concessão foi constituído a partir dos custos incorridos com a modernização da Iluminação Pública através das concorrências públicas das controladas participantes. As controladas possuem o direito incondicional de receber caixa pela prestação de serviços de infraestrutura de iluminação pública na medida em que satisfaz a obrigação de modernizar a infraestrutura, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto.

O ativo contratual reconhecido corresponde aos direitos das controladas, obtidos com os serviços de modernização prestados na data das demonstrações financeiras. Após a conclusão das etapas de modernização e aceitação do verificador independente indicado pelo cliente, quando os direitos se tornam incondicionais, o valor dos recebíveis reconhecido como ativo do contrato e respectiva atualização financeira, são reclassificados para contas a receber.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme determinado pelo CPC 47 existe um componente de financiamento significativo no contrato e por conta disso os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco de crédito do cliente.

Para estes ativos de contrato o teste do valor recuperável dos ativos ("Impairment") deverá ser feito sempre que houver indicativo de acordo com os requerimentos do CPC 01. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

15.3 Composição dos Ativos de contrato

A seguir é demonstrada a composição dos ativos de contrato:

	Consolidado					
	31.12.2024			31.12.2023		
	Custo de aquisição	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo de aquisição	Obrigações especiais	Valor líquido
Distribuição ("DXs")						
Direito de concessão - Enel SP	2.108.389	(52.032)	2.056.357	1.379.455	(26.904)	1.352.551
Direito de concessão - Enel CE	1.452.981	(96.274)	1.356.707	1.217.313	(96.274)	1.121.039
Direito de concessão - Enel RJ	820.363	(58.988)	761.375	808.397	(58.988)	749.409
Software - Enel CE	157.682	-	157.682	151.619	-	151.619
Software - Enel RJ	189.482	-	189.482	226.479	-	226.479
Serviços ("SXs")						
Enel X	220.658	-	220.658	-	-	-
Total	4.949.555	(207.294)	4.742.261	3.783.263	(182.166)	3.601.097

A movimentação dos ativos de contrato, é como segue:

	Consolidado		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.875.454	(184.274)	3.691.180
Adições	3.919.913	(112.543)	3.807.370
Capitalização de juros de empréstimos	6.464	-	6.464
Transferências para intangível da concessão	(1.864.519)	60.118	(1.804.401)
Transferências para o ativo financeiro	(765.279)	54.536	(710.743)
Transferências para o ativo indenizável	(1.368.706)	-	(1.368.706)
Transferências do ativo imobilizado	27	-	27
Transferências para o imobilizado não vinculado	(20.094)	-	(20.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.783.260	(182.163)	3.601.097
Adições	5.159.526	(230.127)	4.929.399
Transferências do ativo financeiro vinculado a concessão	80.120	-	80.120
Capitalização de juros de empréstimos	9.948	-	9.948
Transferências para ativo intangível	(1.771.706)	31.786	(1.739.920)
Transferências para ativo indenizável	(1.528.829)	-	(1.528.829)
Reclassificações do ativo imobilizado	(3.323)	-	(3.323)
Transferências para o ativo financeiro	(794.019)	173.214	(620.805)
Amortizações	(1.337)	-	(1.337)
Atualização financeira	15.911	-	15.911
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.949.551	(207.290)	4.742.261

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Distribuição		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.875.454	(184.274)	3.691.180
Adições	3.919.913	(112.543)	3.807.370
Capitalização de juros de empréstimos	6.464	-	6.464
Transferências para intangível da concessão	(1.864.519)	60.118	(1.804.401)
Transferências para o ativo financeiro	(765.279)	54.536	(710.743)
Transferências para o ativo indenizável	(1.368.706)	-	(1.368.706)
Transferências do ativo imobilizado	27	-	27
Transferências para o imobilizado não vinculado	(20.094)	-	(20.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.783.260	(182.163)	3.601.097
Adições	5.033.562	(230.128)	4.803.434
Capitalização de juros de empréstimos	9.948	-	9.948
Transferências para ativo intangível	(1.771.705)	31.786	(1.739.919)
Transferências para ativo indenizável	(1.528.829)	-	(1.528.829)
Reclassificações do ativo imobilizado	(3.323)	-	(3.323)
Transferências para o ativo financeiro	(794.019)	173.214	(620.805)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.728.894	(207.291)	4.521.603

	Serviços		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-
Adições	125.964	-	125.964
Transferências do ativo financeiro vinculado a concessão	80.120	-	80.120
Atualização financeira	15.911	-	15.911
Amortizações	(1.337)	-	(1.337)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	220.658	-	220.658

16. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas controladas são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Redução ao valor recuperável: a Companhia e suas controladas avaliam anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia e suas controladas estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é demonstrada a movimentação da controladora no exercício corrente:

	Controladora					31.12.2024
	31.12.2023	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Terrenos	2.726	-	-	-	33.392	36.118
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	17.706	-	-	-	8.643	26.349
Máquinas e equipamentos	13.746	-	-	(1.387)	(2.266)	10.093
Veículos e outros meios de transporte	1.917	-	-	(357)	-	1.560
Móveis e utensílios	5.202	-	-	-	-	5.202
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	81.259	-	-	(576)	9.186	89.869
Reservatórios, barragens e adutoras	337	-	-	-	-	337
	122.893	-	-	(2.320)	48.955	169.528
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(4.587)	-	(627)	-	-	(5.214)
Máquinas e equipamentos	-	-	(1.272)	1.272	-	-
Veículos e outros meios de transporte	(1.663)	-	(153)	341	-	(1.475)
Móveis e utensílios	(5.059)	-	(1.079)	-	-	(6.138)
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	(33.670)	-	(13.306)	576	-	(46.400)
Reservatórios, barragens e adutoras	(337)	-	-	-	-	(337)
	(45.316)	-	(16.437)	2.189	-	(59.564)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	10.519	1.219	-	-	(8.643)	3.095
Máquinas e equipamentos	206.992	55.279	-	-	(53.578)	208.693
Móveis e utensílios	167	-	-	-	-	167
	217.678	56.498	-	-	(62.221)	211.955
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	4.118	-	-	-	-	4.118
Imóveis	18.295	48.480	-	-	-	66.775
Veículos e outros meios de transporte	17.143	5.596	-	-	-	22.739
	39.555	54.076	-	-	-	93.631
<u>Depreciação Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	(1.071)	-	(29)	-	-	(1.100)
Imóveis	(12.761)	-	(9.296)	-	-	(22.057)
Veículos e outros meios de transporte	(15.994)	-	(3.568)	-	-	(19.562)
	(29.825)	-	(12.893)	-	-	(42.718)
Total do imobilizado	304.985	110.574	(29.330)	(131)	(13.266)	372.832

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é demonstrada a movimentação da controladora no exercício anterior:

	Controladora					
	31.12.2022	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Terrenos	2.726	-	-	-	-	2.726
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	17.706	-	-	-	-	17.706
Máquinas e Equipamentos	3.043	-	-	-	10.703	13.746
Veículos e outros meios de transporte	1.917	-	-	-	-	1.917
Móveis e Utensílios	5.202	-	-	-	-	5.202
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	79.947	-	-	-	1.312	81.259
Reservatórios, barragens e adutoras	337	-	-	-	-	337
	110.878	-	-	-	12.015	122.893
<u>Depreciação acumulada em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(3.984)	-	(603)	-	-	(4.587)
Veículos e outros meios de transporte	(1.433)	-	(230)	-	-	(1.663)
Móveis e Utensílios	(4.136)	-	(923)	-	-	(5.059)
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	(21.072)	-	(12.598)	-	-	(33.670)
Barragens e adutoras	(337)	-	-	-	-	(337)
	(30.962)	-	(14.354)	-	-	(45.316)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9.775	744	-	-	-	10.519
Máquinas e Equipamentos	737.614	-	-	(518.606)	(12.015)	206.993
Móveis e Utensílios	161	6	-	-	-	167
	747.550	750	-	(518.606)	(12.015)	217.679
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	3.344	-	-	-	-	3.344
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	16.659	108	-	-	-	16.767
Veículos e outros meios de transporte	12.774	-	-	-	-	12.774
	32.777	108	-	-	-	32.885
<u>Depreciação Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	-	-	(297)	-	-	(297)
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(10.478)	-	(755)	-	-	(11.233)
Veículos e outros meios de transporte	-	-	(11.626)	-	-	(11.626)
	(10.478)	-	(12.678)	-	-	(23.156)
Total do imobilizado	849.765	858	(27.032)	(518.606)	-	304.985

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo é demonstrada a movimentação consolidada do imobilizado no exercício:

	Consolidado					
	31.12.2023	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31.12.2024
Imobilizado em serviço						
Terrenos	23.076	-	-	(120)	30.516	53.472
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	5.798.111	-	-	(37.654)	1.053.059	6.813.516
Reservatórios, barragens e adutoras	2.839.454	-	-	-	(2.215.393)	624.061
Edificações	479	-	-	-	-	479
Máquinas e equipamentos	14.398.444	3.988	-	(109.041)	6.581.484	20.874.875
Veículos e outros meios de transporte	16.974	-	-	(5.553)	2.464	13.885
Móveis e utensílios	159.948	-	-	(5.861)	3.594	157.681
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	535.395	-	-	(576)	9.186	544.005
Linhas de transmissão	216.251	-	-	-	(554.699)	(338.448)
Instalações técnicas/mecânicas - solar	4.093.245	-	-	(22.991)	2.519.867	6.590.122
	28.081.377	3.988	-	(181.796)	7.430.078	35.333.648
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(234.613)	-	(187.160)	382	(215.674)	(637.065)
Reservatórios, barragens e adutoras	(387.690)	-	-	100.622	160	(286.907)
Edificações	(474.116)	-	-	-	-	(474.116)
Máquinas e equipamentos	(5.264.633)	-	(586.029)	8.010	134.618	(5.708.034)
Veículos e outros meios de transporte	(9.884)	-	(960)	5.107	(968)	(6.705)
Móveis e utensílios	(117.921)	-	(5.978)	3.018	667	(120.214)
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	(42.462)	-	(13.351)	576	-	(55.237)
Linhas de transmissão	(62.074)	-	(42.785)	-	56.891	(47.968)
Instalações técnicas/mecânicas - solar	(648.651)	-	(151.177)	3.365	23.839	(772.625)
	(7.242.044)	-	(987.441)	121.081	(466)	(8.108.870)
Imobilizado em curso						
Reservatórios, barragens e adutoras	(491.672)	-	-	-	(3.654)	(495.326)
Terrenos	205.422	71.911	-	-	(4)	277.329
Edificações	3.921	-	-	-	-	3.921
Máquinas e equipamentos	5.647.758	1.467.399	-	(2.520)	(6.806.267)	306.370
Veículos e outros meios de transporte	970	-	-	(50)	(118)	802
Móveis e utensílios	(1.823)	9.386	-	-	(4.095)	3.468
Compras em andamento	61.499	-	-	-	-	61.499
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	1.092.359	561.819	-	-	(423.869)	1.230.309
	6.518.434	2.110.515	-	(2.570)	(7.238.007)	1.388.372

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					31.12.2024
	31.12.2023	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	
Ativo de direito de uso						
Terrenos	59.505	1.227	-	(86)	-	60.646
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	223.411	82.092	-	(4.734)	-	300.769
Veículos e outros meios de transporte	295.347	185.235	-	(59)	-	480.523
Outros	331.073	138.311	-	-	-	469.383
	909.336	406.865	-	(4.879)	-	1.311.321
Depreciação Ativo de direito de uso						
Terrenos	(56.830)	-	(1.552)	-	-	(58.382)
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(107.816)	-	(38.987)	-	-	(146.803)
Veículos e outros meios de transporte	(158.640)	-	(103.598)	-	-	(262.238)
Outros	(112)	-	(4.188)	-	-	(4.300)
	(323.398)	-	(148.325)	-	-	(471.723)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Quatiara	(12.279)	-	-	12.279	-	-
Total do imobilizado	27.931.426	2.521.368	(1.135.766)	(55.884)	191.605	29.452.748

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir é demonstrada a movimentação consolidada do imobilizado do grupo no exercício anterior:

	Consolidado					
	31.12.2022	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Terrenos	23.076	-	-	-	-	23.076
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	4.638.917	-	-	(228)	1.159.422	5.798.111
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.000.933	-	-	(80.739)	(80.740)	2.839.454
Edificações	479	-	-	-	-	479
Máquinas e Equipamentos	10.158.402	102.934	-	(67.497)	4.204.605	14.398.444
Veículos e outros meios de transporte	15.422	-	-	(6)	1.558	16.974
Móveis e Utensílios	158.368	-	-	(702)	2.282	159.948
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	106.630	-	-	-	428.765	535.395
Linhas de transmissão	216.251	-	-	-	-	216.251
Instalações técnicas/mecânicas - solar	3.617.685	248.753	-	1.252	225.555	4.093.245
	21.936.163	351.687	-	(147.920)	5.941.447	28.081.377
<u>Depreciação acumulada em serviço</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(147.219)	-	(87.558)	164	-	(234.613)
Reservatórios, Barragens e adutoras	(313.569)	-	(74.121)	-	-	(387.690)
Edificações	(472.827)	-	(1.289)	-	-	(474.116)
Máquinas e Equipamentos	(4.923.805)	-	(404.155)	62.806	521	(5.264.633)
Veículos e outros meios de transporte	(13.205)	-	(758)	-	4.079	(9.884)
Móveis e Utensílios	(117.989)	-	(5.332)	528	4.872	(117.921)
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	(29.819)	-	(12.643)	-	-	(42.462)
Linhas de transmissão	(28.572)	-	(33.502)	-	-	(62.074)
Instalações técnicas/mecânicas - solar	(518.155)	-	(130.496)	-	-	(648.651)
	(6.565.160)	-	(749.854)	63.498	9.472	(7.242.044)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Reservatórios, Barragens e adutoras	4.752	-	-	-	(496.424)	(491.672)
Terrenos	4.752	206.715	-	-	(6.045)	205.422
Edificações	3.921	-	-	-	-	3.921
Máquinas e equipamentos	7.055.501	4.011.099	(191)	(5.156)	(5.413.495)	5.647.758
Veículos e outros meios de transporte	4.828	-	(454)	-	(3.404)	970
Móveis e utensílios	16.083	6.346	(165)	-	(24.087)	(1.823)
Compras em andamento	61.499	-	-	-	-	61.499
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	445.014	650.440	-	21	(3.116)	1.092.359
	7.596.350	4.874.600	(810)	(5.135)	(5.946.571)	6.518.434

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					31.12.2023
	31.12.2022	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	
<u>Arrendamento - IFRS 16</u>						
Terrenos	5.488	1.290	-	-	-	6.778
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	66.598	22.339	-	-	-	88.937
Veículos e outros meios de transporte	147.028	26.380	-	-	-	173.408
Imobilizado de arrendamento	972	21.929	-	-	-	22.901
Outros	354.505	-	-	-	-	354.505
	574.591	71.938	-	-	-	646.529
<u>Depreciação Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	(1.871)	-	(2.232)	-	-	(4.103)
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	46.004	-	(29.884)	-	-	16.120
Veículos e outros meios de transporte	33.363	-	(70.064)	-	-	(36.701)
Imobilizado de arrendamento	(383)	-	(11.980)	-	-	(12.363)
Outros	(23.544)	-	-	-	-	(23.544)
	53.569	-	(114.160)	-	-	(60.591)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Quatiara	(12.279)	-	-	-	-	(12.279)
Total do imobilizado	23.583.234	5.298.225	(864.824)	(89.557)	4.348	27.931.426

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação

O Grupo reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, estão de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, para tecnologias reguladas. Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

Em 2024, as empresas do Grupo revisaram o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência das empresas do Grupo com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, as empresas do Grupo adotaram as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

(a) Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL.

As empresas do grupo mantêm o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

(b) Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:

- i. Equipamento geral: 10-30 anos
- ii. Softwares: 5 anos
- iii. Sobressalentes: 20-30 anos
- iv. Veículos: 7 anos
- v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Tecnologia hidráulica (reguladas):

- Depreciação de ativos definida pela ANEEL no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Os efeitos da revisão do valor residual e vida útil de cada ativo foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 01 de janeiro de 2024, e impactaram em R\$ 50.070 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A depreciação do exercício de 2024 no valor de R\$ 841.482, considerando-se as taxas não revisadas, seria de R\$ 891.552.

A tabela a seguir demonstra as vidas úteis anuais e o prazo médio dos contratos de arrendamentos e ativos em serviço:

	Vida útil
Imobilizado em serviço	
Edif. Ob. Cívicas e benfeitorias	3,72%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Edificações	3,72%
Máquinas e equipamentos	5,08%
Veículos e outros meios de transporte	14,29%
Móveis e utensílios	6,26%
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	10,41%
Linhas de transmissão	3,74%
Instalações técnicas/mecânicas - solar	3,74%
Ativo de direito de uso	
Terrenos	10 anos
Veículos e outros meios de transporte	1 ano
Móveis	4 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

O Grupo Enel utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, a composição dos saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		-	-	2.407.222	2.311.419
Encargos de Uso da Rede Elétrica		-	-	614.457	642.457
Subtotal Energia		-	-	3.021.679	2.953.876
Materiais e serviços		368.152	193.633	3.751.322	2.756.356
Partes relacionadas	17.1	1.138.350	560.140	1.852.516	1.324.209
Outros		-	-	486	78
Subtotal Outros		1.506.502	1.506.502	5.604.324	4.080.643
Total Fornecedores		1.506.502	1.506.502	8.626.003	7.034.519
Circulante		1.506.502	753.773	8.626.003	7.034.519

17.1 Partes relacionadas

Os saldos de fornecedores provenientes de partes relacionadas tratam em suma de comissões pela administração do grupo no Brasil, colaboradores expatriados em outros países e gastos com soluções em tecnologia como softwares. O detalhamento de partes relacionadas do Grupo Enel pode ser consultado na nota explicativa nº 28.

17.2 Operações de antecipação e direito de recebimento

Alguns fornecedores das controladas da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante destas operações é de R\$ 408.033 (R\$ 292.873 em 31 de dezembro de 2023).

18. Debêntures, empréstimos e financiamentos passivos

Os saldos de debêntures, empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado – vide nota explicativa nº 29.

Após o reconhecimento inicial, debêntures, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

A seguir o saldo das operações de debêntures, empréstimos e financiamentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Moeda estrangeira:				
Empréstimos e financiamentos	932.332	1.143.174	5.535.263	5.638.101
Empréstimos com partes relacionadas	601.685	1.354.194	915.166	2.400.246
Moeda nacional:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.615.816	3.035.166
Debêntures	-	-	6.074.512	8.619.093
Empréstimos com partes relacionadas	710.940	657.344	534.004	1.275.719
(-) Custo de transação	(35.156)	(39.214)	(157.778)	(190.683)
Total	2.209.801	3.115.498	15.516.983	20.777.642

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

Empresa	Credor	Moeda	Indexador	% Taxa de juros (a.a)	Início	Carência	Vencimento	Controladora		Consolidado	
								31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Enel RJ	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	1,39	01/02/21	03/02/25	03/02/25	-	-	229.842	179.697
Enel RJ	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	1,39	26/02/21	26/02/25	26/02/25	-	-	137.773	107.706
Enel CE	BNP Paribas S.A	USD	FIXO	2,14	01/04/21	28/03/24	28/03/24	-	-	-	114.300
Enel CE	Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.	USD	FIXO	2,13	15/10/21	15/10/24	15/10/24	-	-	-	243.151
Enel CE	Citibank S.A.	USD	USD SOFR	0,91	24/03/22	21/03/25	21/03/25	-	-	346.610	271.601
Enel CE	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	5,45	23/09/22	23/09/26	23/09/26	-	-	277.414	222.176
Enel CE	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	5,45	21/11/22	21/11/25	21/11/25	-	-	150.876	119.307
Enel Brasil	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	08/08/19	02/01/20	08/08/33	241.257	208.996	241.257	208.996
Enel Brasil	Bank of China LTD- Milan Branch	USD	USD SOFR	2,27	08/08/19	02/01/20	08/08/33	250.875	217.527	250.875	217.527
Enel Brasil	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	08/08/19	02/01/20	08/08/33	215.698	186.942	215.698	186.942
Enel Brasil	Bank of China Limited, London	USD	USD SOFR	2,27	08/08/19	02/01/20	08/08/33	224.502	194.572	224.502	194.572
Enel Brasil	Scotiabank Brasil S.A.	USD	FIXO	1,91	15/09/21	16/09/24	16/09/24	-	335.136	-	335.136
Enel SP	BNP Paribas S.A	USD	FIXO	1,71	09/03/21	11/03/24	11/03/24	-	-	-	214.212
Enel SP	BNP Paribas S.A	USD	FIXO	1,97	19/04/21	19/04/24	19/04/24	-	-	-	406.483
Enel SP	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	2,31	17/05/21	20/05/25	20/05/25	-	-	244.859	191.449
Enel SP	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	2,61	27/08/21	27/08/26	27/08/26	-	-	347.959	272.024
Enel SP	Banco MUFG Brasil S.A.	USD	FIXO	2,07	09/09/21	09/09/24	09/09/24	-	-	-	188.428
Enel SP	Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo	USD	FIXO	2,37	09/09/21	09/09/25	09/09/25	-	-	480.791	375.846
Enel SP	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	3,76	01/09/22	01/09/25	01/09/37	-	-	147.372	120.568
Enel SP	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	3,61	01/09/22	01/09/25	01/09/37	-	-	583.952	477.209
Enel SP	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	4,51	20/04/23	20/04/26	20/04/38	-	-	82.086	67.785
Enel SP	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	4,38	20/04/23	20/04/26	20/04/38	-	-	325.737	268.772
Enel SP	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	5,38	13/05/24	13/05/27	13/05/39	-	-	111.099	-
Enel SP	BEI - Banco Europeu de Investimento	USD	FIXO	5,28	13/05/24	13/05/27	13/05/39	-	-	441.528	-
EGP	Bank of China LTD- Milan Branch	USD	USD SOFR	2,27	30/03/17	02/07/18	01/12/31	-	-	56.041	49.541
EGP	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	30/03/17	02/07/18	01/12/31	-	-	53.843	47.598
EGP	Société de Promotion et de Participation Pour La Coopération E	EURO WMR	FIXO	2,28	22/12/17	17/12/18	15/06/32	-	-	88.694	89.777
EGP	Bank of China LTD- Milan Branch	USD	USD SOFR	2,27	30/03/17	02/07/18	01/12/31	-	-	84.066	74.316
EGP	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	30/03/17	02/07/18	01/12/31	-	-	80.769	71.401
EGP	Société de Promotion et de Participation Pour La Coopération E	EURO WMR	FIXO	2,28	22/12/17	17/12/18	15/06/32	-	-	133.041	134.665
EGP	Bank of China LTD- Milan Branch	USD	USD SOFR	2,27	30/03/17	02/07/18	01/12/31	-	-	56.041	49.541
EGP	Banco Santander (Brasil) S.A.	USD	USD SOFR	2,27	30/03/17	02/07/18	01/12/31	-	-	53.843	47.598
EGP	Société de Promotion et de Participation Pour La Coopération E	EURO WMR	FIXO	2,28	22/12/17	17/12/18	15/06/32	-	-	88.694	89.777
Enel RJ	Enel Finance International N.V.	EURO	FIXO	1,53	03/09/21	03/09/24	03/09/24	-	-	-	270.247
Enel RJ	Enel Finance International N.V.	EURO WMR	FIXO	1,59	13/10/21	14/10/24	14/10/24	-	-	-	215.810
Enel RJ	Enel Finance International N.V.	EURO	FIXO	1,65	14/12/21	16/12/24	16/12/24	-	-	-	295.404
Enel RJ	Enel Finance International N.V.	EURO	FIXO	5,76	03/01/23	03/01/25	03/01/25	-	-	313.481	264.592
Enel Brasil	Enel Finance International N.V.	EURO	FIXO	1,53	05/08/21	05/08/24	05/08/24	-	108.231	-	108.231
Enel Brasil	Enel Finance International N.V.	EURO	FIXO	1,53	01/09/21	02/09/24	02/09/24	-	118.677	-	118.677
Enel Brasil	Enel Finance International N.V.	EURO	FIXO	1,59	20/09/21	20/09/24	20/09/24	-	242.593	-	242.593
Enel Brasil	Enel Finance International N.V.	EURO WMR	FIXO	1,59	01/10/21	01/10/24	01/10/24	-	394.043	-	394.043
Enel Brasil	Enel Finance International N.V.	EURO	FIXO	1,76	04/02/22	04/02/25	04/02/25	411.090	334.698	411.090	334.698
Enel Brasil	Enel Finance International N.V.	EURO WMR	FIXO	2,12	08/04/22	08/04/25	08/04/25	190.595	155.953	190.596	155.951
Total empréstimos e financiamentos moeda estrangeira:								1.534.017	2.497.368	6.450.429	8.038.347

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Credor	Moeda	Indexador	% Taxa de juros (a.a)	Início	Carência	Vencimento	Controladora		Consolidado	
								31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Enel Brasil	ENEL CIEN	BRL	CDI	1,40	05/09/23	30/06/24	05/09/25	296.040	263.304	-	-
Enel Brasil	ENEL CIEN	BRL	CDI	1,40	05/10/23	05/04/24	05/09/25	105.668	104.144	-	-
Enel Brasil	ENEL CIEN	BRL	CDI	0,85	16/10/23	17/04/24	16/09/25	173.944	155.557	-	-
Enel Brasil	ENEL CIEN	BRL	CDI	0,85	25/10/23	26/04/24	25/09/25	135.288	134.339	-	-
Enel CE	BNP Paribas S.A	BRL	IPCA	2,18	11/10/18	15/05/20	15/04/28	-	-	84.155	109.349
Enel CE	BNP Paribas S.A	BRL	IPCA	2,18	11/10/18	15/05/20	15/04/28	-	-	75.784	98.473
Enel CE	FINEP	BRL	TJLP	1,00	17/04/20	15/01/23	15/01/30	-	-	232	275
Enel SP	FINEP	BRL	TJLP	1,00	14/08/14	15/04/17	15/04/24	-	-	-	4.972
Enel SP	BNP Paribas S.A	BRL	FIXO	8,41	30/06/21	28/06/24	28/06/24	-	-	-	287.581
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/01/19	15/12/34	-	-	9.526	10.395
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/01/19	15/12/34	-	-	49.932	54.485
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/09/19	15/10/19	15/12/34	-	-	981	1.070
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,18	29/12/16	15/07/17	15/06/37	-	-	75.103	80.452
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,18	29/12/16	15/07/17	15/06/37	-	-	17.943	19.219
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,02	28/02/18	15/03/18	15/10/32	-	-	18.152	19.609
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,02	28/02/18	15/03/18	15/10/32	-	-	31.575	34.110
EGP	BNDES	BRL	TJLP	FIXO	18/11/19	15/12/19	15/10/32	-	-	246	267
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	10.744	11.750
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	47.447	51.894
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	3.870	4.233
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	2.355	2.576
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	11.297	12.356
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	921	1.008
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	7.790	8.520
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	35.784	39.138
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	3.896	4.261
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	29/04/19	15/05/19	15/09/34	-	-	2.768	3.027
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	29/04/19	15/05/19	15/09/34	-	-	11.977	13.100
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	8.402	9.190
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	36.378	39.788
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/10/18	15/09/34	-	-	3.889	4.253
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	29/04/19	15/05/19	15/09/34	-	-	2.509	2.744
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	29/04/19	15/05/19	15/09/34	-	-	11.348	12.412
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,02	29/12/16	15/07/17	15/06/37	-	-	46.799	50.128
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,02	29/12/16	15/07/17	15/06/37	-	-	15.346	16.438
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,02	28/02/18	15/03/18	15/10/32	-	-	28.663	30.964
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,02	28/02/18	15/03/18	15/10/32	-	-	15.740	17.003
EGP	BNDES	BRL	TJLP	FIXO	18/11/19	18/12/19	15/10/32	-	-	220	240
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,02	29/12/16	15/07/17	15/06/37	-	-	63.644	68.171
EGP	BNDES	BRL	TJLP	2,02	29/12/16	15/07/17	15/06/37	-	-	17.149	18.368
EGP	BNDES	BRL	TJLP	FIXO	27/04/23	15/05/23	15/06/37	-	-	1.608	1.722
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/01/19	15/12/34	-	-	9.042	9.866
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/01/18	15/01/19	15/12/34	-	-	50.679	55.300
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,70	09/09/19	15/10/19	15/12/34	-	-	909	992
EGP	Banco do Nordeste	BRL	FIXO	10,14	07/12/18	04/03/19	04/08/35	-	-	66.364	68.798
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,52	17/04/20	15/05/20	15/12/35	-	-	119.168	128.932
EGP	BNDES	BRL	IPCA	3,12	12/01/23	15/02/23	15/12/35	-	-	2.119	2.310
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,34	17/04/20	15/05/20	15/12/35	-	-	110.984	120.077
EGP	BNDES	BRL	TJLP	1,86	25/10/19	15/11/19	15/02/35	-	-	190.535	207.557
EGP	BNDES	BRL	IPCA	4,79	06/10/23	15/11/23	15/02/35	-	-	2.704	2.365
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	1,45	30/11/20	15/01/21	15/12/39	-	-	55.600	59.095
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	1,45	30/11/20	15/01/21	15/12/39	-	-	60.550	64.757
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	1,45	05/11/20	15/01/21	15/12/39	-	-	56.293	59.736
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	1,45	30/11/20	15/01/21	15/12/39	-	-	61.599	65.348
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	1,45	05/11/20	15/01/21	15/12/39	-	-	61.091	65.069
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	1,45	30/11/20	15/01/21	15/12/39	-	-	55.439	58.859
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	1,45	30/11/20	15/01/21	15/12/39	-	-	51.196	54.490
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	1,45	14/01/21	15/01/21	15/12/39	-	-	59.687	63.159
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,14	31/08/21	15/09/21	15/02/44	-	-	60.495	61.587
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,14	31/08/21	15/03/22	15/02/44	-	-	46.846	47.575
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,14	31/08/21	15/03/22	15/02/44	-	-	46.826	47.538
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,14	31/08/21	15/03/22	15/02/44	-	-	46.715	47.425
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,14	31/08/21	15/03/22	15/02/44	-	-	46.225	46.971
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,94	23/02/22	15/08/22	15/07/41	-	-	52.643	56.399
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,94	24/02/22	15/08/22	15/07/41	-	-	53.539	57.528
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,94	23/02/22	15/08/22	15/07/41	-	-	53.395	57.357
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,94	22/02/22	15/08/22	15/07/41	-	-	53.416	57.379
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	2,94	24/02/22	15/08/22	15/07/41	-	-	54.271	58.143
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	4,31	12/04/23	15/11/24	15/10/46	-	-	166.649	133.508
EGP	Banco do Nordeste	BRL	IPCA	4,31	12/04/23	15/11/24	15/10/46	-	-	166.664	133.509
Enel RJ	Enel Finance International N.V.	BRL	CDI	1,41	21/12/20	22/01/24	22/01/24	-	-	-	752.141
Enel CE	Enel Finance International N.V.	BRL	CDI	1,00	02/03/21	02/03/25	02/03/25	-	-	522.242	523.574
Luz de Jabotão	Selt Engenharia Ltda	BRL	CDI	2,65	11/12/24	11/12/25	11/12/25	-	-	5.957	-
Luz de Canuaru	Selt Engenharia Ltda	BRL	CDI	2,65	11/12/24	11/12/25	11/12/25	-	-	4.895	-
Luz de Alagoinhas	Selt Engenharia Ltda	BRL	CDI	2,65	21/11/24	21/11/25	21/11/25	-	-	910	-
Total empréstimos e financiamentos moeda nacional:								710.940	657.344	3.149.820	4.310.885

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Credor	Moeda	Indexador	% Taxa de juros (a.a)	Inicio	Carência	Vencimento	Consolidado		Consolidado	
								31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Volta Grande	Debentures	BRL	IPCA	6,00	26/12/17	15/12/23	15/12/24	-	-	-	103.411
Volta Grande	Debentures	BRL	IPCA	6,20	15/06/18	15/06/24	15/06/25	-	-	192.254	366.326
Enel SP	Debentures	BRL	IPCA	4,50	15/03/19	15/03/24	15/03/24	-	-	-	407.584
Enel SP	Debentures	BRL	IPCA	6,21	30/05/22	15/05/30	17/05/32	-	-	653.182	722.291
Enel SP	Debentures	BRL	CDI	1,48	11/01/23	10/01/26	10/01/26	-	-	1.004.961	1.012.349
Enel SP	Debentures	BRL	CDI	1,65	19/05/23	15/05/24	15/05/24	-	-	-	507.771
Enel SP	Debentures	BRL	CDI	0,80	30/06/23	28/06/24	28/10/24	-	-	-	650.327
Enel CE	Debentures	BRL	IPCA	3,70	05/11/19	15/10/20	15/10/29	-	-	353.728	404.441
Enel CE	Debentures	BRL	IPCA	3,70	05/11/19	15/10/20	15/10/29	-	-	191.518	218.975
Enel CE	Debentures	BRL	CDI	0,80	28/06/19	15/05/24	15/05/25	-	-	354.760	710.169
Enel CE	Debentures	BRL	IPCA	4,01	28/06/19	15/05/26	15/05/26	-	-	1.025.659	1.062.002
Enel CE	Debentures	BRL	IPCA	4,26	30/04/21	15/04/29	15/04/31	-	-	811.838	873.758
Enel CE	Debentures	BRL	CDI	1,64	04/10/21	04/10/27	04/10/32	-	-	591.656	592.696
Enel CE	Debentures	BRL	IPCA	6,14	12/05/22	15/04/30	15/04/32	-	-	876.399	968.435
EGP	Debentures	BRL	IPCA	7,62	28/12/17	15/06/18	15/06/29	-	-	9.824	9.668
EGP	Debentures	BRL	IPCA	7,62	28/12/17	15/06/18	15/12/28	-	-	8.733	8.890
Debentures								-	-	6.074.512	8.619.093

Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Controladora									
	Empréstimos e financiamentos		Empréstimos com partes relacionadas		Debêntures		(-) Custo de		Total	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	1.143.174	1.315.600	2.011.538	2.700.723	-	-	(39.214)	(43.271)	3.115.498	3.973.052
Captações	-	-	-	637.203	-	-	-	-	-	637.203
Amortizações	(467.048)	(79.968)	(980.494)	(1.240.298)	-	-	-	-	(1.447.542)	(1.320.266)
Provisão de juros	73.752	73.949	99.788	84.717	-	-	-	-	173.540	158.666
Pagamento de juros	(77.620)	(63.803)	(50.543)	(112.677)	-	-	-	-	(128.163)	(176.480)
Variação cambial - principal	253.882	(102.604)	220.629	(65.143)	-	-	-	-	474.511	(167.747)
Variação cambial - encargos	6.192	-	2.092	-	-	-	-	-	8.284	-
Variação monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	9.615	7.013	-	-	4.058	4.057	13.673	11.070
Saldo final	932.332	1.143.174	1.312.625	2.011.538	-	-	(35.156)	(39.214)	2.209.801	3.115.498

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Consolidado									
	Empréstimos e financiamentos		Empréstimos com partes relacionadas		Debêntures		(-) Custo de		Total	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Saldos iniciais	8.673.267	9.626.720	3.675.965	6.952.643	8.619.093	7.422.302	(190.683)	(210.232)	20.777.642	23.791.433
Captações	523.911	604.323	608.670	770.286	-	2.100.000	-	-	1.132.581	3.474.609
Amortizações	(2.395.468)	(1.232.924)	(3.265.155)	(3.739.107)	(2.304.077)	(1.424.466)	-	-	(7.964.700)	(6.396.497)
Provisão de juros	389.679	397.408	128.830	384.742	540.296	731.600	-	-	1.058.805	1.513.750
Pagamento de juros	(386.057)	(377.052)	(138.669)	(453.069)	(575.755)	(751.082)	-	-	(1.100.481)	(1.581.203)
Variação cambial - principal	1.356.935	(412.284)	415.772	(239.530)	-	317.180	-	-	1.772.707	(334.634)
Variação cambial - encargos	14.884	-	4.638	-	-	-	-	-	19.522	-
Variação monetária	76.181	67.076	-	-	221.832	223.559	-	-	298.013	290.635
Outros	(102.253)	-	19.119	-	(426.877)	-	-	-	(510.011)	-
Apropriação de custo de transação	-	-	-	-	-	-	32.905	19.549	32.905	19.549
Saldos finais	8.151.079	8.673.267	1.449.170	3.675.965	6.074.512	8.619.093	(157.778)	(190.683)	15.516.983	20.777.642

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas restritivas

Determinadas controladas, estão sujeitas ao cumprimento de obrigações de desempenho contratuais que são calculadas trimestralmente ou anualmente, e estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, os quais foram atingidos em:

31 de dezembro de 2024

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de Apuração dos Índices	Entidade
Empréstimos e financiamentos:				
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual	Enel Distribuição Ceará
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Ceará
Scotiabank e Citibank 4131	Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
Scotiabank	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Cabeça de Boi
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Salto Apiaçás
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Fazenda
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Delfina A
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu I
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu II
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Damascena
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Maniçoba
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Solar
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar
Debêntures:				
6ª emissão de debêntures (2ª série)	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
8ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
9ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
24ª emissão de debêntures (1ª e 2ª séries)	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
25ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
26ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
27ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
1ª emissão de debêntures (1ª e 2ª séries)	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	4,00	Trimestral	Enel Green Power Volta Grande
1ª emissão de debêntures	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Damascena
1ª emissão de debêntures	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Maniçoba

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2023

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de Apuração dos Índices	Entidade
Empréstimos e financiamentos:				
BNDES	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Anual	Enel Distribuição Ceará
BNDES	Dívida financeira líquida (i) / (PL + Endividamento bancário líquido) (iii) (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Ceará
BNDES	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Anual	Enel Distribuição Rio
BNDES	Dívida financeira líquida (i) / (PL + Endividamento bancário líquido) (iii) (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Rio
Scotiabank, BNP, Sumitomo e Citibank 4131	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
BNP, Scotiabank e MUFG	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Cabeça de Boi
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Salto Apiacás
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Fazenda
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Delfina A
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu I
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu II
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Damascena
BNDES	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Maniçoba
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Solar
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar
Proparco	Dívida Financeira (v) / Patrimônio Líquido (máximo)	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar
Debêntures:				
5ª emissão de debêntures (2ª série)	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
6ª emissão de debêntures (2ª série)	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
7ª emissão de debêntures (2ª série)	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
8ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
9ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
10ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
11ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
24ª emissão de debêntures (1ª e 2ª séries)	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
25ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
26ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
27ª emissão de debêntures	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
1ª emissão de debêntures (1ª e 2ª séries)	Dívida financeira líquida (i) / LAJIDA ajustado (iv) (máximo) (ii)	4,00	Trimestral	Enel Green Power Volta Grande
1ª emissão de debêntures	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Damascena
1ª emissão de debêntures	Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii) (mínimo)	1,20	Anual	Enel Green Power Maniçoba

- (i) Dívida financeira líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa.
- (ii) LAJIDA (máximo) para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses).
- (iii) Endividamento bancário líquido é o Endividamento bancário total, reduzido pelo valor de caixa e equivalentes de caixa.
- (iv) LAJIDA (ajustado) significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Lucro antes do resultado financeiro; (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com uma entidade de previdência privada classificada na conta "Custo Operacional"; ajustes de ativos e despesas regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para contingências; (vi) provisão para devedores duvidosos; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.
- (v) Dívida Financeira para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a: (a) qualquer Endividamento Financeiro decorrente de qualquer Documento Financeiro; (b) Endividamento Financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do Mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos; (c) Endividamento Financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria); (d) qualquer Endividamento Financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

- (vi) Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e CSLL apurados no exercício, líquidos de diferimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (vii) Serviço da dívida refere-se ao somatório da (a) amortização do principal e pagamento de juros realizados referentes ao subcrédito social A durante o exercício social; (b) amortização de principal e juros do crédito junto aos debenturistas.

Para as controladas Enel Green Power Cabeça de Boi, Enel Green Power fazenda e Enel Green Power Salto Apicás o contrato de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES exige manter, durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) no ano de referência de no mínimo 1,20. Em 2024, o BNDES dispensou as respectivas controladas da obrigação de apurar e informar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida do referido ano. Em 31 de dezembro de 2023, o ICSD atendeu as condições do índice mínimo requerido.

19. Outras obrigações

A composição do saldo de outras obrigações nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

NE	Ref	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	(a)	-	-	708.661	600.309
Partes relacionadas	28 (b)	608.538	1.266.059	574.063	1.073.488
Passivo de contrato	(c)	-	-	449.415	-
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		-	-	371.003	376.579
Recebimento em duplicidade de clientes		-	-	297.572	268.177
Bônus Itaipu		-	-	235.718	9.839
Geração distribuída		-	-	171.578	-
Caução fornecedores		-	-	123.806	132.100
Uso de bem público a pagar - UBP		-	-	54.620	54.240
Ajuste de faturas - consumidores		-	-	3.602	3.543
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica		-	-	1.030	1.004
Outros		3.579	3.414	107.483	105.514
Total		612.117	1.269.473	3.098.551	2.624.793
Circulante		55.562	40.421	2.383.109	1.193.702
Não Circulante		556.555	1.229.052	715.442	1.431.091

(a) Compromissos assumidos para permitir o uso conjunto de redes, instalações ou equipamentos por terceiros, visando otimizar recursos e ampliar a eficiência operacional.

(b) O saldo remanescente, não eliminado, se refere a outros termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na nota explicativa nº 28 de Partes Relacionadas, os saldos em questão basicamente se referem a *fees*, como *management fee* e *commitment fee*, pagos a empresas do grupo Enel não consolidadas no Grupo Enel Brasil.

(c) Em 23 de dezembro de 2024, controlada Enel Trading S.A. fechou contratos com Banco BTG (comercializadora de energia) e Banco Santander, com o objetivo de equalizar o seu portfólio de energia, minimizar exposições a diferenças de preços por submercados e comercializar lastro de energia incentivada e convencional.

Essas operações refletem a atualização das expectativas para o balanço de energia de 2025/2026, e executadas após aprovação interna da estratégia, com contraparte de baixo risco de crédito, a qual apresentou necessidades de comercialização de energia aderentes às necessidades da Companhia. A liquidação financeira antecipada de algumas transações atendeu a necessidades de reforço de liquidez da Companhia, para fazer face a obrigações potenciais a serem cobertas em definitivo, após aprovação de plano financeiro em janeiro de 2025, e preservação do nível de caixa operacional.

As operações realizadas foram:

- Swap de Submercado (SE/NE) 2025: volume 150MWm, de 01/01 a 30/06/25, Enel vende a energia no NE e compra a energia no SE
- Swap de Submercado (SE/NE) 2026: volume 100MWm, de 01/01 a 30/06/26, Enel vende a energia no NE e compra a energia no SE
- Swap de período (abr/25 vs Jun/25: volume 50MWm, Enel vende a energia Jun/25 e compra a energia Abr/25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Compra de energia 2026: volume 100MWm, 01/01 a 30/06/26
- e) Compra de lastro de energia convencional: volume 30MWm, 01/01 a 31/03/25
- f) Venda de lastro de energia incentivada (I5): volume 100MWm, 01/01 a 31/12/25
- g) Venda de lastro de energia incentivada (I5): volume 100MWm, 01/12 a 31/12/24

Diante do exposto, em 31 de dezembro de 2024, o valor de R\$ 449.415, refere-se ao adiantamento da contraprestação recebida do BTG e Santander (passivos de contrato), correspondente ao pagamento integral de energia contratada pelo prazo de 2 anos, a contar da data da assinatura do contrato de fornecimento de energia, de 23 de dezembro de 2024.

Não foi reconhecida qualquer receita operacional, uma vez que não houve fornecimento de energia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A receita de fornecimento de energia será reconhecida quando as obrigações de performance forem atendidas, ao longo do tempo, tomando por base o preço pactuado em contrato.

20. Imposto de renda, contribuição social a pagar e outras obrigações fiscais

A composição do saldo de Imposto de renda e contribuição social a pagar é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social Circulante	-	-	95.125	96.805
	-	-	95.125	96.805

A composição do saldo de Outras obrigações Fiscais a pagar é demonstrada a seguir:

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Outras Obrigações Fiscais					
Impostos sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS)	20.1	1.566	1.332	648.490	729.299
PIS/COFINS/IRRF/CSLL (Retidos na Fonte)	20.2	203.841	278.738	203.059	280.128
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)		5.220	8.661	207.555	215.798
ICMS Diferido	20.3	-	-	74.813	57.163
Imposto sobre Serviços - ISS		1.303	1.289	35.824	40.359
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS		144	184	32.255	31.054
Outros Tributos		-	3.287	52.507	38.157
Total		212.074	293.491	1.254.503	1.391.958
Circulante		212.074	293.491	1.158.263	1.328.419
Não Circulante		-	-	96.240	63.539

20.1. Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS): O ICMS é apurado conforme legislação de cada Estado onde se pratica transações de mercadorias. Na apuração são considerados todos os créditos devidos e o valor líquido é recolhido nos seus respectivos vencimentos.

20.2. Tributos sobre importação de serviços: Correspondem ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), à Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), ao Imposto sobre Serviços (ISS), ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

20.3 ICMS Diferido: Conforme o Convênio ICMS 109/2014 que autoriza o Estado do Piauí a conceder diferimento do ICMS incidente nas operações de aquisição interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, e de importação de máquinas, equipamentos e materiais sem similar nacional, destinados à captação, geração e transmissão de energia solar ou eólica, incorporadas ao ativo imobilizado de estabelecimentos geradores de energia solar ou eólica. O diferimento valerá até 31/12/2032 conforme cláusula décima do Convênio 190/17.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Controladas Enel Distribuição São Paulo, Enel Distribuição Rio de Janeiro e Enel Distribuição Ceará

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

As empresas controladas possuem processos acerca do tema, conforme abaixo:

Enel Distribuição São Paulo

A controlada Enel São Paulo possuía dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a controlada foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a controlada em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a controlada a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a controlada ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a controlada apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Em outubro de 2023 foi proferida decisão monocrática que julgou procedente a ação, ao argumento de que a controlada teria impetrado o mandado de segurança após o marco da modulação temporal dos efeitos definido pelo STF, relativamente ao período anterior a 15 de março de 2017.

Em face da referida decisão foram opostos embargos de declaração em virtude das omissões contidas na decisão recorrida, especialmente no que se refere ao fato de que a controlada já possuía coisa julgada anterior em seu favor formada no primeiro processo. Em abril de 2024 foi proferida decisão que determinou o sobrestamento do processo até o julgamento do Tema nº 1.245 pelo Supremo Tribunal Federal. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a controlada constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 12 de dezembro de 2023, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo nº 11/2014 da COSIT/RFB, a controlada impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no primeiro processo sem limitação de tempo. Em junho de 2024 foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida medida provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A controlada seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais, e apresentou os cálculos do crédito tributário em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal.

Diante do exposto, a controlada vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, Portaria Normativa MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 31 de dezembro de 2024, o total compensado pela controlada foi de R\$ 5.352.548 (R\$ 4.305.351 até 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Rio de Janeiro

A controlada Enel Rio de Janeiro discute o tema em ação judicial desde 2008 e em setembro de 2021 tomou ciência do trânsito em julgado de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS.

Em conformidade com a decisão de segunda instância judicial e com o julgamento do tema de repercussão geral, a controlada a partir do recolhimento de maio de 2021 passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas bases de cálculo das referidas contribuições.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A controlada seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Diante do exposto, a controlada vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23 e PN MF 14/24). Até 31 de dezembro de 2024 o total compensado pela controlada foi de R\$ 1.181.907 (R\$ 766.243 em 31 de dezembro de 2023).

Enel Distribuição Ceará

A controlada Enel Ceará possuía uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a controlada passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 15 de março de 2024, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a controlada impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no processo sem limitação de tempo. Em maio de 2024, foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação, e a Procuradoria apresentou apelação. Em setembro de 2024 foi dado provimento ao recurso. A controlada opôs embargos de declaração, o qual foi improvido e, em novembro de 2024, a controlada apresentou recurso especial e extraordinário ao STJ - Supremo Tribunal de Justiça e STF – Supremo Tribunal Federal.

Em 29 de dezembro foi publicada MP - Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela PN -Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A controlada seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais e apresentou os cálculos do crédito tributário em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal.

Diante do exposto, a controlada vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar, de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, PN MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 31 de dezembro de 2024, o total compensado pela controlada foi de R\$ 1.514.144 (R\$ 1.225.760 em 31 de dezembro de 2023). A expectativa é de que ocorra a utilização total do crédito em 2025.

Créditos de PIS e COFINS e Devolução aos Consumidores

Amparadas nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa as empresas do Grupo, mencionadas anteriormente, constituíram ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração das controladas sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota, através de suas controladas, a taxa Selic como índice de atualização dos valores provisionados para os consumidores, em conformidade com a metodologia estabelecida para a correção dos créditos gerados.

Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei 14.385/2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e embora ainda não regulamentada a forma definitiva de devolução pela ANEEL, os processos tarifários de 2022, 2023 e 2024 já contemplaram a devolução parcial de tais valores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a composição dos ativos e passivos:

	Consolidado							
	Enel SP		Enel CE		Enel RJ		TOTAL	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar								
Ativo circulante	292.374	1.428.385	127.967	396.206	534.834	419.761	955.175	2.244.352
Ativo não circulante	2.436.364	2.137.829	-	-	2.148.696	2.507.177	4.585.060	4.645.006
Total Ativo	2.728.738	3.566.214	127.967	396.206	2.683.530	2.926.938	5.540.235	6.889.358
PIS/COFINS - consumidores a restituir								
Passivo circulante	805.454	997.292	245.326	350.209	392.860	380.399	1.443.640	1.727.900
Passivo não circulante	2.111.591	2.983.143	117.494	60.759	2.258.843	2.634.288	4.487.928	5.678.190
Total Passivo	2.917.045	3.980.435	362.820	410.968	2.651.703	3.014.687	5.931.568	7.406.090

O valor do passivo a restituir aos consumidores está líquido dos custos incorridos e a incorrer relativos à referida ação e será objeto de compensação com os valores a restituir aos consumidores.

Os impactos no resultado são demonstrados como a seguir:

Resultado	Enel SP		Enel CE		Enel RJ		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira								
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	209.721	339.827	20.146	51.529	172.257	233.008	402.124	624.364
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(209.721)	(339.827)	(20.146)	(51.529)	(172.257)	(233.008)	(402.124)	(624.364)
Impacto líquido	-							

A movimentação do ativo e passivo são demonstrados a seguir:

	Enel SP		Enel CE		Enel RJ		Total	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.987.511	5.597.474	783.680	808.397	3.164.281	3.239.539	8.935.472	9.645.410
Reclassificação	-	-	52.888	6.907	-	-	52.888	6.907
Atualizações	339.827	339.827	51.529	50.498	233.008	233.008	624.364	623.333
Compensações	(1.761.124)	-	(491.891)	-	(470.351)	-	(2.723.366)	-
Devoluções a consumidores	-	(1.956.866)	-	(454.834)	-	(457.860)	-	(2.869.560)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.566.214	3.980.435	396.206	410.968	2.926.938	3.014.687	6.889.358	7.406.090
Atualizações	209.721	209.721	20.146	19.744	172.257	172.257	402.124	401.722
Compensações	(1.047.197)	-	(291.338)	-	(423.614)	-	(1.762.149)	-
Devoluções a consumidores	-	(1.273.111)	-	(67.892)	-	(535.241)	-	(1.876.244)
Outros - ajuste de créditos	-	-	2.953	-	7.949	-	10.902	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	2.728.738	2.917.045	127.967	362.820	2.683.530	2.651.703	5.540.235	5.931.568

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais

A Companhia e suas controladas, são parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia e suas controladas, confirmam que não há impacto nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

22.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

A Companhia e suas controladas, estão envolvidas em processos cuja probabilidade de perda está avaliada como provável, sendo dessa forma constituída provisão. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia e suas controladas.

A controladora apresenta a seguinte composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas e cíveis:

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2023	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31.12.2024
Trabalhistas	6.534	2.331	1.299	(2.074)	8.090
Cíveis	517	(429)	64	(75)	77
	7.051	1.902	1.363	(2.149)	8.167
Não Circulante	7.051				8.167

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				
	Saldo em 31.12.2022	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31.12.2023
Trabalhistas	2.515	1.950	2.242	(173)	6.534
Cíveis	921	(327)	-	(77)	517
Outros	889	(889)	-	-	-
	4.325	734	2.242	(250)	7.051
Não Circulante	4.325				7.051

Os saldos consolidados com a composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias, ambientais e outras:

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2023	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31.12.2024
Trabalhistas	892.899	49.596	72.373	(137.328)	877.540
Cíveis	1.116.741	352.358	176.756	(378.525)	1.267.330
Fiscais	686.132	(99.571)	(64.703)	(98.527)	423.331
Regulatório	465.361	11.873	21.513	(87.199)	411.548
Ambientais	13.946	2.131	1.154	(2.112)	15.119
Outros	1.843	(3.117)	246	(1.482)	(2.510)
Total	3.176.922	313.270	207.339	(705.173)	2.992.358
Circulante	188.402				169.853
Não circulante	2.988.520				2.822.505

	Consolidado				
	Saldo em 31.12.2022	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31.12.2023
Trabalhistas	951.738	(32.719)	72.810	(98.930)	892.899
Cíveis	1.106.337	209.472	104.432	(303.500)	1.116.741
Fiscais	810.198	(147.884)	24.687	(869)	686.132
Regulatório	368.133	88.742	28.961	(20.475)	465.361
Ambientais	12.736	1.067	1.208	(1.065)	13.946
Outros	(60.528)	73.052	275	(10.956)	1.843
Total	3.188.614	191.730	232.373	(435.795)	3.176.922
Circulante	187.866				188.402
Não circulante	3.000.748				2.988.520

22.2 Contingências com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de aproximadamente R\$ 19.775.219 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 18.198.957 em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingências possíveis	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	87.828	68.581	1.210.259	1.186.434
Cíveis	1.097	697	7.691.215	7.137.864
Fiscais	881.467	650.146	8.199.969	7.618.246
Regulatório	-	-	2.198.070	1.877.839
Juizados especiais	-	-	475.706	378.574
Total	970.392	719.424	19.775.219	18.198.957

22.2.1 Contingências com risco possível - Trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros relacionados com o recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e contribuição previdenciária - SAT.

22.2.2 Contingências com risco possível - Cíveis

A seguir as principais causas das controladas:

Enel Distribuição Ceará

IPEDC – Exclusão das perdas não-técnicas do cálculo da tarifa: O Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica, Ensino e de Defesa dos Consumidores (IPEDC) questiona a inclusão dos custos com furto de energia refletidos pelas distribuidoras na tarifa, pois esse prejuízo seria um risco comercial. Para tanto, alega que os consumidores não poderiam pagar pelo furto de energia de outras pessoas e que a distribuidora deveria tomar as medidas necessárias para reduzi-lo. Os pedidos do processo já haviam sido julgados improcedentes em março de 2020. Após interposição de recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal, em novembro de 2020 a sentença foi anulada e o processo retornou à primeira instância para o complemento da instrução processual (perícia). Perito foi designado pelo juízo em novembro de 2022 e os trabalhos periciais foram concluídos em abril de 2023, cujo laudo pericial demonstrou a validade e solidez do procedimento tarifário da ANEEL. Em novembro de 2023 foi proferida sentença acatando parcialmente os pedidos iniciais para que seja impedida a inserção de perdas não- técnicas na tarifa, porém somente a partir do trânsito em julgado da decisão. Em janeiro de 2024 a Companhia interpôs recurso de apelação contra a sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, nos termos em que disposta (sem determinação de devolução de valores), o montante correspondente às perdas não-técnicas deverá ser excluído da tarifa nas futuras revisões tarifárias posteriores ao trânsito em julgado. Considerando o atual estágio do processo e o conteúdo da decisão, não é passível de se quantificar, no momento, os montantes relacionados ao caso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 esse processo estava avaliado no montante atualizado de R\$ 1.223.540, e diante do exposto, devido a movimentação processual o montante passou a ser inestimável, justificando parte da redução do saldo do total de causa cíveis. A possibilidade de perda da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.

Enel CIEN S.A

A empresa Engie ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela Controlada Enel CIEN do contrato de compra e venda de 330MW de potência firme e energia associada proveniente da Argentina, firmado em 20 de outubro de 1999. Dessa forma, a Engie requereu a condenação da Controlada Enel CIEN ao pagamento de multa rescisória além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potência firme e energia associada. O processo foi retomado e iniciada a fase de instrução com a realização de perícia que ainda não se concluiu.

A probabilidade de perda do caso está baseada no fato de Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005 e os seus consequentes eventos. A Companhia entende que neste caso pode ser aplicado a força maior impedindo do cumprimento do contrato existente à época. A multa rescisória corresponde a R\$ 783.442 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 658.316 em 31 de dezembro de 2023), podendo ainda outros valores serem adicionados, referentes a outras penalidades contratuais.

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Ações indenizatórias - Evento climático – Em decorrência dos eventos climáticos do dia 03 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 31 de dezembro de 2024, 528 ações individuais e 7 ações coletivas propostas por representantes Municipais, Sindicais, Partido Político, Ministério Público e Defensoria Pública, nas quais são pleiteadas liminares para providências de atendimento da Distribuidora e fornecimento de informações e/ou documentos e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, o valor total pedido nas 528 ações individuais, R\$ 16.159. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores das causas pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

Em decorrência do evento climático de 11 de outubro de 2024 a Companhia foi citada em 632 ações individuais e 6 ações coletivas em 31 de dezembro de 2024, nas quais os autores são promotores de justiça, representantes do município, associações, partidos políticos, o Governo Federal, o Estado de São Paulo e um cidadão, sendo pleiteadas liminares para medidas relacionadas à qualidade do serviço de fornecimento de energia prestado pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A (Companhia), determinando a disponibilização de informações e/ou documentos, e solicitando intervenção no Contrato de Concessão. Quanto ao mérito, os autores solicitaram que as liminares fossem mantidas, que fosse determinada a condenação da Companhia ao pagamento de valores por danos morais e materiais individuais e coletivos, a serem apurados no momento processual adequado, que fosse declarada a caducidade do contrato de concessão e/ou aplicadas penalidades à Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A. Assim, em 31 de dezembro de 2024, o total pedido nas 632 ações individuais, R\$ 10.111.

Quanto às ações coletivas, para ambos os eventos, ainda não é possível estimar os valores das causas pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

Enel Distribuição Rio

Ações indenizatórias - Evento climático – Em decorrência do evento climático do dia 18 de novembro de 2023, encontram-se ativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, 3.481 ações individuais e 19 ações coletivas ajuizadas por representantes Municipais e Ministério Público e Associação, nas quais são pleiteadas medidas liminares para providências de atendimento da distribuidora e fornecimento de informações e, ao final, a manutenção das medidas de atendimento bem como a condenação ao pagamento de valores a título de danos morais e materiais individuais e coletivos a serem apurados em momento processual oportuno, ou seja, quando ocorrerem decisões e/ou perícias. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para as ações individuais citadas, temos o valor total pedido R\$ 77.483. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores das causas, pois estão sujeitas a perícias e decisões para liquidação do valor.

22.2.3 Contingências com risco possível – Fiscais

A controladora apresenta a seguinte composição dos processos administrativos e judiciais:

No âmbito federal, a controladora discute substancialmente: (i) execução fiscal para cobrança de IRRF por suposta remessa ao exterior sem a devida retenção do Imposto de Renda; (ii) Compensação não homologada de saldo negativo do ano calendário de 2019 com a justificativa de que as receitas correspondentes às retenções não foram oferecidas à tributação; (iii) Autos de Infração lavrados para exigir a cobrança de IRPJ e CSLL sobre o lucro auferido no exterior pelas controladas argentinas CTM e TESA no ano-calendário de 2020; (iv) Auto de Infração para cobrança de IRPJ e CSLL referente aos anos de 2016, 2017 e 2018 em razão da indedutibilidade das despesas financeiras sobre os mútuos da Enel Brasil; (v) Autos de infração para cobrança IRPJ e CSLL sobre a dedutibilidade tomada pela Companhia sobre as despesas de amortização de ágio decorrente de incorporações; (vi) multas por supostas irregularidades no preenchimento de suas obrigações acessórias; e, por fim, (vii) a companhia segue responsável financeiramente pelas discussões de sua antiga controlada (Central Geradora Termelétrica Fortaleza – CGTF) que envolvem compensações não homologadas e por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. Os montantes envolvidos, em todos os casos, totalizam R\$ 881.384 em 31 de dezembro de 2024.

Destacamos a seguir as principais causas das controladas:

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Ceará

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (ii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iii) cancelamento de faturas; (iv) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (v) valor do imposto em determinadas operações; (vi) energia adquirida para consumo próprio; (vii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais, (viii) ICMS sobre Fundo Estadual de Combate à Pobreza de clientes isentos e ICMS de alguns clientes de geração distribuída. Os montantes envolvidos, em todos os casos, incluídos os novos, totalizam R\$ 1.250.392 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.050.665 em 31 de dezembro de 2023).

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 56.376 e R\$ 5.842 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 62.131 e R\$ 5.508 em 31 de dezembro de 2023).

Há ainda autos de infração lavrados pelos municípios de Sobral, Ipueiras, Parambu, Caucaia, Cascavel, Várzea Alegre e outros que discutem valores de contribuição de iluminação pública - CIP. O valor total atualizado desses autos, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 114.076 (R\$ 105.908 em 31 de dezembro de 2023).

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e PASEP. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 57.006 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 55.199 em 31 de dezembro de 2023).

Enel Distribuição Rio

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN): Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Em março de 2024, após o pedido da Companhia para exclusão da multa e dos correspondentes juros e encargos, conforme previsto pela Lei 14.689/2023, a Fazenda reduziu o valor em 56%. A Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. Em 31 de dezembro de 2024 o valor envolvido é de R\$ 660.279.

Temas estaduais: No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 573.742 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 498.404 em 31 de dezembro de 2023), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos e (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia; (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN") e; (viii) ICMS referente a clientes baixa renda, receitas não tributáveis e aplicação de multa por não escrituração de notas fiscais.

Em novembro de 2024 a Companhia recebeu novo auto de infração relativo ao item (vii) acima no valor de R\$ 59.531 (valor já incluso no total supracitado).

Temas municipais: No âmbito municipal, a Companhia discute com os municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo e Empachamento que juntos somam o valor de R\$ 19.272, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.952 em 31 de dezembro de 2023). Quanto ao ISS há execução fiscal apresentada pelos municípios de Niterói, no montante de R\$ 3.655, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.465 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia discute com os municípios de Rio Bonito e Itaboraí cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 80.869 (R\$ 73.971 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2024 de R\$ 41.678 (R\$ 64.081 em 31 de dezembro de 2023).

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a controlada em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 um dos processos judiciais se encerrou de forma favorável, cancelando o débito no montante de R\$ 300.

PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a controlada foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014, foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à Companhia. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia, bem como se reconheceu que a Companhia era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a Companhia teria direito. Em face aos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019, a Companhia apresentou recurso. Em março de 2024 foi proferida decisão negando provimento ao recurso. A Companhia apresentou embargos de declaração, os quais foram improvidos. A Companhia apresentou recurso à última instância administrativa.

Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia. No primeiro semestre de 2024, um dos processos administrativos se encerrou de forma parcialmente favorável, reduzindo o débito de R\$ 35.000 para R\$ 30.800. A Companhia seguirá discutindo o remanescente no Judiciário via embargos à execução fiscal. No segundo semestre, dois processos administrativos se encerraram de forma desfavorável e a Companhia seguirá discutindo no judiciário. O valor envolvido nesses dois casos é de R\$ 15.740.

Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes: Trata-se de processos administrativos oriundos da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso "PIS Compensações – Créditos remanescentes"). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e apresentou sua defesa, a qual foi julgada parcialmente procedente. Interposto Recurso voluntário. Em novembro de 2023 a Companhia peticionou em todos os processos requerendo a baixa dos mesmos em razão da tese fixada pelo STF no tema 736 de repercussão geral e do PARECER SEI Nº 2674/2023/MF da Procuradoria da Fazenda Nacional que determina a desistência de todos os processos sobre o assunto. No primeiro semestre de 2024 mais um processo se encerrou de forma favorável no valor de R\$ 800. No segundo semestre de 2024 dois processos se encerraram de forma favorável no valor de R\$ 86.100

Autos de Infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos: Trata-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a controlada, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços e autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos. Em junho de 2023 um dos autos de infração, no valor de R\$ 23.041, foi encerrado parcialmente favorável à Companhia, tendo sido apresentado recurso em março de 2024 quanto ao valor remanescente. Em março de 2024, em um dos autos de infração foi dado parcial provimento ao recurso voluntário da Companhia para cancelar parte da autuação. Em outros dois autos foram negados provimento ao recurso voluntário da Companhia, a qual irá recorrer.

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Autos de infração de IRPJ/CSLL – Goodwill Projeto Kairós: A Companhia recebeu em 05 de outubro de 2021 autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2017 a 2019, em face da dedutibilidade da despesa da amortização do ágio das bases de cálculo dos mencionados tributos. O aproveitamento fiscal da amortização do ágio iniciou-se após reorganizações societárias realizadas pelas antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, em 2016. A Companhia apresentou defesa em primeira instância administrativa, a qual foi julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário que aguarda julgamento. Em 13 de março de 2024 foi iniciado o julgamento do recurso voluntário, tendo sido proferida decisão no sentido de determinar que o processo retorne à 1ª instância administrativa para um novo julgamento.

22.2.4 Contingências com risco possível - Regulatórias

Enel Distribuição São Paulo

Devolução tarifária - Base blindada: Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuassem a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em 10 de abril de 2024 foi proferida sentença julgando os pedidos improcedentes em primeira instância. Contra a decisão a Companhia apresentou recurso de apelação e em 14 de junho de 2024 apresentou pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação da Companhia para suspender a execução da decisão proferida, tendo sido proferida decisão mantendo os efeitos da decisão definitiva proferida pela 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de agravo de instrumento, até o julgamento do recurso de apelação da Companhia. Em 16 de setembro de 2024, foi proferida decisão determinando a redistribuição do pedido de efeito suspensivo de Apelação interposto pela Companhia, e mantida a vigência da liminar até que seja reapreciada pelo novo relator. A possibilidade de perda da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação.

Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos: O processo administrativo trata de fiscalização da ANEEL para verificar a atuação da Companhia frente ao evento climático ocorrido no dia 3 de novembro de 2023, quanto à diligência e esforços envidados para o reestabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras da área de concessão da Companhia. Em 22 de dezembro de 2023, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 066/2023-SFE ("TN"), acompanhado do Relatório de Fiscalização, indicando 1 não conformidade relacionada à suposta inadequação da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Companhia. Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou manifestação em face do TN, requerendo o cancelamento da não conformidade identificada e correspondente arquivamento dos autos. Entretanto, em 9 de fevereiro de 2024, por entender que a não conformidade havia se confirmado, a área de fiscalização da ANEEL emitiu o Auto de Infração ("AI") nº 02/2024, em que opina pela aplicação de multa à Companhia no valor de R\$ 165.808. Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. Em 9 de abril de 2024 a ANEEL manteve a autuação aplicada. Em razão da penalidade aplicada, em 25 de abril de 2024 a Companhia ajuizou ação anulatória com pedido de liminar, a qual foi deferida em 26 de abril de 2024 para determinar que a ANEEL suspenda a exigibilidade da multa aplicada, abstendo-se de adotar medidas coercitivas com vistas à cobrança do débito. Por conseguinte, se abstenha de inscrever a Companhia no CADIN, bem como possibilite a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, salvo se existir outros débitos exigíveis que não aquele objeto da presente ação judicial, até o julgamento da ação judicial. Contra a decisão que concedeu o pedido liminar a ANEEL interpôs agravo de instrumento, o qual aguardamos julgamento. Em 10 de julho de 2024, a Companhia apresentou sua resposta ao agravo de instrumento da ANEEL e no mesmo dia os autos foram encaminhados ao juiz para decisão. O montante atualizado de R\$ 187.031 foi classificado como risco possível.

Enel Distribuição Rio

Auto de Infração - AI nº 006/2024: Em 15 de abril de 2024, a Companhia recebeu AI sobre a qualidade de fornecimento após evento climático ocorrido em 18 de novembro de 2023. A Companhia apresentou recurso contra penalidade. O recurso foi recebido e analisado pela Superintendência da ANEEL a qual não acatou os argumentos apresentados e manteve a aplicação da multa no montante original de R\$ 54.054 (R\$56.402 atualizado até 31 de dezembro de 2024). Com a decisão da Superintendência, esse processo foi encaminhado para a Diretoria da ANEEL para decisão do colegiado. A Companhia realizou reunião com o Diretor relator deste processo, para reforçar os motivos para reforma da decisão. Frente os argumentos apresentados, e o cunho jurídico destes, a assessoria da Diretoria da ANEEL encaminhou o processo para a Procuradoria Federal requerendo parecer dos pontos abordados pela Companhia. Em 04 de julho de 2024, a Companhia encaminhou memorando a Procuradoria reforçando os pontos da sua tese. Processo aguarda parecer da Procuradoria para, posteriormente, ser elaborado o voto pelo Diretor e ser encaminhado para votação no colegiado da diretoria da ANEEL. Em 31 de agosto de 2024 a Companhia obteve uma resposta da Procuradoria Geral Federal sob o Parecer 00139/2024PF/ANEEL/PGF/AGU, que concluiu pelo conhecimento e provimento parcial do recurso interposto pela Companhia, em face

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do AI nº 006/2024, a decisão da Procuradoria fortalece nossos argumentos em relação à adoção de um enquadramento que resultaria em uma redução da multa. Além disso, é importante destacar que, em nossa interpretação, a condicionante de vantagem auferida difere da premissa adotada pela Diretoria da ANEEL. Em 22 de outubro de 2024, através do Despacho 3.198 a ANEEL negou provimento ao recurso apresentado pela Companhia, mantendo a aplicação da multa. Diante desta decisão, em 11 de novembro de 2024, foi proposta ação anulatória com pedido liminar para suspender a exigibilidade da multa no valor de R\$ 57.248 (valor atualizado em 31 de dezembro de 2024), até que a ação fosse julgada. No dia 14 de novembro de 2024 foi concedida liminar determinando a suspensão da exigibilidade da multa. O processo ainda se encontra em fase inicial.

Ativo Contingente – Processo fiscal

Enel Distribuição São Paulo

IRPJ e CSLL na repetição de indébitos tributários: A controlada discute judicialmente desde 2012 a não incidência de IRPJ e de CSLL sobre juros Selic na repetição de indébitos tributários e na compensação de tributos (Tema 962 do STF). Após decisões do Tribunal de 2ª instância parcialmente favoráveis, a Companhia apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário, requerendo que o acórdão do Tribunal seja declarado nulo por completo ou, subsidiariamente, seja reformado para que seja reconhecido e concedido o direito a recompor seus prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL. Em dezembro de 2024 a melhor estimativa da Companhia de valores em discussão é de aproximadamente 117.809 de saldo negativo e 945.545 de tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL. A Companhia aguarda julgamento do Recurso Especial pelo STJ.

22.3 Depósitos judiciais

O Grupo possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

Deposito Judicial	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	1.527	1.956	229.217	299.853
Cíveis	18.481	5.709	224.066	132.945
Fiscais	-	-	768.096	704.790
Total	20.008	7.665	1.221.379	1.137.588

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital social

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão sendo representadas por 1.378.981.468 e 1.178.531.960, respectivamente, unidades de ações ordinárias sem valor nominal. Um total de 200.449.508 novas ações foram integralizadas pelo controlador Enel Américas por meio de remessa de recursos. Consequentemente a distribuição da participação dos acionistas da Companhia é a seguinte:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Enel Américas S.A	1.374.363.166	99,67%	1.173.913.659	99,61%
Ações em tesouraria	4.618.298	0,33%	4.618.298	0,39%
Outros	2	0,00%	2	0,00%
	1.378.981.466	100,00%	1.178.531.959	100,00%

Os aumentos de capital realizados pelo controlador Enel Américas estão demonstrados no quadro abaixo:

	Aumento em R\$	Qtd de ações	Preço unitário
Março de 2024	1.612.022.500	37.220.561	43,31
Mai de 2024	719.460.000	16.723.849	43,02
Junho de 2024	1.081.100.000	25.473.610	42,44
Julho de 2024	1.085.080.000	24.476.549	44,33
Agosto de 2024	3.239.040.000	74.485.863	43,49
Dezembro de 2024	906.999.999	22.069.075	41,10
	8.643.702.499	200.449.507	
	Aumento em R\$	Qtd de ações	Preço unitário
Dezembro de 2023	5.323.144.053	126.832.119	41,97

23.2 Reserva de lucros

As reservas de lucro da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentadas no quadro seguinte:

	31.12.2024	31.12.2023
Reserva legal	648.848	648.850
Reserva de reforço de capital de giro	5.569.309	3.410.349
Outras reservas de lucros	413.637	324.280
	6.631.794	4.383.479

23.3 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.4 Reserva de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinado a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

23.5 Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Do resultado do exercício, segue a destinação em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	2.938.617	2.545.870
(-) Reserva legal	(146.931)	(127.294)
Lucro líquido ajustado	2.791.686	2.418.576
Dividendo mínimo obrigatório	(697.922)	(604.644)
Dividendo adicional proposto	-	(302.356)
Ganho (perda) atuarial	308.410	(541.085)
Reserva de reforço de capital de giro / absorção de prejuízo do exercício	(2.402.174)	(970.491)

23.6 Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital.

	31.12.2024	31.12.2023
Ágio na emissão de ações	2.504.370	2.504.370
Outras reserva de capital	(33.127)	(33.127)
	2.471.243	2.471.243

23.7 Outros resultados abrangentes

23.7.1 Outros resultados abrangentes - ganhos e perdas atuariais

Em conformidade com o CPC 33 (R1) que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o saldo líquido de ganhos atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no montante de R\$ 308.410 (R\$ 541.085 em 31 de dezembro de 2023) decorrentes das atualizações nas taxas de desconto das obrigações atuariais nos seus investimentos nas controladas Enel Ceará, Enel São Paulo e Enel Rio de Janeiro.

23.7.2 Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

Em conformidade como CPC 02 (R2) que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a perda de R\$ 4.894 (R\$ 7.009 em 31 de dezembro de 2023) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energía S.A. - TESA.

23.7.3 Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa

Em conformidade com o CPC 48 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a perda de R\$ 15.618 (perda de R\$ 66.916 em 31 de dezembro de 2023) na rubrica de outros resultados abrangentes.

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.7.4 Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre Hedge de fluxo de caixa (Derivativos relacionado a investimento em ativo imobilizado "CAPEX")

Os instrumentos financeiros derivativos foram contratos para proteção da variação cambial dos pagamentos das despesas relativas à CAPEX. Estes instrumentos se encerraram ao longo de 2017, porém como não houve ainda o pagamento do CAPEX, o valor está represado em ORA (PL) e será reclassificado para resultado à medida que as despesas com CAPEX acontecerem. O valor se encontra líquido de imposto de renda diferido.

	31.12.2024	31.12.2023
Ajustes de passivos atuariais	-	136.779
Custo atribuído de imobilizado	-	15.838
Ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	1.003	(213.118)
Ajuste de conversão de balanço no exterior	(240.454)	(218.855)
Outros	52.066	61.974
	(187.385)	(217.382)

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

A composição da receita líquida consolidada é como se segue:

Notas	Notas	Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023
Enel Distribuição (DXs)			
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	24.1	21.289.329	21.189.852
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	24.1	5.064.580	3.927.443
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	24.1	(271.817)	(213.417)
Fornecimento faturado	24.2	16.021.997	15.569.926
Fornecimento não faturado	24.2	2.596.134	2.606.180
Receita de construção	24.3	4.813.363	3.813.737
Subvenção de recursos da CDE	24.4	1.834.270	1.388.179
Atualização do ativo financeiro da concessão		1.081.213	1.058.413
Ativo e passivo financeiro setorial	24.5	2.435.734	2.219.427
Outras receitas		1.726.817	1.796.219
Deduções da receita operacional bruta	24.10	(18.861.515)	(17.686.517)
Subtotal Distribuição		37.730.105	35.669.442
Enel Geração (GXs)			
Suprimento de energia elétrica	24.6	1.406.152	1.335.135
Receita anual de geração - RAG	24.7	279.516	267.678
Atualização do bônus da concessão	24.7	86.687	78.557
Amortização do bônus da concessão	24.7	(75.080)	(71.952)
Receitas com partes relacionadas		32.870	13
Mercado de curto prazo		582.758	215.337
Outras receitas		125.565	46.687
Deduções da receita operacional bruta	24.10	(422.520)	(326.277)
Subtotal Geração		2.015.948	1.545.178
Enel Serviços (SXs)			
Receita de serviços	24.8	172.309	151.744
Receita de arrendamento financeiro		46.539	156.233
Receita de construção SX		125.964	66.367
Receitas com partes relacionadas SX		942	3.669
Outras receitas		28.671	44.290
Deduções da receita operacional bruta	24.10	(29.467)	(30.426)
Subtotal Serviços		344.958	391.877
Enel Comercialização (CXs)			
Receita de comercialização de energia	24.9	4.275.537	3.876.224
Mercado de curto prazo		290.447	236.597
Ganho com compra e venda a termo de energia		2.452	3.572
Deduções da receita operacional bruta	24.10	(577.265)	(434.807)
Subtotal Comercialização		3.991.171	3.681.586
Outros			
Disponibilização do sistema de transmissão - RAP		-	91.770
Outras receitas		13.143	6.828
Deduções da receita operacional bruta	24.10	-	(12.094)
Subtotal Outros		13.143	86.504
Receita Líquida		44.095.325	41.374.587

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.1 Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL.

Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

As receitas de Fornecimento de Energia e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) são reconhecidas quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia. As receitas são mensuradas com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente (consumo de energia, demanda contratada e/ou uso do sistema de distribuição). Estas receitas são reconhecidas quando é transferido o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, ou seja, quando a energia é entregue ao cliente consumidor e/ou quando o consumidor utiliza o sistema de distribuição.

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

24.2 Receita de fornecimento de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida quando as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa, melhor comentada na nota explicativa n° 5 – Contas a receber de clientes e outros recebíveis.

O cálculo da receita não faturada, para clientes cativos, referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / n° de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%). Para os clientes livres, o cálculo considera a média de consumo e tarifa dos últimos três meses.

24.3 Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. O grupo Enel contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) as controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.4 Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE.

24.5 Ativo e passivo financeiro setorial

Os Ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

24.6 Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica vendida no mercado de curto prazo – CCEE, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

24.7 Receita anual de geração e atualização do bônus da concessão

Por tratar-se de um contratos de concessão de serviço público, e, portanto, suas contabilizações embasadas no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como "custo amortizado", inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxo de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável.

Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Por tratar-se de contratos de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como "receita operacional".

24.8 Receita de serviços

Receitas auferidas pelas controladas da companhia que compõem o "Grupo Enel X" derivadas da prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, inclusive os direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral, tais como, mas não limitados a: a oferta, intermediação, operacionalização e estipulação de negócios em geral; distribuição, propaganda e promoção de vendas de quaisquer serviços, mercadorias, artigos, bens e produtos de fabricação ou comercialização própria ou de terceiros; realização de estudos, planejamento, organização e execução de obras, construções e instalações de qualquer natureza ou especialidade, inclusive com utilização de técnicas, produtos e bens que propiciem a conservação e/ou o uso eficiente de energia ou de recursos naturais em geral; realização de estudos, planejamento e organização de estabelecimentos domiciliares, comerciais, industriais e demais outros; quaisquer serviços destinados a atender toda e qualquer necessidade de consumidores em geral, públicos ou particulares, da companhia ou de terceiros; processamento, reciclagem, beneficiamento e industrialização de resíduos sólidos; consultoria e assessoria em negócios em geral; a exploração de serviços de correspondente bancário, de informática, computação, telecomunicações, ótica, foto e cinematográfica; a cessão de direitos de uso de programas de computador e/ou de entretenimento, tais como softwares, filmes, obras audiovisuais, jogos para computador, vídeos e discos a laser e similares.

24.9 Receita de comercialização de energia

As receitas de comercialização de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

Enel Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.10 Deduções da receita operacional bruta

A composição das deduções da receita operacional bruta do grupo está demonstrada a seguir:

Notas	Ref.	Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023
Deduções da receita operacional bruta			
ICMS	24.10.1	(8.365.329)	(7.817.041)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	24.10.2	(5.626.419)	(5.623.957)
COFINS - corrente	24.10.3	(3.883.390)	(3.668.773)
PIS - corrente	24.10.4	(941.825)	(834.861)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE		(328.053)	(316.787)
ISS	24.10.5	(19.291)	(18.117)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(66.446)	(65.399)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT		(622.734)	(112.867)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(32.777)	(23.840)
Outros impostos e contribuições sobre a receita		(4.503)	(8.479)
Total das deduções da receita operacional bruta		(19.890.767)	(18.490.121)

24.10.1 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS é aplicado para as classes de consumidores pela alíquota de 18%

24.10.2 CDE – Conta de desenvolvimento energético A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), criada pela Lei 10.438/2002, é um fundo setorial administrado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com o objetivo de custear a universalização do serviço de energia elétrica, o desenvolvimento energético dos estados, a competitividade de fontes de energias renováveis e o carvão mineral nacional.

24.10.3 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços

24.10.4 Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços

24.10.5 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos e despesas	Controladora						Controladora					
	31.12.2024						31.12.2023					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas e despesas operacionais	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas e despesas operacionais	Total
Pessoal e administradores	-	-	(189.904)	-	-	(189.904)	-	-	(213.639)	-	-	(213.639)
Serviços de Terceiros	-	-	(419.542)	-	-	(419.542)	-	-	(474.430)	-	-	(474.430)
Depreciação e amortização	-	-	(89.408)	-	-	(89.408)	-	-	(52.763)	-	-	(52.763)
Seguros	-	-	(37.493)	-	-	(37.493)	-	-	(31)	-	-	(31)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	(11.887)	-	-	(11.887)	-	-	(12.749)	-	-	(12.749)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	-	-	(1.902)	-	-	(1.902)	-	-	(1.916)	-	-	(1.916)
Material	-	-	(1.575)	-	-	(1.575)	-	-	(1.765)	-	-	(1.765)
Perda por redução ao valor recuperável - Ativo intangível	-	-	-	-	(218.375)	(218.375)	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento de despesas	-	-	-	-	196.316	196.316	-	-	-	-	197.881	197.881
Baixas de imobilizado e estoque	-	-	1.244	-	-	1.244	-	-	(629)	-	-	(629)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	105.534	-	(7.491)	98.043	-	-	94.590	-	34.284	128.874
Total	-	-	(644.933)	-	(29.550)	(674.483)	-	-	(663.332)	-	232.165	(431.167)

Custos e despesas	Consolidado						Consolidado					
	31.12.2024						31.12.2023					
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas e despesas operacionais	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas e despesas operacionais	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(16.262.796)	-	-	-	-	(16.262.796)	(15.050.493)	-	-	-	-	(15.050.493)
Encargos de transmissão e distribuição	(5.705.360)	-	-	-	-	(5.705.360)	(5.469.821)	-	-	-	-	(5.469.821)
Custo de construção	(4.927.874)	-	-	-	-	(4.927.874)	(3.813.737)	-	-	-	-	(3.813.737)
Serviços de Terceiros	(2.523.587)	(44.422)	(772.409)	-	-	(3.340.418)	(2.339.114)	(48.550)	-	(890.764)	-	(3.278.428)
Depreciação e amortização	(3.055.266)	-	(483.272)	-	-	(3.538.538)	(2.637.936)	-	-	(368.227)	-	(3.006.163)
Pessoal e administradores	(939.347)	(59)	(413.556)	-	-	(1.352.962)	(932.879)	(56)	-	(488.976)	-	(1.421.911)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(360.401)	-	(360.401)	-	-	(701.381)	-	-	(701.381)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(640.641)	-	(640.641)	-	-	(445.140)	-	-	(445.140)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	-	-	(352.024)	-	-	(352.024)	(55.058)	-	-	(267.396)	-	(322.454)
Material	(183.534)	-	46.683	-	-	(136.851)	(195.401)	-	-	(11.029)	-	(206.430)
Seguros	(66.094)	-	(37.695)	-	-	(103.789)	(46.237)	-	-	(31)	-	(46.268)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	(11.887)	-	-	(11.887)	-	-	-	(12.749)	-	(12.749)
Resultado da venda de ativos imobilizados	-	-	(8.835)	-	20.651	11.816	-	-	-	-	534.196	534.196
Perda por redução ao valor recuperável - Ativo intangível	-	-	-	-	(225.503)	(225.503)	-	-	-	-	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	(250.055)	-	43.232	-	(10.611)	(217.434)	(437.698)	-	-	(195.059)	240.511	(392.246)
Total	(33.917.411)	(44.481)	(2.046.038)	(1.001.042)	(215.463)	(37.224.435)	(31.046.844)	(48.606)	(1.146.521)	(2.268.382)	774.707	(33.735.646)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Receita financeira				
Renda de aplicações financeiras	284.436	230.522	395.178	752.536
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	-	-	257.670	228.467
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	-	-	188.789	161.536
Atualização monetária de processos judiciais	39	91	74.830	77.916
Ajuste a valor de mercado - Empréstimos e debêntures	519.828	-	1.041.869	42.439
Instrumentos financeiros derivativos - variação monetária, ajuste a valor de n	924.444	2.788.036	754.060	3.143.714
Variações monetárias diversas	-	-	-	47.856
Atualização de créditos tributários	-	-	4.900	27.961
Juros fundo de pensão	-	-	18	20
Subvenções governamentais	-	-	59	845
Outras receitas financeiras	176.366	606.114	(92.678)	318.227
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(57.938)	(89.484)	(108.135)	(119.697)
Total	1.847.175	3.535.279	2.516.560	4.681.820
Despesa financeira				
Variações monetárias - Dívidas	(3.989)	(14.292)	(298.013)	(290.635)
Variações monetárias - Outras despesas	-	-	(458.238)	(223.559)
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	-	-	(415.394)	(323.237)
Encargos de dívidas	(173.540)	(84.717)	(1.041.500)	(1.513.749)
Amortização do custo de transação	(4.057)	(4.057)	(22.005)	(23.528)
Atualização de impostos e multas	(4.391)	(13.286)	(18.591)	(69.936)
Atualização monetária de processos judiciais	(1.363)	(2.121)	(207.339)	(216.036)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	-	-	(539.234)	(649.399)
Juros debêntures	-	-	(17.305)	(26.850)
Instrumentos financeiros derivativos - variação monetária, ajuste a valor de n	(306.067)	(3.469.228)	(1.271.902)	(4.767.847)
Encargos - P&D/PEE	-	-	(28.234)	(29.646)
Atualização acordo Eletrobrás	-	-	(4.001)	(30.237)
Cartas de fiança e seguros garantia	(7.046)	(16.964)	(114.891)	(104.602)
IOF e IOIC	(73.321)	(22.071)	(134.312)	(85.578)
Ajuste a valor de mercado - Empréstimos e debêntures	(500.290)	(6.168)	(596.127)	(75.487)
Juros de arrendamentos	(8.137)	(2.045)	(69.216)	(86.109)
Subvenções governamentais	-	-	(59)	(845)
Outras despesas financeiras	(66.939)	(212.784)	(192.731)	(244.594)
Total da despesa financeira	(1.149.140)	(3.847.733)	(5.429.092)	(8.761.874)
Variações cambiais, líquidas				
Variação cambial - Dívida	(482.795)	167.656	(1.792.229)	427.985
Variação Cambial - Instrumentos financeiros derivativos	483.733	(167.656)	1.792.642	(427.985)
Variação cambial - Outros	(247.416)	340.214	(284.176)	446.039
Total Variações cambiais, líquidas	(246.478)	340.214	(283.763)	446.039
Total do resultado financeiro	451.557	27.760	(3.196.295)	(3.634.015)

27. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

Abaixo segue a reconciliação dos impostos sobre a renda:

Nota	Controladora			
	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	(37.068)	-	(11.815)	(4.262)
Diferidos	(53.118)	(19.122)	(26.408)	(9.507)
	(90.186)	(19.122)	(38.223)	(13.769)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	3.047.925	3.047.925	2.655.286	2.655.286
<i>Adições</i>				
Juros sobre capital próprio	22.943	22.943	470.431	470.431
Resultado com a alienação de investimentos	-	-	-	-
Gratificação a administradores	14.231	14.231	17.862	17.862
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	398.214	398.214	286.588	286.588
Equivalência patrimonial	(3.270.851)	(3.270.851)	(3.130.422)	(3.130.422)
Outras	-	-	(146.757)	(146.751)
	(2.835.463)	(2.835.463)	(2.502.298)	(2.502.292)
Base de cálculo	212.462	212.462	152.988	152.994
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20 mil / mês	10,00%	0,00%	10,00%	0,00%
Receita(despesa) com tributos às alíquotas nominais	(53.092)	(19.122)	(38.223)	(13.769)
Efeito de processos judiciais	27.1.1 (37.094)	-	-	-
Total	(90.186)	(19.122)	(38.223)	(13.769)

27.1.1 Montante de R\$ 37.097 relacionado a controladora Enel Brasil S.A. referente a ação judicial sobre saldo de base negativa de IRPJ de 2013, e que teve decisão desfavorável em junho de 2024, e a Companhia refez as suas apurações e efetuou o pagamento de diferenças de IRPJ.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Consolidado			
	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	(389.069)	(105.447)	(676.736)	(260.248)
Diferidos	(132.478)	(34.602)	(237.033)	(82.794)
Incentivo fiscal	47.003	-	21.289	-
	(474.544)	(140.049)	(892.480)	(343.042)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	3.674.595	3.674.595	3.875.773	3.875.773
<i>Adições</i>				
Juros sobre capital próprio	(39.057)	(39.057)	(449.638)	(445.158)
Gratificação a administradores	19.141	19.141	16.247	16.286
Perdas indedutíveis no contas a receber	74.339	74.339	51.429	51.429
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	398.214	398.214	286.756	286.756
Incentivos fiscais	(2.530)	(2.530)	470.399	470.399
Perdão de dívida	41.450	41.450	78.103	78.103
Outras despesas indedutíveis	(440.240)	(487.078)	(158.420)	(158.369)
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	267	267
Variação Cambial Não Realizada	-	-	(2.273)	(2.273)
Ajuste ao valor justo	-	-	8.297	8.297
CME - Correção Monetária Especial	-	-	-	271
Diferenças de tributação entre lucro presumido e lucro real	(28.260)	(31.650)	(610.049)	(373.340)
Salário maternidade e paternidade	314	314	573	573
Remuneração das imobilizações em curso	797	-	(797)	(797)
Doações	3.977	3.977	3.348	3.348
Repactuação GSF	(249)	(249)	-	-
Multas indedutíveis	50.135	49.885	-	-
	78.031	26.756	(305.758)	(64.208)
Base de cálculo	3.752.626	3.701.351	3.570.015	3.811.565
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20 mil / mês	10,00%	0,00%	10,00%	0,00%
Receita(despesa) com tributos às alíquotas nominais	(938.132)	(333.122)	(892.480)	(343.041)
Incentivo Lei Rouanet		2.233	-	-
SUDENE	27.1.2	32.572	-	-
Ajuste de anos anteriores	27.1.3	(18.281)	(21.649)	-
Prejuízo fiscal - IR e base negativa - CSLL	27.3.1	447.443	215.131	-
Outros		(379)	(409)	-
		(474.544)	(140.049)	(892.480)
			(892.480)	(343.041)

(*) O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre a parcela excedente ao lucro de R\$ 120 mil, e a contribuição social a 9%.

27.1.2 A controladora Enel Distribuição Ceará conta com benefícios fiscal SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia (vide nota 33 Eventos Subsequentes). O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

27.1.3 A controladora Enel Brasil efetuou o pagamento de diferenças de IRPJ após decisão contrária sobre a utilização de base negativa de 2013 no montante de R\$ 37.084. A controlada Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A teve decisão definitiva desfavorável em processo sobre a compensação de saldos de base negativa de 1998 e 1999, resultando na conversão do depósito judicial em renda da União Federal e na extinção do processo no montante de R\$ 28.068. A Enel

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuição São Paulo discutia judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, tendo obtido decisão favorável em 1ª instância e em 2ª instância decisão desfavorável, levando a Companhia a refazer suas apurações, realizar o pagamento das diferenças de IRPJ e CSLL dos últimos cinco anos e ajustar o saldo de prejuízo fiscal acumulado no período de 2013 a agosto de 2024 no montante de R\$ 18.813 e R\$ 6.419, respectivamente. A Companhia opôs embargos de declaração contra a decisão, os quais aguardam julgamento.

27.2 Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período interior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

27.3 Saldos acumulados dos tributos diferidos

Os saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Controladora					
	Balanço patrimonial		Demonstração do resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributos diferidos ativo						
Arrendamento - CPC 06 (R2)	2.082	(253)	2.335	431	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	338.725	127.475	211.250	(6.900)	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	2.777	2.382	395	1.229	-	-
Provisão materiais e serviços	22.607	18.691	3.916	(2.755)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	164.934	499.997	(335.063)	173.538	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	13.380	(2.625)	-	-	16.005	(23.606)
Variação cambial não realizada	(6.472)	(122.701)	116.229	(60.700)	-	-
Ágio nos investimentos	23.135	21.367	1.768	1.769	-	-
Management fee	62.413	264.849	(202.436)	(81.013)	-	-
Participação nos lucros	9.821	9.704	117	6.609	-	-
	633.402	818.886	(201.489)	32.208	16.005	(23.606)
Tributos diferidos passivos						
Instrumentos financeiros derivativos	(6.472)	(135.721)	129.249	(68.123)	-	-
	(6.472)	(135.721)	129.249	(68.123)	-	-
Total	626.930	683.165	(72.240)	(35.915)	16.005	(23.606)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Consolidado					
	Balanço patrimonial		Demonstração do resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Tributos diferidos ativo						
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	1.858.054	1.562.765	295.289	139.911	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	15.664	14.539	1.125	4.919	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.603.602	1.267.942	1.337.831	203.976	-	-
Provisão para ações judiciais regulatórias	682.771	677.344	5.427	(226)	-	-
Provisão de perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	1.617.449	2.516.359	(741.200)	(48.089)	(159.343)	280.611
Instrumentos financeiros derivativos	164.934	495.498	(419.482)	48.837	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	14.736	-	(11.517)	-	(18.771)	(16.521)
Provisão serviços compartilhados - Management fee	160.309	41.864	(191.115)	12.600	-	-
Obrigações de compartilhamento de infraestrutura	2.736	-	(487)	-	-	-
Remuneração das imobilizações em curso	3.966	2.593	(797)	(2.967)	-	-
Participação nos lucros	11.508	835	275	200	-	-
Provisão para materiais e serviços	222.434	150.330	43.726	(38.987)	-	-
Swap	-	-	(7.108)	-	-	-
Variação cambial não realizada	(6.472)	-	116.229	(27.739)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	24.587	31.612	(7.025)	(7.025)	-	-
Provisão para fundo de transição	5.026	2.574	2.452	(5.503)	-	-
Pagamento FGTS - PIA Programa incentivo a aposentadoria (multa 40%)	38.289	39.369	(1.080)	6.046	-	-
Outros resultado abrangente - cash flow hedge (derivativo)	16.221	26.068	-	-	(9.847)	(16.726)
Outras provisões	163.074	504.873	4.981	(23.166)	-	-
	7.600.693	7.336.370	427.524	262.787	(187.961)	247.364
Tributos diferidos passivos						
Correção monetária especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.324)	(1.354)	30	38	-	-
Ativo contratual da concessão	(1.467.109)	(1.231.119)	(373.828)	(259.082)	-	-
Desreconhecimento de passivo regulatório	13.950	7.733	6.217	5.641	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(338.712)	(21.825)	(182.182)	99.834	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - PL	-	-	-	-	43	(23.563)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(252.198)	(284.400)	32.202	31.339	-	-
Repactuação do GSF	(61.348)	(73.508)	12.160	12.162	-	-
CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)	(1.148.791)	(1.039.153)	(109.638)	(156.930)	-	-
Atualização do ativo financeiro (IFRC 12)	(919.548)	-	-	-	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(81.941)	(68.691)	(13.250)	726	-	-
Atualização bônus da concessão	(183.551)	(926.863)	(38.315)	(97.933)	-	-
Outras provisões	(30.132)	(36.282)	(163)	(6.095)	-	-
Variação cambial não realizada	-	(122.701)	-	(122.701)	-	-
PPA (Purchase Price Allocation) Enel São Paulo	327.454	-	-	-	-	-
	(4.143.250)	(3.798.163)	(666.767)	(493.001)	43	(23.563)
Total	3.457.443	3.538.207	(239.243)	(230.214)	(187.918)	223.801
Juros mora	-	-	143.821	(26.200)	-	-
Realização do benefício fiscal das incorporações	-	-	(71.658)	(71.659)	-	-
Total	3.457.443	3.538.207	(167.080)	(328.073)	(187.918)	223.801

27.3.1 Indébitos Tributários

Enel Distribuição Rio

Em dezembro de 2024, a controlada Enel Distribuição Rio amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R\$ 78.783, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R\$ 536.631 de tributo diferido ativo referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 21, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de indébitos tributários (Tema 962). A controlada em 2024, após discussões setoriais e pareceres jurídicos reavaliou o êxito obtido em ação judicial acerca do tema. Os montantes de R\$ 78.783 e R\$ 536.631 foram registrados no resultado do exercício, nas rubricas de imposto de renda corrente e imposto de renda diferido, respectivamente. A controlada irá adotar os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Dessa forma, no saldo de R\$ 2.603.602 de Prejuízo fiscal e base negativa, está contemplado o reconhecimento de R\$ 536.631 de tributo diferido ativo, referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, mencionado anteriormente no item ii da controlada Enel Distribuição Rio.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Ceará

Em dezembro de 2024, a controlada Enel Distribuição Ceará amparada nas avaliações de seus assessores legais registrou (i) imposto a compensar no montante de R\$ 108.010, de saldo negativo referente a reapuração do ano de 2022 e 1º e 2º trimestres do ano de 2023, e (ii) R\$ 14.224 de tributo diferido ativo referente a reapuração dos anos de 2021 a 2024, ambos relacionados com a exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 21, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de indébitos tributários (Tema 962). A controlada em 2024, após discussões setoriais e pareceres jurídicos reavaliou o êxito obtido em ação judicial em trâmite acerca do tema. Após trânsito em julgado da ação judicial, a controlada irá adotar os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Dessa forma, no saldo líquido de R\$ 2.603.602 de Prejuízo fiscal e base negativa, está contemplado o reconhecimento de R\$ 14.224 de tributo diferido ativo, referente a reapuração dos anos de 2019 a 2024, mencionado anteriormente no item ii da controlada Enel Distribuição Ceará.

27.3.2 Benefício fiscal gerado por incorporações na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”) - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel Sudeste”) - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social. valor líquido.

27.4 Estimativa de realização

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima lucros tributáveis futuros suficientes para que todas as diferenças temporárias, créditos e prejuízos tributários reconhecidos em 31 de dezembro de 2024 possam ser utilizados.

A compensação do saldo do imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais nos próximos exercícios é estimada da seguinte forma:

Tributos e contribuições sociais diferidos ativos Expectativa de realização	Controladora	Consolidado
2025	71.635	101.653
2026	95.352	277.818
2027	96.882	489.616
2028	74.856	485.009
2029	-	248.607
2030 a 2032	-	511.861
2033 em diante	-	645.374
Total - Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL (b.1)	338.724	2.759.940

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos, serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

28. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico.

Os contratos celebrados entre partes relacionadas, que tem suas operações reguladas, são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Abaixo segue resumo da natureza das operações de saldo mais expressivos:

Partes relacionadas	Relacionamento	Natureza das transações
Enel Finance International NV Endesa Américas	Empresa do mesmo grupo econômico Controladora direta	Mútuo e Commitment Fee Dividendos e prestação de serviços

Abaixo segue composição dos saldos com partes relacionadas na controladora:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NE	Ref	Controladora			
		Ativo (Passivo)		Resultado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Mútuo	18				
Enel Distribuição Rio	(d)	3.772.318	3.615.352	(547.892)	(257.622)
Enel Distribuição Ceará	(c)	2.156.527	410.972	(147.681)	(30.963)
Enel Distribuição São Paulo		1.447.934	163.642	(101.047)	-
Grupo EGP Brasil		664.216	617.255	(81.823)	(82.034)
Grupo Enel X Brasil		183.512	163.642	(20.253)	(7.029)
Enel Cien		(703.728)	(657.344)	79.041	20.140
Enel Finance International NV		(601.685)	(1.354.135)	50.647	5.123
Outras partes relacionadas		(7.213)	1.496	(569)	(15)
		6.911.882	2.960.880	(769.578)	(352.400)
Redução de Capital	9				
Grupo EGP Brasil	(e)	1.738.452	2.142.202	-	-
		1.738.452	2.142.202	-	-
Garantee e Commitment Fee	19				
Enel SPA		(210)	(776.703)	65.620	119.753
Enel Finance International NV		(865.856)	(450.812)	206.791	2.286
Grupo EGP Brasil		257.528	(38.544)	-	(64.548)
		(608.538)	(1.266.059)	272.411	57.491
Compartilhamento das despesas de infra. e RH	9				
Grupo EGP Brasil	(h)	1.098.995	716.536	(196.680)	(199.089)
Enel Distribuição Rio		181.898	157.072	-	-
Enel Distribuição São Paulo		332.626	277.767	-	-
Enel Distribuição Ceará		227.290	188.210	-	-
Outras partes relacionadas		42.056	155.205	-	-
		1.882.866	1.494.790	(196.680)	(199.089)
Prestação de serviços	17				
Enel Américas SA	(b)	(518.433)	(867)	84.180	872
Enel SPA		(355.009)	(143.436)	165.041	107.341
Enel Global Infrastructure and Networks SRL	(b)	(215.375)	(98.218)	104.294	163.743
Enel Global Services SRL		(67.479)	(37.556)	29.787	17.938
Outras partes relacionadas		17.945	(280.063)	728	74.397
		(1.138.350)	(560.140)	384.029	364.291
Dividendos					
Endesa Américas SA		(697.922)	(604.644)	-	-
Grupo EGP Brasil		645.674	237.186	-	-
Enel Cien		405.377	225.558	-	-
Enel Distribuição São Paulo		100.639	160.138	-	-
Enel Distribuição Rio		236.533	77.523	-	-
Enel Distribuição Ceará		150.347	69.087	-	-
EGP Volta Grande		7.513	16.382	-	-
Outras partes relacionadas		37.486	55.166	-	-
		885.647	236.396	-	-
Outros					
Outras partes relacionadas		156.094	418.962	(1.906)	45.988
Enel Finance International NV		761.847	-	-	-
		156.094	418.962	(1.906)	45.988
Total		9.828.052	5.427.031	(311.724)	(83.719)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo segue composição dos saldos com partes relacionadas no consolidado:

NE	Ref	Consolidado			
		Ativo (Passivo)		Resultado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Benefícios pós-emprego					
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(a)	(109.767)	(288.665)	(11.686)	-
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	(a)	(194.392)	(110.146)	(31.364)	-
VIVEST - FUNCESP	(a)	(4.288.837)	(6.520.291)	(500.144)	(306.813)
		(4.592.996)	(6.919.102)	(543.194)	(306.813)
Mútuo					
Enel Finance International NV	18 (f)	(1.449.170)	(3.675.962)	266.501	40.327
		(1.449.170)	(3.675.962)	266.501	40.327
Garantee e Commitment Fee					
Enel SPA	19	(352.250)	(776.703)	65.620	119.753
Enel Finance International NV		(208.731)	(292.176)	257.438	7.409
		(560.980)	(1.068.879)	323.058	127.162
Prestação de serviços Enel Américas SA					
Enel Green Power SPA	17	(575.412)	(538.506)	-	64.286
Enel Américas SA		(518.433)	(434.665)	84.180	-
Enel SPA		(357.188)	(144.944)	165.337	106.207
Enel Global Infrastructure and Networks SRL		(215.375)	(98.218)	104.294	163.743
Enel X SRL		(72.211)	(31.407)	(35.222)	(24.639)
Outras partes relacionadas		(113.897)	(76.469)	30.761	248
		(1.852.516)	(1.324.209)	349.350	309.845
Dividendos					
Endesa Américas SA		(727.641)	(628.593)	-	-
		(727.641)	(628.593)	-	-
Outros					
Outras partes relacionadas		137.123	1.457.867	(32.638)	(80.642)
		137.123	1.457.867	(32.638)	(80.642)
Total		(9.046.180)	(12.158.878)	363.076	89.879

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas da controladora e do consolidado, estão descritas a seguir:

(a) Obrigações com plano de pensão

Plano de Pensão - FAELCE

A controlada Enel Distribuição Ceará, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida". Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 28.

Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A controlada Enel Distribuição Rio, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada Enel Distribuição Rio, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 28.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Funesp

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis.

(b) Enel Americas e Global Infrastructure Networks

A Companhia mantém contrato com a Enel S.p.A. e a Global Infrastructure Networks referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, serviços estruturais e de disponibilização de recursos humanos.

(c) Enel Distribuição Ceará:

A Companhia possui empréstimos com a sua controlada Enel Distribuição Ceará devido à necessidade de capital de giro da controlada. Esses empréstimos foram renovados em maio de 2024 como nova data de vencimento para 30 de dezembro de 2024 e são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 0,85% a.a.

(d) Enel Distribuição Rio:

A Companhia possui empréstimos com a sua controlada Enel Distribuição Rio devido à necessidade de capital de giro da controlada. Esses empréstimos foram renovados em fevereiro de 2024 como nova data de vencimento para 30 de setembro de 2024 e são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 1,12% a.a.

(e) Grupo Enel Green Power (“EGPs”):

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi efetivada a redução do capital de empresas do grupo EGP. O prazo de recebimento é até 31 de dezembro de 2026.

(f) Enel Finance International N.V.:

Mútuo captado com a Enel Finance International N.V. devido à necessidade de capital de giro.

(g) EGPs:

Os saldos a receber registrados pelas EGPs se referem, substancialmente, aos contratos de fruição de utilidades comuns (serviços terceirizados, aluguel telefone, passagem e hospedagem, etc.), que inclui a remuneração de pessoal e administradores e repasse de mão de obra capitalizada referente aos funcionários da controladora que exercem atividades vinculadas a construção dos parques, repasse de despesas, bem como repasse de custos com terceiros na construção. Estes montantes estão registrados como despesas operacionais na demonstração do resultado da Companhia.

Os saldos a pagar registrados com as empresas do grupo no Brasil referem-se ao repasse de mão de obra capitalizada referente aos funcionários da controladora que exercem atividades vinculadas a construção nas controladas, bem como a transferência de custos de operação e construção.

Os saldos a pagar com as demais partes relacionadas se referem, substancialmente, às transações mencionadas abaixo:

- Enel Green Power S.p.A. e Enel S.p.A.- Suporte estratégico (assessoria legal, financeira e administrativa).
- EGP Latin America - Assessoria legal, recursos humanos, administração e finanças.
- Enel Espanha - Suporte estratégico.

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 35.736 (R\$ 37.804 em 2023). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. A remuneração do Conselho de Administração e dos administradores, somada às remunerações em suas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$ 53.691 (R\$ 53.622 em 2023).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Remuneração da Administração	35.736	37.804	53.691	53.622
	35.736	37.804	53.691	53.622

29. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Instrumentos financeiros

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Controladora							
Instrumento financeiro	Categoria	Nível	31.12.2024		31.12.2023		
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	629.948	629.948	3.246.519	3.246.519	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	1.516	1.516	50.444	50.444	
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	20.008	20.008	7.665	7.665	
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	8.224.507	8.224.507	4.972.359	4.972.359	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	64.806	64.806	148.045	148.045	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	307.845	307.845	2.154	2.154	
Total do ativo			9.248.630	9.248.630	8.427.186	8.427.186	
Passivo							
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.506.502	1.506.502	753.773	753.773	
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	1.608.115	1.457.885	2.624.848	1.911.730	
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio de resultado	2	601.686	601.685	490.650	490.650	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	910	910	69.197	69.197	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	46.167	46.167	85.094	85.094	
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	51.452	51.452	10.434	10.434	
Outras obrigações	Custo amortizado	2	612.117	612.117	1.269.473	1.269.473	
Total do passivo			4.426.949	4.276.718	5.303.469	4.590.351	

Consolidado							
Instrumento financeiro	Categoria	Nível	31.12.2024		31.12.2023		
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	4.490.027	4.490.027	5.293.606	5.293.606	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	527.101	527.101	592.454	592.454	
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	Custo amortizado	2	9.962.949	9.962.949	10.071.178	10.071.178	
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	145.720	145.720	148.802	148.802	
Ativo financeiro setorial	Custo amortizado	2	-	-	28.984	28.984	
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	1.221.379	1.221.379	1.137.588	1.137.588	
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	13.102	13.102	3.718	3.718	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	349.390	348.012	272.297	272.297	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	1.160.367	865.251	615.148	615.148	
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão	Valor justo por meio de resultado	3	1.750.105	1.762.997	1.818.618	1.818.618	
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	24.967.931	24.967.931	21.754.650	21.754.650	
Total do ativo			44.588.071	44.304.469	41.737.043	41.737.043	
Passivo							
Fornecedores	Custo amortizado	2	8.626.003	8.626.003	7.034.519	7.034.519	
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	13.499.356	13.499.356	18.075.987	17.253.299	
Debêntures, empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio de resultado	2	2.017.627	2.017.627	2.701.655	2.701.655	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	40.455	39.727	932.596	1.132.596	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	113.836	113.836	329.529	377.161	
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	857.730	857.730	612.237	612.237	
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	2.054.887	2.054.887	1.563.843	1.563.843	
Outras obrigações	Custo amortizado	2	3.098.551	3.098.551	2.624.793	2.558.511	
Total do passivo			30.308.445	30.307.717	33.875.159	33.233.821	

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente mensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal (Notional)
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK S.A III	01/02/2021	03/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	200.000
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK S.A IV	26/02/2021	26/02/2025	Cash Flow	USD + 1,3930%aa	CDI + 1,48% aa	120.000
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS S.A V	03/01/2023	03/01/2025	Trading	EUR + 5,76%aa	CDI + 2,59% aa	262.103
Enel Distribuição Ceará	Citibank	24/03/2022	21/03/2025	Cashflow Hedge	USD SOFR + 0,9059%	CDI + 1,17%	271.700
Enel Distribuição Ceará	Itaú I (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	200.000
Enel Distribuição Ceará	Itaú II (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,83%	150.000
Enel Distribuição Ceará	BTG Pactual (8ª Debêntures)	30/05/2022	17/05/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,2137%	CDI + 0,78%	250.000
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank V	23/09/2022	23/09/2026	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,62%	230.000
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank VI	21/11/2022	21/11/2025	Fair Value Hedge	USD + 5,45%	CDI + 1,38%	130.000
Enel Distribuição São Paulo	Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Fair value hedge	IPCA	CDI	800.000
Enel Distribuição São Paulo	Itaú	30/04/2021	15/04/2031	Fair value hedge	IPCA	CDI	720.000
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank II	17/05/2021	20/05/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	209.000
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	Cash flow hedge	Dólar	CDI	300.000
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank IV	09/09/2021	09/09/2025	Cash flow hedge	Dólar	CDI	400.000
Enel Distribuição São Paulo	Santander 27ª	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	600.000
Enel Distribuição São Paulo	Itaú 27ª	12/05/2022	15/04/2032	Fair value hedge	IPCA	CDI	200.000
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BEI I	17/08/2022	01/09/2037	Fair value hedge	Dólar	CDI	134.654
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BEI II	17/08/2022	01/09/2037	Fair value hedge	Dólar	CDI	538.616
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI III	20/04/2023	20/04/2038	Fair value hedge	Dólar	CDI	68.740
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI IV	20/04/2023	20/04/2038	Fair value hedge	Dólar	CDI	274.960
Enel Distribuição São Paulo	BTG - BEI V	13/05/2024	13/05/2039	Fair value hedge	Dólar	CDI	92.070
Enel Distribuição São Paulo	BTG - BEI VI	13/05/2024	13/05/2039	Fair value hedge	Dólar	CDI	368.280
Enel Brasil S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	08/08/2019	08/08/2033	Cash Flow Hedge	USD SOFR + 1,76%	CDI + 2,52%	449.747
Enel Brasil S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	08/08/2019	08/08/2033	Cash Flow Hedge	USD SOFR + 1,76%	CDI + 2,52%	402.287
Enel Brasil S.A.	Bradesco - EFIX	04/02/2022	04/02/2025	Cash Flow Hedge	EUR + 1,76% a.a.	CDI + 1,60% a.a.	377.061
Enel Brasil S.A.	JP Morgan - EFIX	08/04/2022	08/04/2025	Cash Flow Hedge	EUR + 2,1176% a.a.	CDI + 1,36% a.a.	149.723
EGP Iluverava Norte Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	30/03/2017	01/12/2031	Cash Flow Hedge	USD SOFR	CDI	(55.000)
EGP Iluverava Norte Solar S.A.	Santander (Proparco)	22/12/2017	15/12/2027	Fair Value Hedge	FKO	CDI	(29.651)
EGP Iluverava Sul Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	30/03/2017	01/12/2031	Cash Flow Hedge	USD SOFR	CDI	(83.073)
EGP Iluverava Sul Solar S.A.	Santander (Proparco)	22/12/2017	15/12/2027	Fair Value Hedge	FKO	CDI	(44.477)
EGP Iluverava Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	30/03/2017	01/12/2031	Cash Flow Hedge	USD SOFR	CDI	47.329
EGP Iluverava Solar S.A.	Santander (Proparco)	22/12/2017	15/12/2027	Fair Value Hedge	FKO	CDI	24.273
Total							7.758.342

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(275.669)	(695.509)
Recebimentos de principal	271.801	394.806
Provisões de encargos - juros	(293.661)	(1.348.209)
Recebimento de encargos - juros	331.511	1.475.407
Variação monetária	-	149.172
Variação cambial	(167.803)	(650.455)
Marcação a mercado no resultado	(178.261)	147.889
Marcação a mercado no Patrimônio Líquido	69.780	152.218
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(242.302)	(374.681)
Recebimentos de principal	(27.976)	(73.963)
Pagamento de principal	-	83.026
Pagamento de juros	194.751	840.064
Provisão de encargos - juros	-	(357.634)
Juros provisionados	-	(230.111)
Efeito no resultado financeiro	360.665	360.665
Variação monetária	-	166.111
Variação cambial	-	1.299.077
Marcação a mercado no resultado	16.773	(468.699)
Marcação a mercado no Patrimônio Líquido	23.663	111.611
Saldo em 31 de dezembro de 2024	325.574	1.355.466

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (swap) em 31 de dezembro de 2024 estão dispostos abaixo:

Companhia	Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Resultado fo exercício	Outros resultado abrangentes
Enel Distribuição Rio	Scotiabank S.A. III	18.380	19.791	(1.411)	-
Enel Distribuição Rio	Scotiabank S.A. IV	11.305	12.705	(1.400)	-
Enel Distribuição Rio	BNP Paribas S.A.V	16.813	16.289	-	524
Enel Distribuição Ceará	Fixo (USD) x DI 24.03.22 Citibank	65.166	66.342	(1.176)	-
Enel Distribuição Ceará	Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú I	7.530	20.107	-	(12.577)
Enel Distribuição Ceará	Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures Itaú II	5.648	15.081	-	(9.433)
Enel Distribuição Ceará	Fixo (USD) x DI 24.03.22 Debêntures BTG Pactual	9.623	25.148	-	(15.525)
Enel Distribuição Ceará	Fixo (USD) x DI 23.09.22 Scotiabank V	33.720	42.321	-	(8.601)
Enel Distribuição Ceará	Fixo (USD) x DI 21.11.22 Scotiabank VI	17.487	20.072	-	(2.585)
Enel Distribuição São Paulo	Bradesco	205.311	280.068	-	(74.757)
Enel Distribuição São Paulo	ITAÚ	47.167	167.041	-	(119.874)
Enel Distribuição São Paulo	SCOTIABANK II	27.968	32.908	(4.940)	-
Enel Distribuição São Paulo	SCOTIABANK III	9.031	35.272	(26.241)	-
Enel Distribuição São Paulo	SCOTIABANK IV	49.362	65.890	(16.528)	-
Enel Distribuição São Paulo	Santander 27 ^a	21.011	60.437	-	(39.426)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú 27 ^a	7.083	20.146	-	(13.063)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BEI I	7.633	23.666	-	(16.033)
Enel Distribuição São Paulo	Itaú - BEI II	29.501	94.685	-	(65.184)
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI III	11.852	17.310	-	(5.458)
Enel Distribuição São Paulo	Citibank - BEI IV	46.902	69.248	-	(22.346)
Enel Distribuição São Paulo	BTG - BEI V	11.411	18.936	-	(7.525)
Enel Distribuição São Paulo	BTG - BEI VI	45.160	75.740	-	(30.580)
Enel Brasil S.A.	Santander	162.939	182.788	(19.849)	-
Enel Brasil S.A.	Santander	143.995	163.500	(19.505)	-
Enel Brasil S.A.	Bradesco - EFIX	(9.043)	(5.860)	-	(3.183)
Enel Brasil S.A.	JP Morgan - EFIX	26.999	28.309	-	(1.310)
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	55.000	53.293	1.707	-
EGP Ituverava Norte Solar S.A.	Santander (Proparco)	29.651	36.191	-	(6.540)
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	83.073	80.219	2.854	-
EGP Ituverava Sul Solar S.A.	Santander (Proparco)	44.477	54.286	-	(9.809)
EGP Ituverava Solar S.A.	Santander (Bank of China e Santander)	55.000	53.293	1.707	-
EGP Ituverava Solar S.A.	Santander (Proparco)	29.651	36.191	-	(6.540)
Total Swap		1.326.807	1.881.413	(64.782)	(469.825)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia	Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva
Enel Brasil S.A.	NDF - SOGEN BR	304	287
Enel Brasil S.A.	NDF - SOGEN BR	193	182
Enel Brasil S.A.	NDF - SOGEN BR	176	174
Enel Brasil S.A.	NDF - HSBC_BR	10	9
Enel Cachoeira Dourada S.A.	1090347 CAMMESA	389	390
Enel Cachoeira Dourada S.A.	1090349 UTE	46	47
Enel Cachoeira Dourada S.A.	1090350 CAMMESA	1.511	1.524
Enel Cachoeira Dourada S.A.	1090351 UTE	25	26
Enel Cachoeira Dourada S.A.	1090352 UTE	59	47
Enel Cachoeira Dourada S.A.	1090353 CAMMESA	46	40
Enel Cachoeira Dourada S.A.	1090354 CAMMESA	317	232
Total NDF		3.076	2.958

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) hedge de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) hedge de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2024.

A controlada Enel Trading possui alguns contratos de compra e venda de energia mantidos para negociação no mercado que são mensurados a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward). O objetivo dessa operação é obter ganhos através da variação de preço no mercado e considera a política de risco do Grupo. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros de acordos com as normas contábeis IFRS9/CPC48. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A posição desses contratos em 31 de dezembro de 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	23.133	19.561
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - positivo	2.451	8.327
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - negativo	-	(4.755)
Saldo final	25.584	23.133

Uso das estimativas

A estimativa de valor de mercado das operações de swap foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2024.

Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do hedge é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de hedge, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquida da posição do hedge estão demonstrados a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia	Dívida	Taxa de juros contratual (a.a.)	31.12.2024	Categoria
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 III	USD + 1,39%	229.842	
Enel Distribuição Rio	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,39%	(228.601)	Cash Flow Hedge
Enel Distribuição Rio	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	210.220	Cash Flow Hedge
			211.461	
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 IV	USD + 1,39%	137.773	
Enel Distribuição Rio	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,39%	(136.598)	Cash Flow Hedge
Enel Distribuição Rio	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,48%	125.293	Cash Flow Hedge
			126.468	
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement X 46 MEUR	EUR + 5,76%	313.481	
Enel Distribuição Rio	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 5,76%	(313.077)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição Rio	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	296.265	Fair Value Hedge
			296.669	
Enel Distribuição Ceará	Citibank	USD SOFR + 0,9059%	346.610	
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,9059%	(345.626)	Cash Flow Hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,17%	280.462	Cash Flow Hedge
			281.446	
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank V	USD + 5,45%	277.414	
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(276.083)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	242.363	Fair Value Hedge
			243.694	
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank IV	USD + 5,45%	150.876	
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,45%	(150.152)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,62%	132.664	Fair Value Hedge
			133.388	
Enel Distribuição Ceará	8ª Debêntures	IFCA + 6,2137%	638.139	
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IFCA + 6,2137%	(206.673)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	199.143	Fair Value Hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IFCA + 6,2137%	(155.005)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,83%	149.357	Fair Value Hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IFCA + 6,2137%	(250.337)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição Ceará	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,78%	240.714	Fair Value Hedge
			615.338	
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	IFCA + 4,0134%	1.020.559	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Bradesco (sw ap) - Ponta Ativa	IFCA + 4,0134%	(1.015.038)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Bradesco (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 0,72%	809.727	Fair Value Hedge
			815.248	
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 25ª Emissão	IFCA + 4,26%	793.974	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Ativa	IFCA + 4,26%	(778.017)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 0,93%	730.850	Fair Value Hedge
			746.807	
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank II 4131	USD + 2,31%	244.859	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Ativa	USD + 2,31%	(237.734)	Cash Flow Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 1,25%	209.766	Cash Flow Hedge
			216.891	
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank III 4131	USD + 2,61%	347.959	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Ativa	USD + 2,61%	(324.395)	Cash Flow Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 1,63%	315.364	Cash Flow Hedge
			338.928	
Enel Distribuição São Paulo	Scotiabank IV 4131	USD + 2,37%	480.791	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Ativa	USD + 2,37%	(461.810)	Cash Flow Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 1,39%	412.448	Cash Flow Hedge
			431.429	
Enel Distribuição São Paulo	Debêntures - 27ª Emissão	IFCA + 6,1385%	856.380	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Ativa	IFCA + 6,1385%	(209.972)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82%	202.889	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Santander (sw ap) - Ponta Ativa	IFCA + 6,1385%	(622.815)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Santander (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 0,82%	601.805	Fair Value Hedge
			181.879	
Enel Distribuição São Paulo	BEI I	USD + 3,76% a.a.	147.372	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Ativa	USD + 3,76% a.a.	(141.232)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Passiva	CDI + 0,10%	133.599	Fair Value Hedge
			139.739	
Enel Distribuição São Paulo	BEI II	USD + 3,61% a.a.	583.587	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Ativa	USD + 3,61% a.a.	(559.625)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Passiva	CDI - 0,18%	530.124	Fair Value Hedge
			554.086	

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia	Dívida	Taxa de juros contratual (a.a.)	31.12.2024	Categoria
Enel Distribuição São Paulo	BEI III	USD + 4,51% a.a.	82.086	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	USD + 4,51% a.a.	(81.521)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0%	69.669	Fair Value Hedge
			70.234	
Enel Distribuição São Paulo	BEI IV	USD + 4,38% a.a.	325.737	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	USD + 4,38% a.a.	(323.495)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	CDI - 0,17%	276.592	Fair Value Hedge
			278.834	
Enel Distribuição São Paulo	BEI V	USD + 5,38% a.a.	111.099	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	USD + 5,38% a.a.	(72.924)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,09%	61.513	Fair Value Hedge
			99.688	
Enel Distribuição São Paulo	BEI VI	USD + 5,28% a.a.	441.528	
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo BTG (swap) - Ponta Ativa	USD + 5,28% a.a.	(289.812)	Fair Value Hedge
Enel Distribuição São Paulo	Derivativo BTG (swap) - Ponta Passiva	CDI - 0,03%	244.652	Fair Value Hedge
			396.368	
Enel Brasil	SAN 4131 EGP- 1	USD Libor + 1,76%	241.257	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	CHINA 4131 EGP- 1	USD Libor + 1,76%	250.875	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD Libor + 1,76%	(471.345)	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,52%	308.405	Cash Flow Hedge
			87.935	
Enel Brasil	SAN 4131 EGP- 2	USD Libor + 1,76%	215.698	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	CHINA 4131 EGP- 2	USD Libor + 1,76%	224.502	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD Libor + 1,76%	(419.856)	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,52%	275.861	Cash Flow Hedge
			80.507	
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement IX	EUR + 1,76% a.a.	411.090	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 1,76% a.a.	(410.733)	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 1,60% a.a.	419.775	Cash Flow Hedge
			420.132	
Enel Brasil	EFI - Credit Agreement VI	EUR + 2,1176% a.a.	190.596	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 2,1176% a.a.	(190.437)	Cash Flow Hedge
Enel Brasil	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 1,36% a.a.	163.438	Cash Flow Hedge
			163.597	
EGP Ituverava Norte Solar	Bank of China e Santander	USD SOFR + 2,27%	109.884	
EGP Ituverava Norte Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 2,27%	(111.200)	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Norte Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,05%	56.200	Cash Flow Hedge
			54.884	
EGP Ituverava Norte Solar	Proparco	FIXO + 2,28%	88.694	
EGP Ituverava Norte Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO + 2,28%	(86.096)	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Norte Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	56.445	Fair Value Hedge
			59.043	
EGP Ituverava Sul Solar	Bank of China e Santander	USD SOFR + 2,27%	164.835	
EGP Ituverava Sul Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 2,27%	(167.378)	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Sul Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,05%	84.305	Cash Flow Hedge
			81.762	
EGP Ituverava Sul Solar	Proparco	FIXO + 2,28%	133.041	
EGP Ituverava Sul Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO + 2,28%	(129.145)	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Sul Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	84.668	Fair Value Hedge
			88.564	
EGP Ituverava Solar	Bank of China e Santander	USD SOFR + 2,27%	109.884	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 2,27%	(111.200)	Cash Flow Hedge
EGP Ituverava Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,05%	56.200	Cash Flow Hedge
			54.884	
EGP Ituverava Solar	Proparco	FIXO + 2,28%	88.694	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	FIXO + 2,28%	(86.096)	Fair Value Hedge
EGP Ituverava Solar	Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,16%	56.445	Fair Value Hedge
			59.043	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de swap na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2024, o saldo do swap a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;

Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as instruções para a gestão de riscos por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel Spa, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de commodity, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, dentre outras.

Além disso, a Companhia conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, que tem como objetivo garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas, oferecendo uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros. Esse comitê também assegura a coordenação adequada entre a unidade de Controle de Riscos e as estruturas organizacionais responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos, promovendo uma cultura na qual o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da empresa.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando utilizando uma taxonomia homogênea de riscos (denominada 'catálogo de riscos'), também definida no nível da Holding (Enel SpA), que contempla 6 (seis) macrocategorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 (trinta e oito) subcategorias de risco.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos; e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco da Companhia considera três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios são a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceira linhas de defesa.

A área de Risk Control Brazil (Controle de Riscos Brasil) baseia-se na norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos. O principal objetivo é identificar de forma preventiva os riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos, dentro do processo de avaliação, além de realizar o devido tratamento por meio da definição de

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócios no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes.

No caso de transações financeiras, essas políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; (iii) títulos e valores mobiliários, (iv) ativo financeiro, (v) ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2024 é:

Ativo financeiro	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	629.948	3.246.519	4.490.027	5.293.606
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	1.516	50.444	527.101	592.454
Consumidores, concessionárias e permissionárias, líquido	b.1.2	-	-	9.962.949	10.071.178
Ativo contratual da concessão	b.1.3	-	-	1.750.105	1.818.618
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	-	-	24.967.931	21.754.650
Instrumento financeiros derivativos	b.1.4	325.574	(4.092)	1.355.466	(374.680)
		957.038	3.292.871	43.053.579	39.155.826

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5).

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
AAA	602.972	3.049.615	4.328.564	5.059.162
AA+	1.076	50.545	306.212	50.545
AA	-	161.321	4.405	161.321
	604.048	3.261.481	4.639.181	5.271.028

Instrumentos financeiros derivativos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
AAA	325.574	(242.302)	1.325.781	(374.681)
AA+	-	-	29.685	-
AA-	-	-	-	(294.982)
	325.574	(242.302)	1.355.466	(374.681)

b.1.2) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do call center. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("Predictive Analytics") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia e suas controladas, considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

b.1.4) Operação com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas aplicam o risco de crédito para todas as operações de swap vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas, controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Dívida financeira	2.209.801	3.115.498	15.516.983	20.777.642
Instrumentos financeiros derivativos	(325.574)	242.302	(1.326.807)	386.103
Dívida	1.884.227	3.357.800	14.190.176	21.163.745
Caixa e equivalentes de caixa	(627.052)	(3.246.519)	(4.100.801)	(5.293.606)
Títulos e valores mobiliários	(4.412)	(50.444)	(916.327)	(592.454)
Dívida líquida (a)	1.252.763	60.837	9.173.048	15.277.685
Patrimônio líquido (b)	60.772.726	49.919.728	62.250.579	51.045.063
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	2,02%	0,12%	12,84%	23,04%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2024 é de 12,84% (23,04% em 31 de dezembro de 2023), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A Companhia apresentou um caixa positivo gerado de suas atividades operacionais nos últimos exercícios e para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.184.050.

Do total de dívida do passivo circulante, parte significativa refere-se a saldos com operações envolvendo empresa do Grupo, R\$ 1.437.409 de empréstimos com a Enel Finance Internacional e R\$ 697.921 de dividendos com a Enel Américas S.A. (Holding) que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso necessário,

A Companhia conta também com o apoio financeiro da Holding do grupo (Enel SpA) que, por meio da Enel Finance International (EFI), disponibiliza recursos para financiar investimentos e capital de giro. As controladas não devem apresentar problema de liquidez para arcar com suas obrigações, seja com geração de caixa próprio ou com créditos obtidos junto a terceiros e/ou sua controladora Enel Brasil.

A capacidade de suporte é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez em 31 de dezembro de 2024 dos Controladores, e reforçada pela nota de risco de crédito do Grupo classificada como AAA (bra) pela Fitch.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora					
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos	86.986	413.633	1.049.541	585.654	473.713	2.609.527
Instrumentos financeiros derivativos	2.661	10.347	(4.417)	(152.798)	(160.421)	(304.628)
	89.647	423.980	1.045.124	432.856	313.292	2.304.899
	Consolidado					
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos	1.417.513	3.762.250	5.318.400	5.395.537	2.410.786	18.304.486
Debêntures	58.345	(187)	899.976	3.889.426	2.367.126	7.214.686
Instrumentos financeiros derivativos	18.701	(9.034)	246.270	64.304	(453.106)	(132.865)
Empréstimos com partes Relacionadas	-	-	385.073	-	-	385.073
	1.494.559	3.753.029	6.849.719	9.349.267	4.324.806	25.771.380

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2024 e 2023 quanto à utilização das contas.

Empresa	Conta garantida	31.12.2024	31.12.2023
Enel RJ	Contratada	80.000	80.000
Enel CE	Contratada	100.000	100.000
Enel SP	Contratada	100.000	100.000
Enel Brasil	Contratada	1.884.050	1.722.740
CDSA	Contratada	-	20.000
CIEN	Contratada	10.000	10.000
EGP Volta Grande	Contratada	10.000	10.000
		2.184.050	2.042.740

b.4) Riscos de mercado

b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		
Selic	1.235.625	100.503
CDI	3.781.503	375.680
	5.017.128	476.183
Ativo indenizável		
IPCA	24.967.931	21.754.650
	24.967.931	21.754.650
Empréstimos, financiamentos e derivativos		
Taxa fixa	159.974	183.060
TJLP	-	5.247
CDI	13.338.144	20.867.663
CDB-DI	232	-
Selic	122.008	-
IPCA	481.412	-
Libor	2.864	19.995
USD SOFR	37.859	2.070
EURIBOR 3M	5.113	-
	14.147.606	21.078.035

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

b.4.2) Risco hidrológico

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional ("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas e ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo financeiros	31.12.2024	Projeção das receitas financeiras dos 12 próximos meses				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic		5,60%	8,39%	11,19%	13,99%	16,79%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	214.599	2	3	4	5	6
Selic		6,08%	9,11%	12,15%	15,19%	18,23%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	1.021.026	40.475	60.647	80.884	101.122	121.360
CDI		7,71%	11,56%	15,41%	19,26%	23,12%
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	3.781.503	329.727	494.377	76.184	823.677	190.434
IPCA		2,54%	3,81%	5,08%	6,35%	7,62%
Ativo financeiro indenizável (concessão)	24.967.931	194.901	292.351	389.801	487.251	584.702
	29.985.059	565.105	847.378	546.873	1.412.055	896.502

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 18.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Dívidas	31.12.2024	Projeção das despesas financeiras dos 12 próximos meses				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Swap						
Scotiabank 4131 III	(229.842)	17.006	1.792	(9.317)	(18.120)	(25.435)
Scotiabank 4131 III - Sw ap pa	228.601	(16.914)	(1.783)	9.267	18.022	25.298
Scotiabank 4131 III - Sw ap pp	(210.220)	(2.658)	(3.686)	(4.688)	(5.664)	(6.616)
Scotiabank 4131 IV	(137.773)	10.194	1.074	(5.585)	(10.862)	(15.246)
Scotiabank 4131 IV - Sw ap pa	136.598	(10.107)	(1.065)	5.537	10.769	15.116
Scotiabank 4131 IV - Sw ap pp	(125.293)	(1.584)	(2.197)	(2.794)	(3.376)	(3.943)
EFI - Credit Agreement x 46MEUR	(313.481)	11.568	1.193	(6.384)	(12.388)	(17.377)
EFI - Credit Agreement x 46MEUR - Sw ap pa	313.077	(11.553)	(1.191)	6.376	12.372	17.354
EFI - Credit Agreement x 46MEUR - sw ap pp	(296.265)	(2.010)	(2.722)	(3.416)	(4.092)	(4.752)
CITIBANK 4131 - COELCE	(346.610)	(11.966)	(16.319)	(20.673)	(25.027)	(29.381)
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PA	345.626	11.966	16.319	20.673	25.027	29.381
CITIBANK 4131 SWAP - COELCE PP	(280.462)	(5.167)	(7.253)	(9.284)	(11.264)	(13.194)
DEBÊNTURES 8ª EMISSÃO	(638.139)	(56.140)	(64.328)	(72.423)	(80.428)	(88.343)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PA	206.673	17.763	20.354	22.915	25.448	27.953
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 200MBRL PP	(199.143)	(15.295)	(21.811)	(28.138)	(34.287)	(40.269)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PA	155.005	13.322	15.265	17.187	19.086	20.965
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO ITAU 150MBRL PP	(149.357)	(11.471)	(16.358)	(21.103)	(25.715)	(30.202)
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PA	250.337	21.516	24.654	27.757	30.825	33.858
DEBÊNTURES - SWAP 8ª EMISSÃO BTG PACTUAL 250MBRL PP	(240.714)	(18.367)	(26.243)	(33.891)	(41.323)	(48.554)
SCOTIABANK 4131 - COELCE V	(277.414)	128.934	18.961	(61.350)	(124.984)	(177.862)
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PA	276.083	(128.315)	(18.870)	61.056	124.384	177.009
SCOTIABANK 4131 SWAP V - COELCE PP	(242.363)	(20.518)	(28.454)	(36.159)	(43.648)	(50.932)
SCOTIABANK 4131 - COELCE VI	(150.876)	63.262	8.401	(31.663)	(63.407)	(89.786)
Derivativo Bradesco (sw ap) - Ponta Ativa	1.015.038	65.859	78.561	91.119	103.536	115.816
Derivativo Bradesco (sw ap) - Ponta Passiva	(809.727)	(61.300)	(87.791)	(113.515)	(138.516)	(162.837)
Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Ativa	778.017	52.332	62.071	71.698	81.218	90.632
Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Passiva	(730.850)	(56.861)	(80.776)	(103.998)	(126.567)	(148.522)
Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Ativa	209.972	17.897	20.529	23.131	25.704	28.248
Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Passiva	(202.889)	(15.562)	(22.201)	(28.647)	(34.911)	(41.006)
Derivativo Santander (sw ap) - Ponta Ativa	622.815	53.085	60.892	68.611	76.243	83.790
Derivativo Santander (sw ap) - Ponta Passiva	(601.805)	(46.160)	(65.851)	(84.971)	(103.554)	(121.631)
Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Ativa	237.734	(44.217)	(4.887)	23.836	46.594	65.505
Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Passiva	(209.766)	(6.662)	(9.332)	(11.930)	(14.460)	(16.925)
Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Ativa	324.395	(159.288)	(30.984)	62.715	136.955	198.648
Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Passiva	(315.364)	(26.730)	(37.055)	(47.081)	(56.826)	(66.305)
Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Ativa	461.810	(164.059)	(26.862)	73.331	152.717	218.686
Derivativo Scotiabank (sw ap) - Ponta Passiva	(412.448)	(24.942)	(34.821)	(44.421)	(53.758)	(62.846)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Ativa	141.232	(67.829)	(11.916)	28.915	61.268	88.152
Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Passiva	(133.599)	(9.163)	(13.532)	(17.773)	(21.896)	(25.906)
Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Ativa	559.625	(269.559)	(48.038)	113.736	241.916	348.430
Derivativo Itaú (sw ap) - Ponta Passiva	(530.124)	(35.346)	(52.677)	(69.506)	(85.862)	(101.772)
Derivativo Citibank (sw ap) - Ponta Ativa	81.521	(38.593)	(6.301)	17.282	35.968	51.495
Derivativo Citibank (sw ap) - Ponta Passiva	(69.669)	(4.771)	(7.049)	(9.261)	(11.411)	(13.502)
Derivativo Citibank (sw ap) - Ponta Ativa	323.495	(153.524)	(25.393)	68.179	142.320	203.929
Derivativo Citibank (sw ap) - Ponta Passiva	(276.592)	(18.470)	(27.512)	(36.293)	(44.826)	(53.128)
Derivativo BTG (sw ap) - Ponta Ativa	72.924	(33.939)	(5.032)	16.078	32.804	46.704
Derivativo BTG (sw ap) - Ponta Passiva	(61.513)	(4.269)	(6.280)	(8.233)	(10.131)	(11.978)
Derivativo BTG (sw ap) - Ponta Ativa	289.812	(135.140)	(20.268)	63.622	130.090	185.324
Derivativo BTG (sw ap) - Ponta Passiva	(244.652)	(16.682)	(24.681)	(32.448)	(39.997)	(47.341)
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PA	150.152	(62.959)	(8.361)	31.511	63.103	89.355
SCOTIABANK 4131 SWAP VI - COELCE PP	(132.664)	(9.952)	(13.902)	(17.739)	(21.469)	(25.099)
Total	(1.389.072)	(1.293.338)	(553.716)	(48.152)	327.600	620.958

CDI

Mútuo I EBRA - CIEN	296.038	17.924	25.015	31.906	38.607	45.131
Mútuo II EBRA - CIEN	105.669	6.398	8.929	11.389	13.781	16.109
Mútuo III EBRA - CIEN	173.945	9.818	13.982	18.029	21.965	25.796
Mútuo IV EBRA - CIEN	135.289	7.636	10.875	14.023	17.084	20.064
SAN 4131 EGP- 1 SWAP PP	308.405	28.840	38.945	48.757	58.293	67.570
SAN 4131 EGP- 2 SWAP PP	275.861	25.797	34.835	43.612	52.142	60.440
EFI - Credit Agreement IX - Sw ap PP	419.775	5.389	7.443	9.443	11.392	13.293
EFI - Credit Agreement X - SWAP PP	163.438	4.166	5.809	7.408	8.966	10.485
Mútuo Enel Brasil VIII	(28.432)	(181)	(249)	(316)	(381)	(444)
Mútuo Enel Brasil IX	(36.131)	(217)	(303)	(388)	(470)	(551)
Mútuo Enel Brasil X	(31.121)	(181)	(256)	(329)	(400)	(469)
Mútuo I Luz de Macapá	(6.747)	(43)	(59)	(75)	(91)	(106)
Mútuo Enel Brasil XI	(44.535)	(260)	(366)	(471)	(572)	(671)
Mútuo Enel Brasil XII	(43.294)	(252)	(356)	(457)	(556)	(653)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	(354.289)	(10.604)	(15.118)	(19.511)	(23.788)	(27.956)
DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	(591.133)	(50.207)	(69.578)	(88.389)	(106.671)	(124.454)
Enel BR V	(226.560)	(17.220)	(24.632)	(31.830)	(38.825)	(45.630)
Enel BR VI	(33.788)	(2.568)	(3.674)	(4.747)	(5.790)	(6.805)
Enel BR VII	(27.860)	(330)	(466)	(599)	(728)	(854)
Enel BR VIII	(239.162)	(2.830)	(3.999)	(5.138)	(6.248)	(7.331)
Enel BR IX	(115.841)	(2.082)	(2.944)	(3.783)	(4.600)	(5.397)
Enel BR X	(322.898)	(6.173)	(8.575)	(10.915)	(13.194)	(15.417)
Enel BR XI	(213.137)	(1.322)	(1.833)	(2.332)	(2.818)	(3.293)
Enel BR XII	(1.033)	(6)	(8)	(11)	(13)	(15)
Enel BR XIII	(206.377)	(1.153)	(1.648)	(2.131)	(2.601)	(3.060)
Enel BR XIV	(40.991)	(466)	(666)	(861)	(1.052)	(1.237)
Enel BR XV	(20.288)	(350)	(501)	(648)	(791)	(931)
Mútuo Enel Brasil 55	(855.384)	(43.870)	(59.496)	(74.689)	(89.473)	(103.872)
Mútuo Enel Brasil 59	(91.892)	(7.305)	(10.312)	(13.232)	(16.071)	(18.831)
Mútuo Enel Brasil 60	(36.291)	(2.975)	(4.163)	(5.317)	(6.438)	(7.528)
Mútuo Enel Brasil 61	(16.934)	(1.388)	(1.943)	(2.481)	(3.004)	(3.513)
Mútuo Enel Brasil 62	(36.170)	(2.929)	(4.113)	(5.263)	(6.380)	(7.467)
Mútuo Enel Brasil 63	(84.459)	(2.122)	(2.971)	(3.797)	(4.602)	(5.387)
Mútuo Enel Brasil 64	(54.257)	(1.336)	(1.881)	(2.412)	(2.929)	(3.433)
Mútuo Enel Brasil 65	(418.248)	(32.832)	(46.519)	(59.809)	(72.726)	(85.291)
Mútuo Enel Brasil 66	(303.950)	(24.767)	(34.716)	(44.377)	(53.766)	(62.899)
Mútuo Enel Brasil 67	(35.809)	(2.847)	(4.019)	(5.157)	(6.263)	(7.338)
Mútuo Enel Brasil 68	(59.647)	(4.742)	(6.694)	(8.589)	(10.431)	(12.224)
Mútuo Enel Brasil 69	(27.422)	(2.248)	(3.146)	(4.017)	(4.865)	(5.689)
Mútuo I - CIEN	(83.501)	(4.605)	(6.365)	(8.077)	(9.742)	(11.363)
Mútuo II - CIEN	(106.388)	(6.576)	(9.125)	(11.601)	(14.010)	(16.355)
Mútuo III - CIEN	(46.702)	(3.174)	(4.428)	(5.647)	(6.831)	(7.984)
Mútuo II - CDSA	(46.309)	(2.986)	(4.229)	(5.437)	(6.612)	(7.754)
Mútuo Enel Brasil 70	(56.853)	(4.604)	(6.465)	(8.272)	(10.028)	(11.737)
Mútuo Enel Brasil 71	(57.025)	(4.533)	(6.399)	(8.212)	(9.973)	(11.686)
Mútuo Enel Brasil 72	(1.367.448)	(110.746)	(155.503)	(198.964)	(241.204)	(282.293)
Mútuo Enel Brasil 73	(56.932)	(4.554)	(6.417)	(8.227)	(9.985)	(11.696)
Mútuo Enel Brasil 74	(113.419)	(9.016)	(12.728)	(16.332)	(19.835)	(23.243)
Mútuo Enel Brasil 76	(100.178)	(1.207)	(1.697)	(2.174)	(2.639)	(3.092)
EFI - Credit Agreement	(522.242)	(9.400)	(13.284)	(17.066)	(20.751)	(24.345)
Mútuo Coelce - Enel BR XIV	(110.835)	(8.634)	(12.261)	(15.783)	(19.205)	(22.535)
DEBÊNTURES 9ª EMISSÃO	(1.004.961)	(83.685)	(116.584)	(148.530)	(179.579)	(209.782)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mútuo Coelce - Enel BR XVI	(191.632)	(14.966)	(21.237)	(27.326)	(33.244)	(39.001)
Mútuo Coelce - Enel BR XVII	(30.868)	(2.411)	(3.421)	(4.402)	(5.355)	(6.282)
Mútuo Coelce - Enel BR XIX	(45.440)	(3.513)	(4.999)	(6.443)	(7.846)	(9.211)
Mútuo Coelce - Enel BR XX	(68.085)	(5.263)	(7.491)	(9.654)	(11.757)	(13.802)
Mútuo Coelce - Enel BR XXI	(45.010)	(3.448)	(4.921)	(6.351)	(7.740)	(9.092)
Mútuo Coelce - Enel BR XXII	(29.149)	(2.143)	(3.096)	(4.022)	(4.922)	(5.797)
Mútuo Coelce - Enel BR XXIII	(105.289)	(7.739)	(11.183)	(14.527)	(17.778)	(20.940)
Mútuo Coelce - Enel BR XXIV	(25.725)	(1.891)	(2.732)	(3.549)	(4.344)	(5.116)
Mútuo Coelce - Enel BR XXV	(164.790)	(2.760)	(3.986)	(5.178)	(6.341)	(7.474)
Mútuo Coelce - Enel BR XXVI	(21.962)	(368)	(531)	(690)	(845)	(996)
Mútuo Coelce - Enel BR XXVII	(153.529)	(2.572)	(3.713)	(4.825)	(5.908)	(6.963)
Mútuo Coelce - Enel BR XXVIII	(27.392)	(459)	(662)	(861)	(1.054)	(1.242)
Mútuo Coelce - Enel BR XXIX	(21.876)	(366)	(529)	(687)	(842)	(992)
Mútuo Coelce - Enel BR XXX	(399.943)	(7.049)	(10.023)	(12.919)	(15.741)	(18.493)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXI	(118.704)	(2.092)	(2.975)	(3.835)	(4.672)	(5.489)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXII	(123.773)	(691)	(988)	(1.278)	(1.560)	(1.836)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIII	(30.929)	(173)	(247)	(319)	(390)	(459)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXIV	(102.967)	(575)	(822)	(1.063)	(1.298)	(1.527)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXV	(287.924)	(1.609)	(2.299)	(2.973)	(3.629)	(4.270)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVI	(20.405)	(232)	(332)	(429)	(524)	(616)
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVII	(30.301)	(523)	(749)	(968)	(1.182)	(1.390)
SAN 4131 Ituverava PP	59.834	4.368	5.890	7.377	8.831	10.254
Proparco 4131 Ituverava PP	62.173	4.607	6.188	7.733	9.244	10.723
SAN 4131 Ituverava PP	122.008	8.975	12.078	15.110	18.076	20.977
Proparco 4131 Ituverava PP	183.016	13.463	18.117	22.666	27.114	31.467
Total	(8.017.115)	(402.988)	(569.519)	(731.239)	(888.408)	(1.041.290)
IPCA						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(1.020.559)	(66.548)	(79.383)	(92.072)	(104.619)	(117.027)
Debêntures - 25ª Emissão	(793.974)	(54.607)	(64.769)	(74.815)	(84.748)	(94.571)
Debêntures - 27ª Emissão	(856.381)	(74.699)	(85.685)	(96.546)	(107.286)	(117.906)
Scotiabank II 4131	(244.859)	45.542	5.033	(24.550)	(47.990)	(67.468)
Scotiabank III 4131	(347.959)	170.859	33.235	(67.270)	(146.904)	(213.078)
Scotiabank IV 4131	(480.791)	170.803	27.966	(76.345)	(158.995)	(227.675)
BEI I	(147.372)	70.777	12.434	(30.172)	(63.931)	(91.984)
BEI II	(583.587)	281.277	50.126	(118.680)	(252.432)	(363.576)
BEI III	(82.086)	38.860	6.344	(17.402)	(36.217)	(51.852)
BEI IV	(325.737)	154.588	25.569	(68.652)	(143.307)	(205.343)
BEI V	(111.099)	51.706	7.667	(24.495)	(49.977)	(71.153)
BEI VI	(441.528)	205.886	30.878	(96.927)	(198.192)	(282.341)
BNB Contrato Nº 16.2018.204.23875 - SEMIÁRIDO	(84.155)	(3.958)	(5.010)	(6.050)	(7.078)	(8.094)
BNB Contrato Nº 16.2018.204.23875 - OUTRAS REGIÕES	(75.784)	(3.565)	(4.512)	(5.448)	(6.374)	(7.289)
DEBÊNTURES 6ª EMISSÃO (CEAR 26)	(191.692)	(8.074)	(9.195)	(10.305)	(11.403)	(12.490)
Total	(5.787.563)	978.847	(49.302)	(809.729)	(1.419.453)	(1.931.847)
TJLP						
FINEP - COELCE	(232)	(10)	(14)	(18)	(21)	(25)
Total	(232)	(10)	(14)	(18)	(21)	(25)
USD						
SAN 4131 EGP- 1	241.257	11.459	14.415	17.372	20.329	23.286
CHINA 4131 EGP- 1	250.875	11.926	15.004	18.081	21.159	24.237
SAN 4131 EGP- 2	215.698	10.249	12.894	15.539	18.184	20.829
CHINA 4131 EGP- 2	224.502	10.668	13.421	16.173	18.926	21.679
SAN 4131 EGP- 1 SWAP PA	(471.345)	(23.385)	(29.419)	(35.454)	(41.488)	(47.523)
SAN 4131 EGP- 2 SWAP PA	(419.856)	(20.917)	(26.315)	(31.712)	(37.110)	(42.508)
China 4131 Ituverava	53.192	2.801	3.595	4.389	5.184	5.978
SAN 4131 Ituverava PA	51.106	2.691	3.454	4.217	4.981	5.744
SAN 4131 Ituverava PA	(107.163)	(5.491)	(7.049)	(8.607)	(10.165)	(11.722)
China 4131 Ituverava	(2.864)	-	-	-	-	-
China 4131 Ituverava	(4.790)	-	-	-	-	-
Total	30.612	1	-	(2)	-	-
EFI - Credit Agreement IX	411.090	(32.744)	(5.615)	14.198	29.896	42.941
EFI - Credit Agreement IX - Swap PA	(410.732)	32.716	5.610	(14.186)	(29.870)	(42.904)
EFI - Credit Agreement X	190.596	(30.138)	(4.974)	13.403	27.964	40.064
EFI - Credit Agreement X - SWAP PA	(190.437)	30.113	4.970	(13.392)	(27.941)	(40.031)
Proparco 4131 Ituverava PA	89.844	(47.762)	(12.352)	13.507	33.997	51.023
Proparco 4131 Ituverava PA	(86.446)	45.955	11.885	(12.996)	(32.711)	(49.093)
Proparco 4131 Ituverava PA	3.398	(1.806)	(467)	511	1.286	1.930
Proparco 4131 Ituverava PA	5.096	(2.709)	(701)	766	1.928	2.894
Total	12.409	(6.375)	(1.644)	1.811	4.549	6.824
Total da exposição líquida	(15.150.961)	(723.863)	(1.174.195)	(1.587.329)	(1.975.733)	(2.345.380)

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

b.4.3) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia e suas controladas, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2024, todas as dívidas mais relevantes na modalidade de 4131 indexadas ao dólar e ao euro possuem contratos de swap (Dólar/Euro para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2024 (em reais).

Exposição cambial	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos	1.498.861	6.388.046
Ponta ativa dos instrumentos financeiros derivativos	(1.492.370)	(6.113.190)
Exposição cambial	6.491	274.856

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são swaps de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A Companhia e controladas, também estão expostas ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição cambial	Consolidado	
	31.12.2024 Em USD	31.12.2024 em Reais
Fornecedores (Itaipu)	40.288	249.473

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;

Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);

Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

b.4.4) Risco de preço regulação

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa Aneel nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, as controladas de distribuição (Dx) podem requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Outros riscos

c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia da Companhia consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela controladas de distribuição (Dx), busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCS (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Um fator que impacta consideravelmente o nível de contratação é a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, e, até o momento, a empresa não possui em seu portfólio contratos vigentes que permitam essa redução. Além disso, a crescente instalação de centrais de geração distribuída na área de concessão da companhia também tem contribuído bastante para a elevação dos níveis de contratação.

A sobrecontratação advinda da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores. De igual maneira, com base na Lei 14.300, de 06 de janeiro de 2022, a Companhia também entende que a sobrecontratação provocada pela instalação de centrais de geração distribuída também é involuntária, e repassada aos consumidores.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 1.009 de 2022 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficit - MCSD de energia existente e de energia nova.

c.3) Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

30. Obrigações com benefícios pós-emprego

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pelo Grupo Enel com os planos.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo Enel determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Enel procedeu à avaliação atuarial anual, realizada com o apoio de atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

A taxa de desconto utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente à duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

30.1 Informações relevantes dos benefícios pós emprego das subsidiárias:

Controlada Enel Distribuição Rio:

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar a totalidade das obrigações da patrocinadora junto aos planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a controlada Enel Distribuição Rio assinou junto a Brasileiros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A controlada Enel Distribuição Rio é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido) - O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparada pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

Patrocinadora - contribui com 6,04% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 220 para cobertura das despesas administrativas.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participantes ativos - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;

Participantes assistidos - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais, em março de 2022 o saldo devedor desse compromisso foi quitado pela controlada, conforme prazo e condições estabelecidas no instrumento contratual.

Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora - contribuição média de 5,14% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,05% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,09% destinados à cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,15% da folha de salários dos participantes ativos.

A controlada firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício. Em abril de 2023 os saldos foram quitados pela controlada, conforme prazos e condições estabelecidas no contrato.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a controlada assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais, em 31 de dezembro de 2024, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela controlada com o PACV totalizam a quantia de R\$ 88.678 (R\$ 109.920 em 31 de dezembro de 2023), de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A controlada tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da controlada até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela controlada e pelo usuário.

Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A controlada mantém um Programa de Incentivo à aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada.

Controlada Enel Distribuição Ceará:

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar a totalidade das obrigações da patrocinadora junto aos planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. A controlada Enel Distribuição Ceará é patrocinadora de dois planos de previdência privada, Plano de Benefício Definido (BD) e Plano de Contribuição Definida (CD), que são administrados pela Fundação Coelce de Seguridade Social FAELCE, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos.

Os planos administrados pela controlada possuem as seguintes características: Plano de contribuição definida – CD, a controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

Plano de benefício definido - BD, possui o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a controlada contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da controlada. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela controlada, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998;
- Aposentados Lei nº 9.656/1998 – grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aposentados Especiais – grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A controlada Enel Distribuição São Paulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de administração da controlada, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando as contribuições e os pagamentos de benefícios serão suspensos. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo (“PSAP/Eletropaulo”), conforme previsto na Lei Complementar nº 109/2001 e regulado segundo as disposições da Resolução CNPC nº 11/2013.

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de dezembro de 2023 a PREVIC indeferiu o processo de retirada do patrocínio da controlada. Em 5 de janeiro de 2024 foi interposto recurso administrativo contra a decisão de indeferimento, o que foi negado pela Diretoria Colegiada da PREVIC em 26 de março de 2024. Na sequência, a controlada ingressou com ação judicial (em andamento) contra a decisão da PREVIC. As ações descritas não causaram impacto material nas demonstrações financeiras da controlada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Contratos com a Vivest

A controlada com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.12.2024	31.12.2023
Classificação da dívida Ila	472.198	469.568
Classificação da dívida Ilb	37.004	30.070
Contrato de justes de reserva matemática	3.609.843	5.613.530
Total dos contratos	4.119.045	6.113.168
Diferenças entre premissas	169.792	407.123
Total registrado	4.288.837	6.520.291

Com relação aos contratos mencionados, a controlada efetuou amortização extraordinária no montante de R\$ 1.453.000, conforme descrito na nota explicativa 30.3a

Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A controlada mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente, e vem sendo praticado pela controlada desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

30.2 Uso de estimativas

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de mortalidade, aumentos salariais e de benefícios de aposentadorias e pensões futuros.

As principais premissas utilizadas pelo Grupo Enel estão descritas a seguir:

Enel Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base.

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. Através de estudos de aderência, realizados periodicamente, avalia-se a adequação da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, o grupo enel através de suas controladas faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais premissas utilizadas pelo Grupo Enel estão demonstradas a seguir:

Enel Distribuição Rio									
Nota	Especificação	Plano PCA		Plano PACV		Plano Médico		FGTS na aposentadoria	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
30.1a	Taxa de desconto	12,57%	10,09%	12,15%	10,09%	12,95%	10,09%	12,23%	10,09%
30.1b	Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,57%	10,09%	12,15%	10,09%	N/A	N/A	N/A	N/A
30.1c	Taxa de crescimento salarial	5,55%	5,55%	5,55%	5,55%	N/A	N/A	5,55%	5,55%
30.1c	Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
	Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	N/A	N/A	N/A	N/A
30.1d	Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000						
	Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana						
	Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	N/A	N/A					
	Taxa de tendência de custos em saúde – projeção de custos e contribuições	N/A	N/A	N/A	N/A	7,63%	7,63%	N/A	N/A
	Crescimento dos custos médicos devido à idade – projeção dos custos	N/A	N/A	N/A	N/A	3,00%	3,00%	N/A	N/A
	Crescimento das contribuições em função da idade – projeção das contribuições	N/A	N/A	N/A	N/A	1,50%	1,50%	N/A	N/A
	Opção de plano para futuros aposentados	N/A	N/A	N/A	N/A	100,00%	100,00%	N/A	N/A
	Taxa de saída de futuros aposentados	N/A	N/A	N/A	N/A	0	0	N/A	N/A

Enel Distribuição Ceará									
Nota	Principais Premissas Atuariais	Benefício Definido		Contribuição Definida		Plano Médico		FGTS na aposentadoria	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
30.1a	Taxa de desconto	12,17%	10,09%	12,84%	9,99%	12,98%	10,09%	12,54%	9,93%
30.1b	Taxa de rendimento esperado dos ativos	0,1217	0,1009	0,1284	0,0999	N/A	N/A	N/A	N/A
30.1c	Taxa de crescimento salarial	5,55%	5,55%	5,55%	5,55%	N/A	N/A	5,55%	5,55%
30.1c	Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
	Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	0,045	0,045	0,045	0,045	N/A	N/A	N/A	N/A
30.1d	Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
	Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
	Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina	AT-83 Masculina
	Taxa de tendência de custos em saúde – projeção de custos e contribuições	N/A	N/A	N/A	N/A	7,63%	7,63%	N/A	N/A
	Crescimento dos custos médicos devido à idade – projeção dos custos	N/A	N/A	N/A	N/A	3,00%	3,00%	N/A	N/A
	Crescimento das contribuições em função da idade – projeção das contribuições	N/A	N/A	N/A	N/A	1,50%	1,00%	N/A	N/A
	Opção de plano para futuros aposentados	N/A	N/A	N/A	N/A	100,00%	100,00%	N/A	N/A
	Taxa de saída de futuros aposentados	N/A	N/A	N/A	N/A	0,00%	0,00%	N/A	N/A

Enel Distribuição São Paulo					
Nota	Principais Premissas Atuariais	Benefício definido		FGTS na aposentadoria	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
30.1a	Taxa de desconto	12,57%	10,09%	12,45%	10,09%
30.1b	Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,57%	10,09%	N/A	N/A
30.1c	Taxa de crescimento salarial	N/A	N/A	5,02%	5,02%
30.1c	Taxa de inflação esperada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
	Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
30.1d	Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Masculina suavizada em 10%			
	Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%
	Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10%	AT-49 Masculina agravada em 10%	N/A	N/A
	Turn over	ExpR_2012 Strengthen in 40%			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.2a Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

30.2b Taxa de rendimento esperados dos ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

30.2c Taxa de crescimento salarial e de inflação esperada

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, o Grupo faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

30.2d Tábua de mortalidade geral

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país e se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. Anualmente e testada, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

30.3 Detalhamento das obrigações com benefícios pós-emprego

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

Notas	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	
Obrigações com benefícios pós-emprego									
Valor presente das obrigações atuariais	30.3.1	1.155.103	1.402.429	1.064.931	1.293.285	13.557.197	14.386.721	15.777.231	17.082.435
Valor justo dos ativos do plano	30.3.2	(1.114.820)	(1.122.113)	(1.360.397)	(1.369.362)	(9.386.654)	(7.750.637)	(11.861.871)	(10.242.112)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos		40.283	280.316	(295.466)	(76.077)	4.170.543	6.636.084	3.915.360	6.840.323
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	30.3.3	172.556	24.423	405.233	187.099	230.909	-	808.698	211.522
Obrigações registradas com benefícios pós-emprego		212.839	304.739	109.767	111.022	4.401.452	6.636.084	4.724.058	7.051.845
Circulante								5.892	7.617
Não Circulante								4.718.166	7.044.228

A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

Notas	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	
Saldo do início do período		304.739	281.518	111.022	90.390	6.636.084	6.403.710	7.051.845	6.775.618
Custo dos serviços correntes	30.3.4	2.712	2.461	1.246	1.152	6.632	5.703	10.590	9.316
Custo do Juros líquidos	30.3.4	28.650	27.242	10.440	8.532	500.144	613.627	539.234	649.401
Contribuições do empregador	30.3a	(51.839)	(46.597)	(8.146)	(9.984)	(2.348.973)	(1.151.236)	(2.408.958)	(1.207.817)
Ajustes de avaliação atuarial	30.3.5	(71.423)	40.115	(4.795)	20.932	(392.435)	764.280	(468.653)	825.327
Saldo do final do período		212.839	304.739	109.767	111.022	4.401.452	6.636.084	4.724.058	7.051.845

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.3.a Contribuições do empregador - Enel Distribuição São Paulo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada Enel Distribuição São Paulo decidiu amortizar parte do saldo devedor do contrato de ajuste das reservas matemáticas, e efetuou pagamento de amortização extraordinária no montante de R\$ 1.453.000. Os pagamentos das parcelas mensais do contrato de ajuste das reservas matemáticas e de confissão de dívida, efetuados no primeiro semestre de 2024, não foram impactados por essa amortização extraordinária, e ocorreram na data do vencimento. Importante destacar que a referida amortização extraordinária não ocasionou mudanças nas premissas atuariais utilizadas para emissão do laudo atuarial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

30.3.1 Movimentação do valor presente das obrigações atuariais: a movimentação do valor presente das obrigações atuariais está demonstrada a seguir:

Notas	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.402.429	1.338.396	1.293.285	1.196.708	14.386.721	13.910.399	17.082.435	16.445.503
Custo dos serviços correntes	2.712	2.461	1.246	1.152	6.632	5.703	10.590	9.316
Custo dos juros	133.741	131.477	124.330	118.134	1.379.019	1.372.818	1.637.090	1.622.429
Contribuições dos empregados	-	21	-	410	-	-	-	431
Benefícios pagos	(166.901)	(154.803)	(121.306)	(114.157)	(1.754.469)	(1.356.850)	(2.042.676)	(1.625.810)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	(216.878)	84.877	(232.624)	91.038	(460.706)	454.651	(910.208)	630.566
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	30.3 1.155.103	1.402.429	1.064.931	1.293.285	13.557.197	14.386.721	15.777.231	17.082.435

30.3.2 Valor justo dos ativos do plano

A movimentação do valor justo dos ativos do plano está demonstrada a seguir:

Notas	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.122.113	1.142.820	1.369.362	1.340.151	7.750.637	7.506.689	10.242.112	9.989.660
Rendimento esperado dos ativos do plano	107.555	113.174	132.773	133.947	878.875	759.191	1.119.203	1.006.312
Contribuições dos empregados	-	21	-	410	-	-	-	431
Contribuições do empregador	(13.720)	46.597	8.146	9.984	2.348.973	1.151.257	2.343.399	1.207.838
Benefícios pagos	(101.341)	(154.803)	(121.306)	(114.157)	(1.754.469)	(1.356.850)	(1.977.116)	(1.625.810)
(Perdas) ganhos atuariais sobre os ativos do plano	213	(25.696)	(28.578)	(973)	162.638	(309.650)	134.273	(338.319)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	30.3 1.114.820	1.122.113	1.360.397	1.369.362	9.386.654	7.750.637	11.861.871	10.242.112

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos investimentos dos planos por segmento está demonstrada a seguir:

Notas	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Renda fixa	944.725	950.906	1.177.175	1.184.932	8.320.018	6.869.907	10.441.918	9.005.745
Renda variável	-	-	74.713	75.206	544.723	449.782	619.436	524.988
Investimentos imobiliários	107.835	108.540	95.133	95.760	113.494	93.713	316.462	298.013
Outros	62.260	62.667	13.376	13.464	408.419	337.235	484.055	413.366
Total do valor justo dos ativos do plano	1.114.820	1.122.113	1.360.397	1.369.362	9.386.654	7.750.637	11.861.871	10.242.112

30.3.3 Efeito de teto de ativo do benefício definido

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo do benefício definido está demonstrada a seguir:

Notas	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	24.423	85.942	187.099	233.833	-	-	211.522	319.775
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	2.464	8.938	18.883	24.342	-	-	21.347	33.280
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	145.669	(70.457)	199.251	(71.076)	230.909	-	575.829	(141.533)
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	172.556	24.423	405.233	187.099	230.909	-	808.698	211.522

30.3.4 Despesas reconhecidas no resultado do exercício

As despesas reconhecidas no resultado do exercício do grupo estão demonstradas a seguir:

Notas	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Custo dos serviços correntes	2.712	2.461	1.246	1.152	6.632	5.703	10.590	9.316
Outras contribuições - Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço líquido	2.712	2.461	1.246	1.152	6.632	5.703	10.590	9.316
Juros sobre a obrigação atuarial	133.741	131.477	124.330	118.135	1.379.019	1.372.818	1.637.090	1.622.430
Rendimento esperado dos ativos no exercício	(107.555)	(113.174)	(132.773)	(133.947)	(878.875)	(759.191)	(1.119.203)	(1.006.312)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	2.464	8.938	18.883	24.342	-	-	21.347	33.280
Juros líquidos sobre o passivo	28.650	27.241	10.440	8.530	500.144	613.627	539.234	649.398
Total da despesa reconhecida no resultado	31.362	29.702	11.686	9.682	506.776	619.330	549.824	658.714

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30.3.5 Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes estão demonstrados a seguir:

Notas	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Perdas (ganhos) atuarias decorrentes de:								
Mudanças nas premissas demográficas	-	-	-	-	-	-	-	-
Mudanças nas premissas financeiras	(13.800)	63.949	(82.216)	74.222	(2.048.196)	803.900	(2.144.212)	942.071
Ajustes com base na experiência	(203.078)	20.928	(150.408)	16.815	1.587.490	(349.270)	1.234.004	(311.527)
Total Ganho (Perda) Atuarial gerado(a) pela taxa de desconto	(216.878)	84.877	(232.624)	91.037	(460.706)	454.630	(910.208)	630.544
Perdas (ganhos) sobre o ativo atuarial	(213)	25.696	28.578	973	(162.638)	309.650	(134.273)	336.319
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	145.669	(78.407)	199.251	(71.077)	230.909	-	575.829	(149.484)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	-	7.951	-	-	-	-	-	7.951
Total de outros resultados abrangentes no exercício	(71.422)	40.117	(4.795)	20.933	(392.435)	764.280	(468.652)	825.330

30.4 Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, as controladas do grupo realizaram análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

Notas	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2024	1.155.103	1.155.103	1.064.931	1.064.931	13.557.197	13.557.197	15.777.231	15.777.231
Taxa de desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(5.323)	5.372	752	10.688	(62.609)	63.191	(67.180)	(67.180)
Total da obrigação do benefício definido	1.149.780	1.160.475	1.065.683	1.075.619	13.494.588	13.620.388	15.710.051	15.710.051

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Compromissos

Os principais compromissos do grupo relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

Valores expressos em milhões de reais

Obrigações contratuais	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Compra de energia	14.812	13.315	12.971	12.409	173.729	227.236
Total	14.812	13.315	12.971	12.409	173.729	227.236

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente que foram homologados pela ANEEL, atualizado pelo IPCA projetado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

32. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço do Grupo Enel estão segurados por uma apólice de Risco Operacional válida com um limite máximo de indenização combinado de Danos Materiais e Lucros Cessantes no montante de R\$ 6.597.479 para todas as subsidiárias da Companhia no Brasil.

O Grupo também contrata um seguro de Responsabilidade Civil que faz parte do programa de seguros corporativos, cujo limite máximo de garantia por sinistro é de R\$ 187.242.

Bens segurados	Riscos	Data de vigência		Importância segurada(DM+LC)	Limite máximo de garantia por sinistro
		De	Até		
Patrimonial (i)	Riscos operacionais	31/10/2024	31/10/2025	71.712.385	6.284.546
-	Responsabilidade civil geral	31/10/2024	31/10/2025	N/A	100.860
-	Responsabilidade civil administradores	10/11/2024	10/11/2025	N/A	86.382
-	Riscos ambientais	31/10/2024	31/10/2025	N/A	125.691
				71.712.385	6.597.479

Ambos os programas têm validade no período compreendido entre 31 de outubro de 2023 e 31 de outubro de 2024.

(i) Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

33. Eventos subsequentes

Enel Distribuição Ceará: Incentivo fiscal – Sudene

Em 15 de janeiro de 2025, a Diretoria Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE informou sobre a deliberação tomada de não aprovar o enquadramento do Projeto de Incentivo Fiscal de redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de que trata o artigo 1º da Medida Provisória no. 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, submetido pela Companhia. O benefício fiscal continua vigente até o final do exercício fiscal que se encerrará em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia avaliará os próximos passos a serem tomados e manterá os seus acionistas, investidores e o mercado em geral informados sobre quaisquer atualizações relevantes relativas ao tema objeto deste fato relevante.

Mútuo Enel Finance International N.V. x Enel Distribuição São Paulo

Em 06 de janeiro de 2025, a Companhia com necessidade de capital de giro, captou nova operação de mútuo com a Enel Finance no montante de EUR 80.000 (valor desembolsado de R\$ 506.806). A operação possui vencimento em 20 de outubro de 2025 a uma taxa de EUR + 3,6970% a.a.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo: Contrato de instrumento financeiro derivativo (SWAP)

Em 06 de janeiro de 2025, com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia ao risco cambial, foi contratado um SWAP com troca de EUR + 4,3494% a.a. para CDI + 0,5175%a.a. O SWAP tem vigência com início em 06 de janeiro de 2025 e vencimento em 20 de outubro de 2025.

Encerramento de atividades Enel Uruguay

A Enel Uruguay foi constituída em 2018 e tinha como negócio a prestação de serviços, venda de carregadores (B2B) e intermediação de venda de energia entre o Uruguai (UTE) e o Brasil. Atualmente o único negócio de atuação da Companhia era a venda de carregadores para empresas e todos os contratos já foram encerrados.

Em decorrência do desempenho financeiro negativo da operação que gerou prejuízos recorrentes nos últimos anos, e pela ausência de perspectiva de recuperação dado o cenário econômico ou crescimento sustentável do País, uma vez que projetos e iniciativas previstas não foram concretizadas, em 31 de Janeiro de 2025, a Enel Brasil S.A., acionista da Enel Uruguay S.A aprovou em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a dissolução e liquidação antecipada da Companhia, consoante o disposto no artigo 159, §1º da Lei nº 16.060, que trata dos “Normativa Y Avisos Legales del Uruguay – Subseccion II - De La Disolucion”.

Em 31 de janeiro de 2025 todos os ativos e passivos da Companhia foram liquidados e o balanço da empresa não apresenta mais saldos em aberto e em 31 de dezembro de 2024 o resultado acumulado da Companhia foi R\$ 2.524. No presente momento a diretoria está avaliando os procedimentos finais necessários para o cancelamento definitivo da companhia o qual depende da finalização de pendências de emissão das certificações pelos órgãos competentes no Uruguai.

Mútuo Enel Brasil S.A x Enel Distribuição Rio

Em janeiro e fevereiro de 2025, a Companhia com a necessidade de capital de giro, captou novos mútuos com a controladora Enel Brasil, conforme detalhado a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Ampla - Enel BR 77	35.264	03/01/25	03/04/25	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 78	115.868	15/01/25	15/04/25	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 79	50.377	17/01/25	17/04/25	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 80	130.986	03/02/25	05/05/25	CDI + 0,88%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A
Mútuo Ampla - Enel BR 81	35.266	17/02/25	19/05/25	CDI + 0,88%	Bullet	Bullet	Capital de Giro	N/A

Mútuo Enel Distribuição Ceará

Com a necessidade de capital de giro, em 20 de fevereiro de 2025 a controlada Enel Distribuição Ceará captou novos mútuos junto a Enel Brasil S.A. e a Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A., conforme detalhado a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo Coelce - Enel BR XXXVIII	50.377	20/02/2025	21/05/2025	CDI + 0,36%	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A
Mútuo Coelce - CDSA I	20.109	20/02/2025	01/04/2025	CDI + 0,36%	Bullet	Bullet	Capital de giro	N/A

Efeitos do Curtailment

Em 22 de janeiro de 2025, foi revogada a liminar que garantia os geradores eólicos e solares, o direito de receber os ressarcimentos relacionados aos efeitos do Curtailment, medida que gerou impactos nos resultados das operações de geração de energia elétrica.

Apesar da revogação, a Companhia e suas controladas permanecem empenhadas em assegurar seus direitos. Além das ações legais em andamento para reverter a decisão, a administração está conduzindo esforços regulatórios, institucionais e técnicos com o objetivo de mitigar os impactos e buscar alternativas que reduzam os efeitos do Curtailment.

Enel Brasil S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informados sobre o andamento do processo. A revogação da referida liminar não afeta quaisquer montantes registrados nas presentes demonstrações financeiras.”

*

*

*